



# DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXII DCL N° 63

Brasília, sexta-feira, 5 de abril de 2013

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	
<b>MESA DIRETORA</b>	
Presidente: Wasny de Roure	Vice-Presidente: Agaciel Maia
1º Secretário: Eliana Pedrosa Suplente: Liliane Roriz	2º Secretário: Prof. Israel Batista Suplente: Joe Valle
3º Secretário: Aylton Gomes Suplente: Benedito Domingos	Corregedor: Patrício Ouvidor: Evandro Garla
<b>COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Chico Leite	Chico Vigilante
Vice-Presidente: Robério Negreiros	Wellington Luiz
Aylton Gomes	Benedito Domingos
Cláudio Abrantes	Joe Valle
Eliana Pedrosa	Celina Leão
<b>COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Rôney Nemer	Agaciel Maia
Vice-Presidente: Doutor Michel	Cláudio Abrantes
Arlete Sampaio	Patrício
Benedito Domingos	Cristiano Araújo
Washington Mesquita	Eliana Pedrosa
<b>COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Celina Leão	Eliana Pedrosa
Vice-Presidente: Olair Francisco	Raad Massouh
Evandro Garla	Chico Leite
Cristiano Araújo	Benedito Domingos
Luzia de Paula	Professor Israel Batista
<b>COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Chico Vigilante	Chico Leite
Vice-Presidente: Washington Mesquita	Liliane Roriz
Agaciel Maia	Olair Francisco
Professor Israel Batista	Cláudio Abrantes
Raad Massouh	Rôney Nemer
<b>COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Doutor Michel	Cláudio Abrantes
Vice-Presidente: Olair Francisco	Robério Negreiros
Agaciel Maia	Rôney Nemer
Joe Valle	Professor Israel Batista
Patrício	Arlete Sampaio
<b>COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Cristiano Araújo	Aylton Gomes
Vice-Presidente: Wellington Luiz	Robério Negreiros
Arlete Sampaio	Evandro Garla
Celina Leão	Washington Mesquita
Cláudio Abrantes	Doutor Michel
<b>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Liliane Roriz	Eliana Pedrosa
Vice-Presidente: Evandro Garla	Arlete Sampaio
Benedito Domingos	Aylton Gomes
Luzia de Paula	Professor Israel Batista
Wellington Luiz	Rôney Nemer
<b>COMISSÃO DE SEGURANÇA</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Raad Massouh	Olair Francisco
Vice-Presidente: Chico Vigilante	Chico Leite
Liliane Roriz	Washington Mesquita
Joe Valle	Luzia de Paula
Rôney Nemer	Wellington Luiz
<b>COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Robério Negreiros	Rôney Nemer
Vice-Presidente: Patrício	Chico Vigilante
Aylton Gomes	Cristiano Araújo
Eliana Pedrosa	Liliane Roriz
Professor Israel Batista	Joe Valle
<b>COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Presidente: Joe Valle	Luzia de Paula
Vice-Presidente: Wellington Luiz	Agaciel Maia
Arlete Sampaio	Chico Vigilante
Chico Leite	Evandro Garla
Eliana Pedrosa	Celina Leão

Atualizado em 07/03/2013

## Sumário

Redações Finais .....	1
Mesa Diretora.....	2
Atos Administrativos.....	2
Comissões.....	2
Declarações.....	26
Fiscal.....	27
Licitações.....	29
Assecam.....	29

## Redações Finais

PROJETO DE LEI Nº 1.417 DE 2013

REDAÇÃO FINAL

Altera a Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

**Art. 1º** O quadro denominado Projeção da Renúncia de Natureza Tributária para Multas e Juros (R\$ 1,00) – PLDO 2013, constante do Anexo XI da Lei nº 4.895, de 26 de julho de 2012, passa a vigorar com a redação do Anexo Único desta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2013.

ANEXO ÚNICO

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA PARA MULTAS E JUROS (R\$ 1,00) – LDO 2013

CAPITULAÇÃO LEGAL		NATUREZA	2013	2014	2015
Anistia	Leis nº 3.194/2003 (REFAZ I) e nº 3.687/2005 (REFAZ II)	Não Inscritos na Dívida Ativa	1.480.918	1.555.243	1.629.130
		Inscritos na Dívida Ativa	394.329	414.119	433.793
	LC nº 781/2008 (REFAZ III)	Não Inscritos na Dívida Ativa	219.644	230.667	241.626
		Inscritos na Dívida Ativa	2.401.591	2.522.123	2.641.945
Convênios ICMS 75/12 e 149/2012 e Projeto de Lei nº 1.399/2013	Não Inscritos na Dívida Ativa	19.376.112	2.822.922	1.914.322	
		Inscritos na Dívida Ativa	129.452.725	18.860.078	12.789.678
<b>TOTAL</b>			<b>153.325.318</b>	<b>26.405.152</b>	<b>19.650.494</b>

# Mesa Diretora Gabinete da Mesa Diretora

**PORTARIA-GMD Nº 45, DE 04 DE ABRIL DE 2013**

O Gabinete da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso da atribuição que lhe foi facultada pelo art. 3º, inciso II, do Ato da Mesa Diretora nº 042/2003, e tendo em vista o Memorando nº. 17/2013 – SEO, de 01/04/2013, **RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar, na forma dos anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento de Despesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal, aprovado pela Portaria nº 001 do Gabinete da Mesa Diretora, de 04 de janeiro de 2013.

Brasília, 04 de abril de 2013.

**GEORGE ALEXANDER CONTARATO BURNS**  
Secretário-Geral / Presidência - Substituto

**ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL**  
Secretário Executivo / Vice-Presidência

**JANE MARY MARRCOS MALAQUIAS**  
Secretária Executiva / 1ª Secretária

**EDINEY JACINTO DE SOUZA**  
Secretário Executivo / 2ª Secretária

**ALEXANDRE BRAGA CERQUEIRA**  
Secretário Executivo / 3ª Secretária

**ANEXO I - ACRÉSCIMO**

**ORÇAMENTO FISCAL**

ANEXO À PORTARIA DO GABINETE DA MESA DIRETORA Nº , DE ABRIL DE 2013. RECURSOS DO TESOURO R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DETA LHADO	TOTAL
01000	CÂMARA LEGISLATIVA			20.000
01101	CÂMARA LEGISLATIVA			20.000
01.122.6005.8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	33.90.92	100 20.000	20.000
01.122.6005.8517.0065	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - CÂMARA LEGISLATIVA DO DF	33.90.92	100 20.000	20.000
<b>TOTAL</b>				<b>20.000</b>

**ANEXO II - REDUÇÃO**

**ORÇAMENTO FISCAL**

ANEXO À PORTARIA DO GABINETE DA MESA DIRETORA Nº , DE ABRIL DE 2013. RECURSOS DO TESOURO R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FTE	DETA LHADO	TOTAL
01000	CÂMARA LEGISLATIVA			20.000
01101	CÂMARA LEGISLATIVA			20.000
01.122.6005.8517	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	33.90.39	100 20.000	20.000
01.122.6005.8517.0065	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS - CÂMARA LEGISLATIVA DO DF	33.90.39	100 20.000	20.000
<b>TOTAL</b>				<b>20.000</b>

**RESOLVE:**

**Art. 1º PRORROGAR**, por 60 (sessenta) dias, a partir de 7 de abril de 2013, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a fim de dar continuidade à apuração dos fatos relacionados no processo nº 001-000739/2012.

**Art. 2º** Publique-se.

Brasília, 4 de abril de 2013.

Deputado **WASNY DE ROURE**  
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE Nº 187, DE 2013.**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, nos termos da Lei distrital nº 4.342/2009,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a pedido, **CELIA MARIA FARIAS VIEIRA**, matrícula nº 11.857, do cargo de Assessor, CL-11, da Assessoria Especial de Fiscalização e Controle. (CC).

Brasília, 4 de abril de 2013.

Deputado **WASNY DE ROURE**  
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE Nº 188, DE 2013**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no art. 128, II, da Lei Complementar nº 840/2011,

**RESOLVE:**

**DETERMINAR** a Interrupção das férias referentes ao exercício de 2013 do servidor **JOAN GOES MARTINS FILHO**, matrícula nº 16.803, Consultor Legislativo, ocupante do cargo em comissão de Secretário-Geral, CNE-02, no Gabinete da Mesa Diretora, a partir de 05 de abril de 2013, por motivo de necessidade do serviço.

Brasília, 4 de abril de 2013.

Deputado **WASNY DE ROURE**  
Presidente

## Comissões

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES**

**SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

- **PROJETO DE LEI nº 258/2011**, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s **WASHINGTON MESQUITA**, que torna obrigatório caber eletrônico em braille e áudio para deficientes visuais em todas as agências bancárias do Distrito Federal.

## Atos Administrativos

**ATO DO PRESIDENTE Nº 186, DE 2013**

O Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais, em especial as que lhe conferem o inciso XIII, § 1º do artigo 42 do Regimento Interno da CLDF, e

Considerando que, de acordo com o exposto pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelo Ato do Presidente nº 66/2013, publicado no DCL, em 5 de fevereiro de 2013, não foi possível concluir os seus trabalhos no prazo legal, conforme razões invocadas no Memorando nº 4/2013-CPSPAD:



**DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA**  
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

### Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira  
Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração – Impressão: Seção de Produção Gráfica  
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 02/04/13  
Último Dia: 15/04/13

- PROJETO DE LEI nº 554/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s WASHINGTON MESQUITA, que dispõe sobre a fixação de cartazes e placas que informam os consumidores sobre desconto na antecipação de pagamento de dívidas.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 03/04/13  
Último Dia: 16/04/13

- PROJETO DE LEI nº 583/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s RAAD MASSOUH, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos cinemas localizados no Distrito Federal de exibirem filme nacional de curta-metragem nos programas de que constar filme estrangeiro de longametragem.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 02/04/13  
Último Dia: 15/04/13

- PROJETO DE LEI nº 621/2011, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s BENÍCIO TAVARES, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adaptação de 10% (dez por cento) da frota de veículos das autoescolas do DF para a instrução de pessoas com deficiência.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 26/03/13  
Último Dia: 10/04/13

- PROJETO DE LEI nº 855/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s EVANDRO GARLA, que assegura ao idoso internado nos hospitais da rede pública e privada do Distrito Federal o direito à vaga em Unidade de Tratamento Intensivo.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 21/03/13  
Último Dia: 05/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.026/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s CHICO VIGILANTE, que dá a denominação de "Praça Cl. Antonio Maciel Pinheiro" à Praça da Quadra 02 do Setor Norte do Gama/DF.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 05/04/13  
Último Dia: 18/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.221/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s WELLINGTON LUJIZ, que dispõe sobre a disponibilização de informação nas placas identificadoras de obras públicas, na forma que especifica.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 04/04/13  
Último Dia: 17/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.223/2012, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s JOE VALLE, que dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de aviso da presença de Organismo Geneticamente Modificado – OGM – em alimentos destinados ao consumo humano e animal produzidos, industrializados e comercializados no Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 02/04/13  
Último Dia: 15/04/13

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 189/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ARLETE SAMPAIO, que concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao arquiteto, urbanista e professor José Carlos Córdova Coutinho.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 05/04/13  
Último Dia: 18/04/13

#### COMISSÃO DE ECONOMIA ORÇAMENTO E FINANÇAS

- PROJETO DE LEI nº 1.405/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s WELLINGTON LUJIZ, que dispõe sobre a instalação de dispositivo sonoro nos veículos de transporte público de passageiros no âmbito do Distrito Federal, para identificação de pessoas com deficiência visual, nas paradas de ônibus.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.406/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s CLÁUDIO ABRANTES, que estabelece normas na instalação de novos semáforos, com passagem de pedestres no Distrito Federal, e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.414/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s PROF ISRAEL BATISTA, que garante direitos a estudantes de cursos preparatórios para exames vestibulares.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 27/03/13  
Último Dia: 11/04/13

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

- PROJETO DE LEI nº 1.403/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ROBÉRIO NEGREIROS, que estabelece diretrizes para a política de prevenção e combate do trabalho infantil em suas piores formas no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.410/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s EVANDRO GARLA, que dá a denominação de "Espaço do Idoso" ao Hall de acesso à Plataforma da Estação 112 Sul do Metrô, localizado nas salas de 1 a 5, da ala L Norte, da Quadra 112 da Asa Sul.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.412/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s LUZIA DE PAULA, que altera a Lei nº 4.142, de 5 de maio de 2008, que "dispõe sobre a reserva de cota da programação de eventos culturais promovidos pelo Governo do Distrito Federal para apresentação de artistas locais com deficiência."

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.413/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s RAAD MASSOUH, que dispõe sobre a denominação da praça pública da quadra 14, entre os conjuntos A5 e B6, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 27/03/13  
Último Dia: 11/04/13

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO nº 196/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s AYLTON GOMES, que concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Francisco Ubiraci Rodrigues Oliveira, conhecido como Bira de Oliveira.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 22/03/13  
Último Dia: 08/04/13

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

- PROJETO DE LEI nº 1.400/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, que dispõe sobre o ressarcimento em casos da interrupção dos serviços de energia elétrica na forma que menciona.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

- PROJETO DE LEI nº 1.397/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s AGACIEL MAIA, que "dispõe sobre a reabertura de novo prazo previsto no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 4.149, de 2 de junho de 2008, que "dispõe sobre quitação e descontos sobre o saldo devedor dos financiamentos dos mutuários que fazem parte da Carteira de Crédito Imobiliária do Distrito Federal".

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 21/03/13  
Último Dia: 05/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.404/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, que estabelece a realização periódica de autovistoria a ser realizada pelos condomínios ou por proprietários dos prédios residenciais, comerciais e pelo Poder Público, nos locais que especifica, cria laudo técnico de vistoria predial e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 02/04/13  
Último Dia: 15/04/13

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA

- PROJETO DE LEI nº 1.398/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s CLÁUDIO ABRANTES, que inclui no Calendário Oficial do Distrito Federal a Festa de São José, em Planaltina, a ser comemorada no dia 19 de março.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 21/03/13  
Último Dia: 05/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.407/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, que dispõe sobre a Semana de Valorização de Relacionamentos Saudáveis nas Unidades da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.411/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s LUZIA DE PAULA, que institui a disciplina Educação Fiscal na grade curricular do ensino fundamental das redes pública e particular de ensino do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.419/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s PATRÍCIO, que institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o "Dia da Doença de Huntington".

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 02/04/13  
Último Dia: 15/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.420/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s LUZIA DE PAULA, que altera a Lei nº 4.307, de 4 de fevereiro de 2009, que "proíbe o fumo em recintos coletivos públicos ou privados no Distrito Federal" e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 02/04/13  
Último Dia: 15/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.421/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, que dispõe sobre a opção pela alimentação vegetariana no programa de alimentação escolar da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 02/04/13  
Último Dia: 15/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.422/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ROBÉRIO NEGREIROS, que altera a Lei Distrital nº 5.089, de 25 de março de 2013, que "proíbe a cobrança de valores adicionais - sobretaxa para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 03/04/13  
Último Dia: 16/04/13

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA

- PROJETO DE LEI nº 1.325/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s WASHINGTON MESQUITA, que proíbe a entrada e a utilização de fogos de artifícios de qualquer natureza, bem como de sinalizadores em casa noturna/boates, casa de shows, casa de espetáculos e casa de eventos fechadas situadas no âmbito do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 04/04/13  
Último Dia: 17/04/13

#### COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

- PROJETO DE LEI nº 1.361/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ARLETE SAMPAIO, que institui, no Distrito Federal, a política pública de consumo consciente e responsável.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 02/04/13  
Último Dia: 15/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.401/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ROBÉRIO NEGREIROS, que dispõe sobre a aquisição, pelos órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal, de papéis com certificação que comprove que a madeira utilizada na sua fabricação é oriunda de plano de manejo florestal sustentável devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente, e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 26/03/13  
Último Dia: 10/04/13

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

- PROJETO DE LEI nº 1.402/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ROBÉRIO NEGREIROS, que dispõe sobre a exigência de fundamentação na notificação de decisão e resultado de recurso contra a penalidade por infração à legislação de trânsito, de competência distrital, e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.408/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s ELIANA PEDROSA, que dispõe sobre realização de qualquer evento artístico, custeado com recursos públicos, para inauguração de obras públicas no âmbito do Distrito Federal.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

- PROJETO DE LEI nº 1.409/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s EVANDRO GARLA, que altera dispositivos da Lei nº 3.822, de 8 de fevereiro de 2006, que "dispõe sobre a Política Distrital do Idoso e dá outras providências."

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

#### MESA DIRETORA

- PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 63/2013, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a)s EVANDRO GARLA, que altera a denominação da Comissão de Educação, Saúde e Cultura e dá outras providências.

**PRAZO PARA EMENDAS** 1º Dia: 25/03/13  
Último Dia: 09/04/13

**NOTA** - De acordo com o art. 147, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de emendas junto às Comissões é de dez dias úteis.

#### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES

#### SACP - SETOR DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

#### PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO

PROPOSIÇÕES EM FASE DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO EM PLENÁRIO, QUE RECEBERAM PARECER PELA INADMISSIBILIDADE NAS COMISSÕES. (arts. 143 e/ou 152, do RI/CLDF):

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

- **PROJETO DE LEI nº 64/2011**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que *dispõe sobre a Licença-Maternidade Especial para servidoras públicas mães de bebês prematuros e dá outras providências.*

**PRAZO PARA RECURSO** 1º Dia: 04/04/13  
Último Dia: 10/04/13

- **PROJETO DE LEI nº 84/2011**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) RAAD MASSOUH, que *dispõe sobre as restrições ao incentivo do uso abusivo de bebidas alcoólicas, aos patrocínios de atividades e as propagandas de bebidas alcoólicas no âmbito do Distrito Federal.*

**PRAZO PARA RECURSO** 1º Dia: 04/04/13  
Último Dia: 10/04/13

- **PROJETO DE LEI nº 495/2011**, de autoria do(a) Sr(a) Deputado(a) AGACIEL MAIA, que *dispõe sobre a destinação de vagas para mulheres nos contratos realizados pelo GDF na terceirização de serviços.*

**PRAZO PARA RECURSO** 1º Dia: 01/04/13  
Último Dia: 05/04/13

**NOTA:** De acordo com os arts. 143 e/ou 152, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de recurso é de cinco dias úteis.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**CONVOCAÇÃO**

O Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, Deputado Chico Leite, nos termos do artigo 83, Inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tem a honra de convocar os Senhores Deputados membros desta Comissão para a 5ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura, a realizar-se no dia 9 de abril de 2013, terça-feira, às 10h30, na sala de Reunião das Comissões, para deliberação da seguinte pauta:

- I - Comunicado do Presidente;
- II - Comunicado dos membros
- III - Leitura da ata da 4ª reunião ordinária.
- IV - Pauta de votação.

Solicitamos aos Senhores Deputados que, na impossibilidade de seu comparecimento, comuniquem o fato a seus respectivos suplentes para fins de substituição.

Brasília, 4 de abril de 2013.

Paulo Eduardo Pinto de Almeida  
Secretário - CCJ  
Matrícula n.º 16755-10

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PAUTA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**LOCAL:** SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES  
**DATA:** 9 de ABRIL de 2013 (terça-feira), às 10h30min

**I - EXPEDIENTES**

1. LEITURA DA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013

**II - COMUNICADOS**

1. DE MEMBROS DA COMISSÃO
2. DO PRESIDENTE DA COMISSÃO

**III - MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

**1 - PLC 62/2013**  
DISPÕE SOBRE O FUNDO DE DIREITOS DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**AUTOR:** Poder Executivo  
**RELATOR:** Dep. Cláudio Abrantes  
**PARECER:**

**2 - PLC 63/2013**  
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 704, DE 18 DE JANEIRO DE 2005, QUE CRIA O FUNDO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, ALTERA O §2º, DO ART. 25, DA LEI 3.196, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**AUTOR:** Poder Executivo  
**RELATOR:** Dep. Chico Leite  
**PARECER:**

**3 - PL 1318/2012**  
DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SERVIDORES E EMPREGADOS DOS QUADROS EFETIVOS DO DISTRITO FEDERAL.  
**AUTOR:** Poder Executivo  
**RELATOR:** Dep. Aytton Gomes  
**PARECER:**

**4 - PL 1416/2013**  
ALTERA A LEI Nº 1.254, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1996, A LEI Nº 3.311, DE 21 DE JANEIRO DE 2004, A LEI Nº 4.276, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008, A LEI Nº 5.017, DE 18 DE JANEIRO DE 2013, A LEI Nº 5.018, DE 18 DE JANEIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**AUTOR:** Poder Executivo  
**RELATOR:** Dep. Aytton Gomes  
**PARECER:**

**5 - PL 1415/2013**  
DISPÕE SOBRE MEDIDAS RELATIVAS À COPA DAS CONFEDERAÇÕES DA FIFA 2013 E À COPA DO MUNDO DA FIFA 2014, NO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**AUTOR:** Poder Executivo  
**RELATOR:** Dep. Robério Negreiros  
**PARECER:**

**6 - PL 275/2011**  
INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO DISTRITO FEDERAL O ENCONTRO DAS FOLIAS DO ESPÍRITO SANTO DA ROÇA E DA CIDADE, NA PRAÇA MATRIZ, REALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI, QUANDO DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO.  
**AUTOR:** Dep. Cláudio Abrantes  
**RELATORA:** Dep. Eliana Pedrosa  
**PARECER:** Admissibilidade

**7 - PL 376/2011**  
ESTABELECE NORMAS PARA O ACESSO DE CÃES, DE QUALQUER PORTE, AO INTERIOR DOS PARQUES URBANOS E ECOLÓGICOS MANTIDOS PELO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**AUTORA:** Dep. Lúzia de Paula  
**RELATORA:** Dep. Eliana Pedrosa  
**PARECER:** Admissibilidade

**8 - PL 779/2012 - apenso PL 1024/2012**  
INSTITUI A SEMANA DISTRITAL DE DOAÇÃO DE LEITE MATERNO NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.  
**AUTOR:** Dep. Washington Mesquita  
**RELATORA:** Dep. Eliana Pedrosa  
**PARECER:** Admissibilidade na forma do substitutivo aprovado pela CESC

**9 - PL 1175/2012**  
DISPÕE SOBRE A CONFERÊNCIA DE PRODUTOS APÓS O PAGAMENTO NO CAXA PELO CONSUMIDOR, NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS LOCALIZADOS NO DISTRITO FEDERAL.  
**AUTORA:** Dep. Lúzia de Paula  
**RELATORA:** Dep. Eliana Pedrosa  
**PARECER:** Admissibilidade

**10 - PL 1182/2009**  
DECLARA O CORAL DA UNB, COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO DISTRITO FEDERAL.  
**AUTOR:** Dep. Aytton Gomes  
**RELATOR:** Dep. Chico Leite  
**PARECER:** Admissibilidade

**11 - PL 342/2011**  
DISPÕE SOBRE A DESTINAÇÃO PREFERENCIAL AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS PERMANENTES E OS IDOSOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS LOCALIZADAS EM ANDAR OU PAVIMENTO COM MELHORES CONDIÇÕES DE ACESSO, DESDE QUE REGULARMENTE INSCRITOS NOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**AUTOR:** Dep. Cláudio Abrantes  
**RELATOR:** Dep. Chico Leite  
**PARECER:** Admissibilidade na forma do substitutivo aprovado pela CAF

**12 - PL 651/2011**  
ESTABELECE DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.  
**AUTOR:** Dep. Joe Valle  
**RELATOR:** Dep. Chico Leite  
**PARECER:** Admissibilidade

**13 - PL 781/2012**  
INSTITUI A POLÍTICA DISTRITAL DE SAÚDE BUCAL NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
**AUTOR:** Dep. Washington Mesquita  
**RELATOR:** Dep. Chico Leite  
**PARECER:** Admissibilidade na forma da emenda supressiva do relator

**14 – PL 1033/2012**

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DO CARDÁPIO DA MERENDA ESCOLAR EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL.

**AUTOR:** Dep. Joe Valle  
**RELATOR:** Dep. Chico Leite  
**PARECER:** Admissibilidade

**15 – PL 1147/2012**

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À PROMOÇÃO OU PATROCÍNIO DE EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS COM RECURSOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**AUTORA:** Dep. Eliana Pedrosa  
**RELATOR:** Dep. Chico Leite  
**PARECER:** Admissibilidade

**16 – PR 28/2007**

ALTERA O ARTIGO 99 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.

**AUTOR:** Dep. Reguffe e outros  
**RELATORA:** Dep. Eliana Pedrosa  
**PARECER:** Inadmissibilidade

Paulo Eduardo Pinto de Almeida  
Secretário – CCJ  
Matrícula n.º 16755-10



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

DOC0045922013

**Convocação da 2ª Reunião Ordinária**

De ordem do Senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, convocamos os membros desta Comissão, para a 3ª Reunião Ordinária, a realizar-se no dia 09 de abril, terça-feira, às 10h, na Sala de Reunião das Comissões.

Brasília, 04 de abril de 2013

Getúlio José R. Pernambuco  
Secretário da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

**Pauta da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças**

**Data:** 09 de Abril de 2013, às 10:00h

**Local:** Sala de reunião das Comissões

**Item I – Dos Comunicados****Item II – Da Pauta – Matérias para discussão e votação**

**01 - Leitura e aprovação das Atas da 2ª Reunião Ordinária e 2ª Reunião Extraordinária de 2013.**

**02 – Projeto de Lei N.º 1415/2013**

**Autoria:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado Rôney Nemer

**Ementa:** DISPÕE SOBRE MEDIDAS RELATIVAS À COPA DAS CONFEDERAÇÕES DA FIFA 2013 E À COPA DO MUNDO DA FIFA 2014, NO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Parecer:** Pela admissibilidade e aprovação

**03 – Projeto de Lei N.º 1418/2013**

**Autoria:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado Rôney Nemer

**Ementa:** ALTERA A LEI N.º 1.254, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1996, A LEI N.º 3.311, DE 21 DE JANEIRO DE 2004, A LEI N.º 4.276, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003, A LEI N.º 5.017, DE 18 DE JANEIRO DE 2013, A LEI N.º 5.018, DE 15 DE JANEIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Parecer:** Pela admissibilidade e aprovação

**04 – Projeto de Lei N.º 1318/2012**

**Autoria:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado Rôney Nemer

**Ementa:** DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SERVIDORES E EMPREGADOS DOS QUADROS EFETIVOS DO DISTRITO FEDERAL.

**Parecer:** Pela admissibilidade e aprovação

**05 Projeto de Lei Complementar N.º 93/2013**

**Autoria:** Poder Executivo

**Relator:** Deputado Rôney Nemer

**Ementa:** ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.º 704, DE 18 DE JANEIRO DE 2005, QUE CRIA O FUNDO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, ALTERA O §2.º DO ART. 25, DA LEI 3.196, DE 29 DE SETEMBRO DE 2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS  
**Parecer:** Pela admissibilidade e aprovação

**06- Indicação n.º 9609/2013**

**Autoria:** Deputado Evandro Garia

**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA QN 14 E CONJUNTO 2, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO II-RA XXI.

**07- Indicação n.º 9644/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE AO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL DETRAN-DF, A REVITALIZAÇÃO DA FAIXA DE PEDESTRES LOCALIZADA NA QUADRA 06, BLOCO A, EM FRENTE AOS LOTES 03/10, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZILÂNDIA - RA IV.

**08- Indicação n.º 9716/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE AO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL DETRAN-DF, A IMPLANTAÇÃO DE FAIXA DE PEDESTRE EM FRENTE À QE 13 CONJUNTO E S/N-GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.

**09- Indicação n.º 9717/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE AO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL DETRAN-DF, A IMPLANTAÇÃO DE FAIXA DE PEDESTRE NA QE 40 RUA 11 EM FRENTE AO LOTE 14-GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.

**10- Indicação n.º 9718/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE AO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL DETRAN-DF, A IMPLANTAÇÃO DE FAIXA DE PEDESTRE EM FRENTE AO SETOR DE OFICINAS DO GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.

**11- Indicação n.º 9719/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, A REVITALIZAÇÃO DOS BANCOS DE CONCRETO EXISTENTES NA PRAÇA DA QE 28 EM FRENTE AO CONJUNTO K DO GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.

**12- Indicação n.º 9723/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO JUNTO AO DEPTRANS-TRANSPORTE URBANO DO DF, A REVITALIZAÇÃO DAS PARADAS DE ÔNIBUS LOCALIZADAS NO GUARÁ I, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.

**13- Indicação n.º 9725/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, A IMPLANTAÇÃO DE UMA LOMBADA NA QE 38 CONJUNTO I-GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA GUARÁ-RA X.

**14- Indicação n.º 9728/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE AO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL DETRAN-DF, A PINTURA DAS VAGAS DO ESTACIONAMENTO PÚBLICA LOCALIZADO NA QE 38 AE FRENTE AO LOTE 07 DO GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.

**15- Indicação n.º 9729/2013**

**Autoria:** Deputada Luzia de Paula

**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, PARA A INSTALAÇÃO DE ABRIGOS NAS PARADAS DE ÔNIBUS NA COLÔNIA AGRÍCOLA 26 SETEMBRO, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA-RA III.

**16- Indicação n.º 9730/2013**

**Autoria:** Deputada Luzia de Paula

**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, PARA A INSTALAÇÃO DE ABRIGOS NAS PARADAS DE ÔNIBUS DA RODOVIA DF 190, ENTRE O SETOR HABITACIONAL ÁGUA QUENTE E O NÚCLEO RURAL LAJE DA JIBÓIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA - RA XII.

**17- Indicação n.º 9731/2013**

**Autoria:** Deputada Luzia de Paula

**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, PARA A INSTALAÇÃO DE ABRIGOS NAS PARADAS DE ÔNIBUS DA RODOVIA DF 190, ENTRE OS NÚCLEOS RURAIS BOA ESPERANÇA E LAJE DA JIBÓIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.

**18- Indicação n.º 9734/2013**

**Autoria:** Deputada Ariete Sampaio

**Ementa:** SUGERE AO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS - DER-DF, ADOÇÃO DE MEDIDAS DE SEGURANÇA PARA USUÁRIOS QUE AGUARDAM ÀS MARGENS DA DF-003, O INGRESSO AO PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA, CONHECIDO COMO ÁGUA MINERAL, PRINCIPALMENTE EM SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS.

**19- Indicação n.º 9823/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZILÂNDIA-RA IV.

**20- Indicação n.º 9824/2013**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco

**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO JUNTO AO DFTRANS-TRANSPORTE URBANO DO DF, A REVITALIZAÇÃO DAS PARADAS DE ÔNIBUS

**LOCALIZADAS AO LONGO DA DF 080, LIGAÇÃO ENTRE TAGUATINGA E BRAZLÂNDIA.****21- Indicação n°10028/2013****Autoria:** Deputado Prof. Israel Batista**Ementa:** SUGERE, AO PODER EXECUTIVO, A REALIZAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, ESPECIALMENTE A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE BICICLETAS NAS ESTAÇÕES DO METRÔ, O FUNCIONAMENTO ININTERRUPTO DE LINHAS DE ÔNIBUS E DO METRÔ - TRANSPORTE 24 HORAS POR DIA - E A DISPONIBILIZAÇÃO DE UM TRANSPORTE MAIS EFICIENTE PARA OS CONSUMIDORES E TRABALHADORES DOS RAMOS DE COMÉRCIO E SERVIÇO NOTURNOS - PROJETO ROTA INTERBARES**06- Indicação n°10029/2013****Autoria:** Deputado Prof. Israel Batista**Ementa:** SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SECRETÁRIO DE SAÚDE NO SENTIDO PROMOVER A NOMEAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE ESPECIALISTA EM SAÚDE - FISIOTERAPEUTA, PARA SUPRIR A CARÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL.**22- Indicação n°10030/2013****Autoria:** Deputado Dr. Michel**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO O ENVIO DE MENSAGEM COM PROPOSTA DE LEI CRIANDO GRATIFICAÇÃO PARA OS SERVIDORES QUE EFETIVAMENTE EXERÇAM SUAS ATIVIDADES NOS PRONTO-SOCCORROS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL.**23- Indicação n°10043/2013****Autoria:** Deputado Raad Massouh**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO POR INTERMÉDIO DO DFTRANS, A IMPLANTAÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO NA ESTÂNCIA V DE PLANALTIMA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTIMA - RA VI.**24- Indicação n°10047/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE À ADMINISTRAÇÃO DE ÁGUAS CLARAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO-DETRAN, PROVIDÊNCIAS PARA INSTALAÇÃO DE FAIXAS DE PEDESTRES E QUEBRA-MOLAS NA AVENIDA VEREDA DA CRUZ, PRÓXIMO À ESQUINA COM A AVENIDA PAU BRASIL EM FRENTE A ESCOLA CINEM, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ÁGUAS CLARAS - RA XX.**25- Indicação n°10055/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA QUADRA 17 CONJUNTO B, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO- RA V.**26- Indicação n°10061/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE À SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA NOVACAP PROVIDÊNCIAS PARA IMPLANTAÇÃO DE ASFALTO NO NÚCLEO RURAL DE SOBRADINHO DOS MELOS NO KM 5, 3 DA RODOVIA DF 250 CAPÃO DA ONÇA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÓI - RA VII.**27- Indicação n°10063/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO AO DFTRANS NO SENTIDO DE IMPLANTAR UMA LINHA DE ÔNIBUS PARA ATENDER À COMUNIDADE DE CANDANGOLÂNDIA NO TRECHO QUE ESPECIFICA.**28- Indicação n°10064/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO AO DFTRANS NO SENTIDO DE IMPLANTAR UMA LINHA DE ÔNIBUS PARA ATENDER À COMUNIDADE DO GRANDE COLORADO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO- RA V.**29- Indicação n°10069/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO AO DFTRANS NO SENTIDO DE IMPLANTAR UMA LINHA DE ÔNIBUS PARA ATENDER À COMUNIDADE DO SETOR P, SUL, DA CEILÂNDIA, NO TRECHO QUE ESPECIFICA.**30- Indicação n°10071/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA QUADRA 10 CONJUNTO D, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO- RA V.**31- Indicação n°10073/2013****Autoria:** Deputado Dr. Michel**Ementa:** SUGERE A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL- NOVACAP, A CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NA RUA DO LAGO, LOCALIZADA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA-RA IV.**32- Indicação n°10078/2013****Autoria:** Deputado Olair Francisco**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA NOVACAP, PARA RESTAURAÇÃO DO ASFALTO DAS QUADRAS QS 02 E QS 04 DO RIACHO FUNDO I, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO I- RA XVII.**33- Indicação n°10062/2013****Autoria:** Deputado Olair Francisco**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DO SETOR DE CHÁCARAS KANEGAE DO RIACHO FUNDO I, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO I- RA XVII.**34- Indicação n°10084/2013****Autoria:** Deputado Olair Francisco**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A CONSTRUÇÃO DE UMA CICLOVIA NO CALÇADÃO DO RIACHO FUNDO I, ENTRE AS QDS DA QS 16, QS 04, QS 02 E QN 01, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO I- RA XVII.**35- Indicação n°10090/2013****Autoria:** Deputado Olair Francisco**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, A REVITALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICA DAS QUADRAS QS 04 E QS 02, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO - RA XVII.**36- Indicação n°10091/2013****Autoria:** Deputado Olair Francisco**Ementa:** SUGERE AO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL DETRAN-DF INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA QS 02 E 04 DO RIACHO FUNDO I, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO I- RA XVII.**37- Indicação n°10098/2013****Autoria:** Deputado Joe Valle**Ementa:** SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE ENVIAR À CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PROJETO DE LEI QUE REESTRUTURE A CARREIRA DE ODONTÓLOGISTAS.**38- Indicação n°10100/2013****Autoria:** Deputado Washington Mesquita, Agaciel Mala, Robério Negrelros e outros**Ementa:** SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, O IMEDIATO ENVIO DO REQUERIMENTO Nº 124788 PARA A PROCURADORIA DO DISTRITO FEDERAL PARA ELABORAÇÃO DO PARECER SOBRE A POSSIBILIDADE E VIABILIDADE JURÍDICA DO APROVEITAMENTO DOS APROVADOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM SAÚDE DA CARREIRA DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA A SAÚDE SES/DAMU, DO QUADRO DE PESSOAL DO DF NA ESPECIALIDADE DE MOTORISTA, COM A REALIZAÇÃO DE NOVA PROVA PRÁTICA.**39- Indicação n°10103/2013****Autoria:** Deputado Olair Francisco**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE DO DISTRITO FEDERAL, PARA IMPLANTAÇÃO DE PARADA DE ÔNIBUS NA QNL 16 VIA 19, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.**40- Indicação n°10104/2013****Autoria:** Deputado Olair Francisco**Ementa:** SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, PARA RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA VIA LOCALIZADA NA QR 431 CONJUNTO 09, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA - RA XII.**41- Indicação n°10115/2013****Autoria:** Deputado Olair Francisco**Ementa:** SUGERE AO DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL DETRAN-DF, MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA QN 05 E QN 03 DO RIACHO FUNDO I RA - XVII.**42- Indicação n°10124/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA DF 150, VIA DE LIGAÇÃO DO CONDOMÍNIO SETOR DE MANSÕES A SOBRADINHO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO-RA V.**43- Indicação n°10133/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA QD 03CONJUNTO C, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO-RA V.**44- Indicação n°10137/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO CÓRREGO DO ARROZAL, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO-RA V.**45- Indicação n°10138/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA VILA BASEVI AR 02-LAGO OESTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO-RA V.**46- Indicação n°10140/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA QMS 46 SETOR DE MANSÕES, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO-RA V.**47- Indicação n°10143/2013****Autoria:** Deputado Evandro Garcia**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, NO SENTIDO DE CONSTRUIR ESTACIONAMENTO INTERNO E EXTERNO COM CALÇADAS NA ESCOLA CLASSE 14 NO AR 19 CONJUNTO 07 LOTE 01, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO-RA V.**48- Indicação n°10157/2013****Autoria:** Deputado Dr. Michel**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, O ASFALTAMENTO DA ENTRADA DA ESTÂNCIA I, PARTINDO DA DF - 126, ENTRE A ESTÂNCIA I E ESTÂNCIA IV, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTIMA - DF, RA - VI.**49- Indicação n°10160/2013****Autoria:** Deputado Dr. Michel**Ementa:** SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, O ASFALTAMENTO DO CONDOMÍNIO GUIRRAS (PRADO), LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTIMA DF, RA - VI.**50- Indicação n°10161/2013****Autoria:** Deputado Dr. Michel**Ementa:** SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, O RECAPEAMENTO DA DF - 345, DO ENTRONCAMENTO DA BR - 020 ATÉ A DIVISA DO DISTRITO FEDERAL COM O ESTADO DE GOIÁS.**51- Indicação n°10163/2013**

**Autoria:** Deputado Joe Valle

**Ementa:** SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE ENVIAR À CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PROJETO DE LEI QUE REESTRUTURE A CARREIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL COM A INSTITUIÇÃO DO PLANO DE CARGOS, DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL.

**52- Indicação nº 10164/2013**

**Autoria:** Deputado Joe Valle

**Ementa:** SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER - NO SENTIDO DE DUPLICAR O TRECHO DA DF 001 QUE LIGA A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MARINHA AO BALÃO DE UNAI/PAPUDA.

Brasília, 04 de Abril 2013

  
**GETÚLIO JOSÉ R. PERNAMBUCO**  
 Comissão de Economia, Orçamento e Finanças  
 SECRETARIO



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
 COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,  
 CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE e TURISMO

### DESIGNAÇÃO DE RELATORIA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Robério Negreiros, nos termos do art. 90, Inciso I e art. 162, § 1º, Inciso VI do Regimento Interno, informo que a proposição relacionada foi distribuída ao membro desta Comissão, para proferir parecer em regime de urgência:

Deputado Robério Negreiros
PL 1416/2013

  
**Fábio Figueira**  
 Secretário - CDESCTMAT

RESULTADO DE PAUTA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DA SEXTA LEGISLATURA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, REALIZADA EM 03/04/2013, 14h.

#### I - COMUNICADOS

#### II - APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES 2013

APROVADO

#### III - MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

- LETURA DA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 29/09/2012;  
 - LETURA DA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 10/10/2012;  
 - LETURA DA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 24/10/2012;  
 - LETURA DA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 21/11/2012;  
 - LETURA DA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 10/10/2012;  
 - LETURA DA ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 17/10/2012;  
 - LETURA DA ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 13/11/2012;  
 - LETURA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EIV, REALIZADA EM 10/09/2012;  
 - LETURA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - ARQUIÇÃO DO DIRETOR DA ADASA, REALIZADA EM 10/10/2012;  
 - LETURA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - PATOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES, REALIZADA EM 19/11/2012;  
 - LETURA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, REALIZADA EM 26/11/2012;  
 - LETURA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, REALIZADA EM 29/11/2012;  
 - LETURA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, REALIZADA EM 04/12/2012;  
 - LETURA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, REALIZADA EM 07/12/2012;  
 - LETURA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, REALIZADA EM 10/12/2012;  
 APROVADAS

#### 1) IND 7372/2012

**Autoria:** Deputado Joe Valle  
 SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO AO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM E COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, NO SENTIDO DE INSTALAR PONTOS DE ÁGUA POTÁVEL NO PARQUE ECOLÓGICO LUIZ CRULS LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO NÚCLEO BANDEIRANTE - RA VIII.  
 APROVADA

#### 2) IND 7756/2012

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
 SUGERE A NOVACAP A PODA DE ÁRVORES NA AV. PRINCIPAL DO SETOR M NORTE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.  
 APROVADA

#### 3) IND 8459/2012

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
 SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO JUNTO À NOVACAP PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QUADRA 411, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA - RA XII.  
 APROVADA

#### 4) IND 8769/2012

**Autoria:** Deputada Eliana Pedrosa  
 SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, O NIVELAMENTO E A COLOCAÇÃO DE TAMPAS NAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA AVENIDA SAMDU NORTE, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.  
 APROVADA

#### 5) IND 8771/2012

**Autoria:** Deputada Eliana Pedrosa  
 SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A MELHORIA DA ILUMINAÇÃO DA CICLOVIA DO PISTÃO NORTE, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.  
 APROVADA

#### 6) IND 8816/2012

**Autoria:** Deputada Liliâne Roriz  
 RE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL - IBRAM A CRIAÇÃO DE UM PARQUE ECOLÓGICO NAS PROXIMIDADES DA TORRE DIGITAL DE BRASÍLIA.  
 APROVADA

#### 7) IND 8915/2012

**Autoria:** Deputado Dr. Michel  
 SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARAÍSO, LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA - RA II.  
 APROVADA

#### 8) IND 8916/2012

**Autoria:** Deputado Dr. Michel  
 SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE INSTALAR ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARAÍSO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA, RA - II.  
 APROVADA

#### 9) IND 8917/2012

**Autoria:** Deputado Dr. Michel  
 SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARAÍSO, LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA, RA - II.  
 APROVADA

#### 10) IND 8918/2012

**Autoria:** Deputado Dr. Michel  
 SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARAÍSO, LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA - RA II.  
 APROVADA

#### 11) IND 8921/2012

**Autoria:** Deputado Dr. Michel  
 SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, A EXECUÇÃO DAS OBRAS

DE ESGOTO SANITÁRIO NO CONDOMÍNIO CHÁCARA BURITI, LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II, RA - XXVI. SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO  
 APROVADA

#### 12) IND 8953/2012

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
 SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL - IBRAM, FISCALIZAÇÃO NAS ÁREAS AMBIENTAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA - RA XII.  
 APROVADA

#### 13) IND 8964/2012

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
 SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, PARA PROMOVER O CORTE DO MATO ALTO NA QNM 03 E 05, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
 APROVADA

#### 14) IND 8965/2012

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
 SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, QUE PROVIDENCIE A SUBSTITUIÇÃO DAS TAMPAS DOS BUEIROS LOCALIZADOS NA QNM 03 E 05, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
 APROVADA

#### 15) IND 8977/2012

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
 SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA DESOBSTRUÇÃO DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QNM 11, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.  
 APROVADA

#### 16) IND 8996/2012

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
 SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO À NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QR 431, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA-RA XII.  
 APROVADA

#### 17) IND 8997/2012

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
 SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, PARA PROMOVER A REVITALIZAÇÃO DA ÁREA LOCALIZADA NA QR 431 CONJUNTO 08 EM FRENTE AO LOTE 01, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA-RA XII.  
 APROVADA

#### 18) IND 9055/2012

**Autoria:** Deputado Robério Negreiros  
 SUGERE AO PODER EXECUTIVO A EDIÇÃO DE DECRETO PARA ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 32.119, DE 26 DE AGOSTO DE 2010 QUE REGULAMENTA E CONSOLIDA OS DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4.269, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2008.  
 APROVADA

#### 19) IND 9058/2012

**Autoria:** Deputado Joe Valle  
 SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, NO SENTIDO DE REALIZAR E IMPLANTAR PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO NÚCLEO RURAL DO CÔRREGO DO URUBU NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO LAGO NORTE - RA XVII.  
 APROVADA

#### 20) IND 9059/2012

**Autoria:** Deputado Joe Valle  
 SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, NO SENTIDO DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NA ESCOLA CLASSE INGRA VI NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV.  
 APROVADA

**21) IND 9060/2012**

**Autoria:** Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, NO SENTIDO DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NA ESCOLA CLASSE NATUREZA, NO NÚCLEO RURAL CAPÃO DA ERVA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ - RA VII.  
**APROVADA**

**22) IND 9061/2012**

**Autoria:** Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, NO SENTIDO DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NA ESCOLA CLASSE SÃO GONÇALO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI.  
**APROVADA**

**23) IND 9074/2012**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, QUE PROMOVA REFORÇO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA AO LADO DA ESCOLA CLASSE 02 LOCALIZADA NA QE 02 S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
**APROVADA**

**24) IND 9075/2012**

**Autoria:** Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QR 431, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA - RA XII.  
**APROVADA**

**25) IND 9215/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO QUINTAS DO AMANHECER, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**26) IND 9216/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NA HORTA COMUNITÁRIA, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**27) IND 9217/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO NÚCLEO RURAL DVO, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**28) IND 9218/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO VIVENDAS NOVA PETRÓPOLIS, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**29) IND 9219/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO VILA FELIZ, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**30) IND 9220/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO MANSÕES DO AMANHECER, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**31) IND 9221/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO VALE DO SOL, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**32) IND 9222/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO PRIVÊ RESIDENCIAL, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**33) IND 9223/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO ESTÂNCIA V, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**34) IND 9224/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO MÓDULO RURAL MESTRE D ARMAS, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**35) IND 9226/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO MANSÕES DO AMANHECER, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**36) IND 9227/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO MESTRE D ARMAS II, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**37) IND 9228/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO QUINTAS DO AMANHECER II, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**38) IND 9229/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO PARQUE MÓNACO, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**39) IND 9230/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO PORTAL DO AMANHECER I, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**40) IND 9231/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO PORTAL DO AMANHECER II, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**41) IND 9232/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO PORTAL DO AMANHECER V, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**42) IND 9233/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO MESTRE D ARMAS, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**43) IND 9234/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO NOVA ESPERANÇA, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**44) IND 9235/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO FLAMBOYANT, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**45) IND 9236/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO VENEZA I, II E III, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**46) IND 9237/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO SETOR VILA DIMAS, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**47) IND 9238/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO SETOR RECANTO FELIZ, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**48) IND 9239/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO SAN SEBASTIAN, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**49) IND 9240/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO SAMALUMA, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**50) IND 9241/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NA BICA DO DER, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**51) IND 9242/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO SETOR RESIDENCIAL OESTE, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**52) IND 9243/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO SANTA MÓNICA, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**53) IND 9244/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO NOSSO LAR, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**54) IND 9245/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO CACHOEIRA, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**55) IND 9246/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NAS QUADRAS 167, 168 E 169 DA RUA BERNARDO SAYÃO, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**56) IND 9247/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NA QUADRA 94, DA RUA PARÁ, SETOR SUL, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

**57) IND 9248/2012**

**Autoria:** Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO NO NÚCLEO RURAL QUINTAS DO MARANHÃO, NA CIDADE DE PLANALTINA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

58) IND 9249/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NA ESTÂNCIA PLANALTIMA, NA CIDADE DE PLANALTIMA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

59) IND 9250/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NAS QUADRAS 129, 130 E 131 DA AV. INDEPENDÊNCIA, NA CIDADE DE PLANALTIMA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

60) IND 9251/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO NO CONDOMÍNIO SARANDY NA CIDADE DE PLANALTIMA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

61) IND 9254/2012

Autoria: Deputado Cláudio Abrantes  
SUGERE AO SENHOR SECRETÁRIO DO ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO NO NÚCLEO TAQUARA, NA CIDADE DE PLANALTIMA-DF, RA VI.  
**APROVADA**

62) IND 9274/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À ADMINISTRAÇÃO DO SCIA, NO SENTIDO DE PROMOVER A REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E A INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS NA QUADRA 07, SETOR OESTE DA CIDADE ESTRUTURAL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SCIA - RA XXV.  
**APROVADA**

63) IND 9293/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO DO

DISTRITO FEDERAL - CAESB, NO SENTIDO DE PROMOVER A DESOBSTRUÇÃO DA GALERIA DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS LOCALIZADA NO SETOR NORTE DA CIDADE ESTRUTURAL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SCIA - RA XXV.  
**APROVADA**

64) IND 9294/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, NO SENTIDO DE PROMOVER A DESOBSTRUÇÃO DA GALERIA DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS LOCALIZADA NA VIA COMERCIAL DAS QUADRAS 02 E 04 DA CIDADE ESTRUTURAL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SCIA - RA XXV.  
**APROVADA**

65) IND 9295/2012

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, NO SENTIDO DE PROMOVER A DESOBSTRUÇÃO DA GALERIA DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS LOCALIZADA NA VIA COMERCIAL DAS QUADRAS 02 E 04 DA CIDADE ESTRUTURAL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SCIA - RA XXV.  
**APROVADA**

66) IND 9343/2012

Autoria: Deputada Ariete Sampaio  
SUGERE AO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB NO SENTIDO DE IMPLANTAR HIDRÔMETROS INDIVIDUAIS NAS CASAS E APARTAMENTOS DOS CONDOMÍNIOS DO BARRIO JARDINS MANGUEIRAL.  
**APROVADA**

67) IND 9364/2013

Autoria: Deputado Agacieli Maia  
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA CAESB - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO NO PORTO RICO, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII.  
**APROVADA**

68) IND 9366/2013

Autoria: Deputado Agacieli Maia  
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, QUE CENTRALIZE EXCLUSIVAMENTE NA CAESB - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, A RESPONSABILIDADE PELO COMBATE AO ASSOREAMENTO DO LAGO PARANOÁ, BEM COMO, A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COMBATE AO ASSOREAMENTO E ACOMPANHAMENTO PERMANENTE.  
**APROVADA**

69) IND 9378/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QUADRA POLIESPORTIVA LOCALIZADA NA QUADRA 405, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
**APROVADA**

70) IND 9379/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO

LOCALIZADAS NO P SUL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

71) IND 9380/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA EQNP 26/30, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

72) IND 9382/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, A LIMPEZA DIÁRIA DAS RUAS DAS QUADRAS QNRS 01 A 05, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

73) IND 9383/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM E CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM TODAS AS QUADRAS QNRS 01 A 05, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

74) IND 9384/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A ARBORIZAÇÃO DAS QUADRAS QNRS 01 A 05, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

75) IND 9385/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM NAS PROXIMIDADES DA ESCOLA CLASSE 65, LOCALIZADA NA QNR 02, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

76) IND 9386/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM AO LONGO DA AVENIDA P3, LOCALIZADA NO SETOR P SUL, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

77) IND 9397/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA EXPANSÃO DO SETOR O, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

78) IND 9405/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, A LIMPEZA DIÁRIA DAS RUAS, BECOS E ÁREAS VERDES DA EXPANSÃO DO SETOR O, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

79) IND 9412/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, A LIMPEZA DIÁRIA DAS VIAS E ÁREAS VERDES LOCALIZADAS NAS PROXIMIDADES DO SETOR PRIVÉ, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

80) IND 9415/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CEB, A INSTALAÇÃO OS EQUIPAMENTOS DA REDE RESIDENCIAL, DE FORNECIMENTO DE ENERGIA (PADRÕES) NO CONDOMÍNIO SERRA VERDE, LOCALIZADO NO NÚCLEO HABITACIONAL NOVA COLINA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

81) IND 9416/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CAESB, A INSTALAÇÃO DA REDE DE ESGOTO NA VILA BASEVI, LOCALIZADA NA REGIÃO DO GRANDE COLORADO, DF 001, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA XXVI.  
**APROVADA**

82) IND 9417/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CAESB, A INSTALAÇÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL NA RUA D DO CONDOMÍNIO PETRÓPOLIS, LOCALIZADO NO SETOR HABITACIONAL NOVA COLINA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

83) IND 9418/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CAESB, A INSTALAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA POTÁVEL E DE ESGOTOS NO CONDOMÍNIO CAFÉ PLANALTO, LOCALIZADO NO SETOR HABITACIONAL BOA VISTA, DF 150, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

84) IND 9419/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CAESB, A INSTALAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA POTÁVEL E DE ESGOTOS NO CONDOMÍNIO SERRA VERDE, LOCALIZADO NA REGIÃO DO NOVA COLINA, SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

85) IND 9420/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CAESB, A INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS NA REGIÃO DO GRANDE COLORADO, SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

86) IND 9421/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CAESB, A INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS NO CONDOMÍNIO PARAÍSO, GAMA - RA II.  
**APROVADA**

87) IND 9422/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CEB, A INSTALAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA DF 275, NO TRECHO ENTRE O CONDOMÍNIO SERRA AZUL E A VILA RABELO, NO SETOR DE MANSÕES DE SOBRADINHO, LOCALIZADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

88) IND 9423/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CEB, A SUBSTITUIÇÃO DO TRANSFORMADOR/REBADAADOR DE CORRENTE DA REDE DE ENERGIA INSTALADO NO CONDOMÍNIO VERDE VALE, LOCALIZADO NA DF 275, SOBRADINHO II - RA XXVI.  
**APROVADA**

89) IND 9426/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA CEB, A SUBSTITUIÇÃO DO TRANSFORMADOR/REBADAADOR DE CORRENTE DA REDE DE ENERGIA INSTALADO NA AR 15, SOBRADINHO II - RA XXVI.  
**APROVADA**

90) IND 9430/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DO NOVACAP, A INSTALAÇÃO DE REDE DE COLETA

DE ÁGUAS PLUVIAIS DA AVENIDA SÃO FRANCISCO, REGIÃO DO GRANDE COLORADO REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

**91) IND 9434/2013**

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA CONTORNO DE SOBRADINHO II, RA - XXVI.  
**APROVADA**

**92) IND 9440/2013**

Autoria: Deputado Evandro Garia  
SUGERE À SECRETARIA DE OBRAS, ATRAVÉS DA NOVACAP, PROVIDÊNCIAS PARA A LIMPEZA DE BOCA DE LOBO NA QUADRA 30, LOTE 54 SETOR CENTRAL DO GAMA, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GAMA RA II.  
**APROVADA**

**93) IND 9448/2013**

Autoria: Deputado Evandro Garia  
SUGERE À SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA NOVACAP, PROVIDÊNCIAS PARA REVITALIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL NAS QUADRAS DA EQNO 4/6, SETOR O, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.  
**APROVADA**

**94) IND 9451/2013**

Autoria: Deputado Evandro Garia  
SUGERE À SECRETARIA DE OBRAS, ATRAVÉS DA NOVACAP, PROVIDÊNCIAS PARA A LIMPEZA DE BOCA DE LOBO NA QUADRA 32, CONJUNTO M CASA 36, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ RA VII.  
**APROVADA**

**95) IND 9456/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE VALE VERDE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**96) IND 9457/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE RURAL CÔRREGO DO MEIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**97) IND 9458/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE REINO DAS FLORES NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**98) IND 9459/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE RAJADINHA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**99) IND 9460/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE PEDRA FUNDAMENTAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**100) IND 9462/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE COOPERBRÁS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**101) IND 9463/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NO CENTRO EDUCACIONAL OSÓRIO BACCHIN NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**102) IND 9464/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL PIPIRIPAU II NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**103) IND 9465/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL INGRA 9 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

**104) IND 9466/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 04 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

**105) IND 9467/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL IRMÃO MARIA REGINA VELANES REGIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

**106) IND 9468/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL INGRA 8 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

**107) IND 9469/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE CURRALINHO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

**108) IND 9470/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE CHAPADINHA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

**109) IND 9471/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE BUCANHÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

**110) IND 9472/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE PÓLO AGRÍCOLA DA TORRE NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

**111) IND 9473/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NO ASSENTAMENTO OZIEL ALVES NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**112) IND 9474/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NO ASSENTAMENTO NOVA VITÓRIA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV.  
**APROVADA**

**113) IND 9475/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NO ASSENTAMENTO AGULHADA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV.  
**APROVADA**

**114) IND 9476/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA COMUNIDADE RURAL CAFÉ SEM TROCO II NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ RA VII.  
**APROVADA**

**115) IND 9477/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NO NÚCLEO RURAL MONDOLINHO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA RA IX.  
**APROVADA**

**116) IND 9478/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NO NÚCLEO RURAL SAMAMBAIA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA RA XII.  
**APROVADA**

**117) IND 9479/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA COMUNIDADE RURAL CARIRU II NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ RA VII.  
**APROVADA**

**118) IND 9480/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA COMUNIDADE RURAL OLHOS D'ÁGUA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**119) IND 9481/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA COMUNIDADE RURAL XAVIER NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**120) IND 9482/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA COMUNIDADE RURAL RAJADINHA I NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**121) IND 9483/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA COMUNIDADE RURAL RAJADINHA II NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

**122) IND 9484/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL MIRIAM ERVILHA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA RA XII.  
**APROVADA**

**123) IND 9485/2013**

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE BOA ESPERANÇA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA RA III.  
**APROVADA**

124) IND 9486/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE JIBÓIA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA RA III.  
**APROVADA**

125) IND 9487/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE LAJES DA JIBÓIA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA RA III.  
**APROVADA**

126) IND 9488/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE COLÔNIA AGRÍCOLA VICENTE PIRES NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA RA III.  
**APROVADA**

127) IND 9489/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE RURAL SANTA HELENA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO RA XXIV.  
**APROVADA**

128) IND 9490/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE CÔRREGO DO ARROZAL NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO RA XXIV.  
**APROVADA**

129) IND 9491/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE SORHEM DE CIMBA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO RA XXIV.  
**APROVADA**

130) IND 9492/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE SORHEM DE CIMBA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO RA XXIV.  
**APROVADA**

131) IND 9493/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR CARLOS RAMOS MOTA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO RA XXIV.  
**APROVADA**

132) IND 9494/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE CACHOEIRINHA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV.  
**APROVADA**

133) IND 9495/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE FORNECER SANEAMENTO RURAL NA ESCOLA CLASSE AGUILHADA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO RA XIV.  
**APROVADA**

134) IND 9496/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA COMUNIDADE RURAL RAJADINHA III NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

135) IND 9504/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA ESCOLA CLASSE RIBEIRÃO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO RA XXVI.  
**APROVADA**

136) IND 9505/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA ESCOLA CLASSE RURAL OLHOS D'ÁGUA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO RA XXVI.  
**APROVADA**

137) IND 9506/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA ESCOLA CLASSE RURAL OLHOS D'ÁGUA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO RA XXVI.  
**APROVADA**

138) IND 9507/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA ESCOLA CLASSE SÃO GONÇALO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA RA VI.  
**APROVADA**

139) IND 9508/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA ESCOLA CLASSE NATUREZA (CAPÃO DA ERVA) NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ RA VII.  
**APROVADA**

140) IND 9509/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO

AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL NO SENTIDO DE INSTALAR REDE DE ÁGUA E ESGOTO NA ESCOLA CLASSE INCRÁ 6 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA RA IV.  
**APROVADA**

141) IND 9530/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA VIA DO SETOR OESTE DA CIDADE ESTRUTURAL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO SCIA - RA XXV.  
**APROVADA**

142) IND 9540/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NO INTERIOR DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01, NA QUADRA 307 AE 06 CONJUNTO D, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
**APROVADA**

143) IND 9541/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NO INTERIOR DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01, NA QUADRA 307 AE 06 CONJUNTO D, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
**APROVADA**

144) IND 9548/2013

Autoria: Deputado Raad Massouh  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA BRASÍLIA - CEB, A ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL LOCALIZADO EM ARAPOANGA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI.  
**APROVADA**

145) IND 9549/2013

Autoria: Deputado Raad Massouh  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA BRASÍLIA - CEB, A ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL LOCALIZADO EM ARAPOANGA, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI.  
**APROVADA**

146) IND 9564/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE À SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, QUE PROVIDENCIE A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NO INTERIOR DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01, EQ 06/08 S/N AE 03, SETOR NORTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV.  
**APROVADA**

147) IND 9570/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS EM FRENTE AO CENTRO DE ENSINO Nº 02, PRAÇA LAGO S/N, SETOR NORTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV.  
**APROVADA**

148) IND 9573/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, QUE PROMOVA REFORÇO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA PRAÇA LOCALIZADA EM FRENTE AO CENTRO EDUCACIONAL Nº 02, PRAÇA DO LAGO S/N, SETOR NORTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV.  
**APROVADA**

149) IND 9574/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, QUE PROMOVA REFORÇO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA AO REDOR DO CENTRO EDUCACIONAL Nº 02, PRAÇA DO LAGO S/N, SETOR NORTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV.  
**APROVADA**

150) IND 9575/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, QUE PROMOVA REFORÇO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA AO REDOR DA ESCOLA CLASSE 07, LOCALIZADA NA QUADRA 38 AE, VILA SÃO JOSÉ, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV.  
**APROVADA**

151) IND 9576/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, QUE PROMOVA REFORÇO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS PROXIMIDADES DA ESCOLA CLASSE 01, LOCALIZADA NO SETOR TRADICIONAL AE 03, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRAZLÂNDIA - RA IV.  
**APROVADA**

152) IND 9579/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO POR INTERMÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, QUE PROMOVA REFORÇO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS PROXIMIDADES DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 427, NA QN 427 AE 2, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA - RA XII.  
**APROVADA**

153) IND 9591/2013

Autoria: Deputado Evandro Garla  
SUGERE À ADMINISTRAÇÃO DO VARJÃO JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, LÂMPADAS NOS POSTES DA QO. 11 CONJUNTO F, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO VARJÃO - RA XXIII.  
**APROVADA**

154) IND 9592/2013

Autoria: Deputado Evandro Garla  
SUGERE À SECRETARIA DE OBRAS, ATRAVÉS DA NOVACAP, PROVIDÊNCIAS PARA A LIMPEZA DE BOCA DE LOBO NA CNG 01, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA RA III.  
**APROVADA**

155) IND 9594/2013

Autoria: Deputado Evandro Garla  
SUGERE À SECRETARIA DE OBRAS, ATRAVÉS DA NOVACAP, PROVIDÊNCIAS PARA A LIMPEZA DE BOCA DE LOBO NA QUADRA 711 SUL BLOCO V, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRASÍLIA RA I.  
**APROVADA**

156) IND 9605/2013

Autoria: Deputado Evandro Garla  
SUGERE À ADMINISTRAÇÃO DE VICENTE PIRES JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, ILUMINAÇÃO NA RUA 8 CHÁCARA 298, VILA SÃO JOSÉ, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE VICENTE PIRES - RA XXX.  
**APROVADA**

157) IND 9611/2013

Autoria: Deputado Evandro Garcia  
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DO CRUZEIRO JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, ILLUMINAÇÃO NA RUA DAS JAQUEIRAS, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO - RA XI.  
APROVADA

158) IND 9613/2013

Autoria: Deputado Evandro Garcia  
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE SAMAMBAIA JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, ILLUMINAÇÃO NA QR 523 CONJUNTO 08 EM FRENTE À CLÍNICA DA FAMÍLIA, REGIÃO ADMINISTRATIVA

DE SAMAMBAIA - RA XII.

APROVADA

159) IND 9615/2013

Autoria: Deputado Evandro Garcia  
SUGERE A SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL JUNTO A NOVACAP, PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DAS CADAS DE ESCOAMENTO DE ÁGUA BOCAS DE LOBO NA QR 523 CONJUNTO 08, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SAMAMBAIA - RA XIII.  
APROVADA

160) IND 9621/2013

Autoria: Deputada Luzia de Paula  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO ILLUSTRÍSSIMO SENHOR ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, PARA A MANUTENÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO DA QNO 19 CONJUNTO 53, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
APROVADA

161) IND 9622/2013

Autoria: Deputada Luzia de Paula  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO ILLUSTRÍSSIMO SENHOR ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, PARA IMPLANTAR 3 (TRÊS) BRAÇOS DE LUZ NOS POSTES DO CONJUNTO 35 DA QNO 19, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
APROVADA

162) IND 9623/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS EM FRENTE À QUADRA 204 CONJUNTO 10 CASA 10, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
APROVADA

163) IND 9684/2013

Autoria: Deputada Celyna Leão  
SUGERE AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS QUE PROVIDÊNCIA A LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBOS, NA AVENIDA PRINCIPAL, LOCALIZADA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII.  
APROVADA

164) IND 9686/2013

Autoria: Deputado Evandro Garcia  
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE TAGUATINGA PROVIDÊNCIAS JUNTO NAO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, O RECOLHIMENTO DE LIXO NA CNB 8, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.  
APROVADA

165) IND 9687/2013

Autoria: Deputado Evandro Garcia  
SUGERE A SECRETARIA DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA NOVACAP PROVIDÊNCIAS PARA RECUPERAÇÃO DE TAMPA DE BUERO NA CNB 8 ESQUINA COM A COMERCIAL NORTE, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE TAGUATINGA - RA III.  
APROVADA

166) IND 9692/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO AO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL-BRASÍLIA AMBIENTAL-IBRAM, NO SENTIDO DE

REGISTRAR E REGULAMENTAR TODOS OS PARQUES DO DISTRITO FEDERAL.

APROVADA

167) IND 9693/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE SAÚDE, NO SENTIDO DE IMPLANTAR SISTEMA DE REVITALIZAR O PARQUE DE APOIO COMO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO DA SAÚDE COMO PÓLO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NAS ÁREAS DE INFRA-ESTRUTURA DE SERVIÇOS, COM ÊNFASE NA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ÓRTESES E PRÓTESE.  
APROVADA

168) IND 9694/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO AO INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL-BRASÍLIA AMBIENTAL-IBRAM, E À SECRETARIA DE OBRAS, NO SENTIDO DE ADOTAR PROVIDÊNCIAS PARA EFETIVAR O DISPOSITIVO NO DECRETO Nº 33.589 DE 22 DE MARÇO DE 2012 QUE DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO E RECATEGORIZAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO E DE USO MÚLTIPLO OLHOS D'ÁGUA, SITUADO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BRASÍLIA-RA.  
APROVADA

169) IND 9695/2013

Autoria: Deputada Celyna Leão  
SUGERE À COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP A PODA DE UMA ÁRVORE QUE FICA NA EQNM 06/08, LOCALIZADA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA-RA IX.  
APROVADA

170) IND 9700/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA VIA PRINCIPAL DA QR 05, REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX.  
APROVADA

171) IND 9701/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS AO REDOR DO CENTRO DE SAÚDE Nº 01 - EQR 02/04, REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX.  
APROVADA

172) IND 9702/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA QRO 07 CONJUNTO B, REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX.  
APROVADA

173) IND 9703/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES

LOCALIZADAS NA AVENIDA PRINCIPAL DA QRO A, REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX.

APROVADA

174) IND 9704/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES

LOCALIZADAS NA QRO CONJUNTO C, REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA-RA XIX.

APROVADA

175) IND 9705/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS EM FRENTE A AGENCIA DA CAESB-QI 11 CONJUNTO R, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.  
APROVADA

176) IND 9706/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS EM TORNO DA FEIRA DO GUARÁ, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.  
APROVADA

177) IND 9707/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS EM FRENTE À QE 19, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.  
APROVADA

178) IND 9708/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS AO LADO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
APROVADA

179) IND 9709/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA QE 38 AE EM FRENTE AO LOTE 07, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
APROVADA

180) IND 9710/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA QE 38 ENTRE OS CONJUNTOS N E K, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
APROVADA

181) IND 9711/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA QE 32 CONJUNTO N EM FRENTE AO, LOTE 03, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.  
APROVADA

182) IND 9712/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA QE 30 CONJUNTO K EM FRENTE A CASA 03, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ-RA X.  
APROVADA

183) IND 9713/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA PRAÇA DA QE 28 EM FRENTE AO CONJUNTO K, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
APROVADA

184) IND 9714/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS NA PRAÇA DA QE 28 EM FRENTE AO CONJUNTO A, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
APROVADA

185) IND 9715/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, A PODA DAS ÁRVORES LOCALIZADAS EM FRENTE AO SETOR DE OFICINAS DO GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
APROVADA

186) IND 9767/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE OBRAS NO SENTIDO DE CONSTRUIR SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAS PRÓXIMO AO VIADUTO LOCALIZADO NO KM 2, 5 DA RODOVIA DF 150 EM SOBRADINHO-RA V.  
APROVADA

187) IND 9768/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO SENTIDO DE IMPLANTAR UM PÓLO DE MODAS NA CIDADE ESTRUTURAL SCIA - RA XXV.  
APROVADA

188) IND 9772/2013

Autoria: Deputado Agacieli Maia  
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, QUE CENTRALIZE EXCLUSIVAMENTE NA CAESB - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, A RESPONSABILIDADE PELO COMBATE AO ASSOREAMENTO DO LAGO PARANOÁ, BEM COMO, A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA AO COMBATE AO ASSOREAMENTO E ACOMPANHAMENTO PERMANENTE.  
APROVADA

189) IND 9773/2013

Autoria: Deputado Agacieli Maia  
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA CAESB-COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTO NO PORTO RICO, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA-RA XIII.  
APROVADA

190) IND 9774/2013

Autoria: Deputado Agacieli Maia  
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA E ILLUMINAÇÃO PÚBLICA NA COMUNIDADE DO CAFÉ SEM TROCO.  
APROVADA

191) IND 9776/2013

Autoria: Deputado Agaciel Maia  
SUGERE AO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA CAESB-COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, A CONSTRUÇÃO DE REDE DE ÁGUA POTÁVEL, NA COMUNIDADE DO CAFÉ SEM TROCO.  
**APROVADA**

192) IND 9779/2013

Autoria: Deputado Agaciel Maia  
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS E DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, CONTA CIDADÃ, NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL.  
**APROVADA**

193) IND 9848/2013

Autoria: Deputado Prof. Israel Batista  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, A DISPONIBILIZAÇÃO GRATUITA, EM TODO O TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL, DE TECNOLOGIA WI-FI PARA ACESSO SEM FIO DE BANDA LARGA À INTERNET.  
**APROVADA**

194) IND 9849/2013

Autoria: Deputado Prof. Israel Batista  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO, A ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE GARANTIR, O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL, A REINAUGURAÇÃO DO PLANETÁRIO DE BRASÍLIA.  
**APROVADA**

195) IND 9853/2013

Autoria: Deputado Joe Valle  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, NO SENTIDO DE REALIZAR E IMPLANTAR PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA REGIÃO DO LAGO OESTE EM SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

196) IND 9871/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS QUADRAS POLIESPORTIVAS LOCALIZADAS NAS QUADRAS 103 E 203, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
**APROVADA**

197) IND 9873/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
ERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NO ESTACIONAMENTO LOCALIZADO NA ENTRADA DA QUADRA 110, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
**APROVADA**

198) IND 9877/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA QUADRA DE ESPORTES LOCALIZADA NA QUADRA 110, DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
**APROVADA**

199) IND 9878/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A LIMPEZA DOS BUEIROS E BOCAS DE LOBO DA QUADRA 202 DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
**APROVADA**

200) IND 9887/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, AMPLIAÇÃO/ADEQUAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA ÁREA COMERCIAL DA QUADRA 08 (ANTIGA FEIRINHA), NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO, RA - V.  
**APROVADA**

201) IND 9892/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QE 32 CONJUNTO K - GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
**APROVADA**

202) IND 9893/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QE 19 - GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
**APROVADA**

203) IND 9900/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, A REVITALIZAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX.  
**APROVADA**

204) IND 9901/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA AVENIDA HÉLIO PRATES, ALTURA DA QNN 01, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

205) IND 9907/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QE 40 - GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
**APROVADA**

206) IND 9908/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, PROVIDÊNCIAS JUNTO À COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, NO SENTIDO DE PROMOVER A DESOBSTRUÇÃO DA GALERIA DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS LOCALIZADA NA QE 38 - GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X  
**APROVADA**

207) IND 9909/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA NOVACAP, PARA PROMOVER A RETIRADA DE ENTULHO NA ÁREA LOCALIZADA NA QR 07 CONJUNTO B, REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CANDANGOLÂNDIA - RA XIX.  
**APROVADA**

208) IND 9914/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QUADRA 403 CONJUNTO 10, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RECANTO DAS EMAS - RA XV.  
**APROVADA**

209) IND 9915/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO JUNTO A NOVACAP, PARA REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DAS BOCAS DE LOBO LOCALIZADAS NA QE 38 - GUARÁ II, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO GUARÁ - RA X.  
**APROVADA**

210) IND 9943/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, AMPLIAÇÃO/ADEQUAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA ÁREA COMERCIAL DA QUADRA 08 (ANTIGA FEIRINHA), NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO DF, RA - V.  
**APROVADA**

211) IND 9944/2013

Autoria: Deputado Dr. Michel  
SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA PRAÇA DA AR 15, LOCALIZADA NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II DF, RA - XXVI.  
**APROVADA**

212) IND 9957/2013

Autoria: Deputado Evandro Garia  
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE SANTA MARIA PROVIDÊNCIAS JUNTO AO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA- SLU, LIMPEZA DO CONTAINER LOCALIZADO NA CL 116 AVENIDA DOS ALAGADOS, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SANTA MARIA - RA XIII.  
**APROVADA**

213) IND 9975/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB, A IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO NOS NÚCLEOS RURAIS RAJADINHA I, II E III, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI.  
**APROVADA**

214) IND 9983/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM E CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS NÚCLEOS RURAIS RAJADINHA I, II E III, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI.  
**APROVADA**

215) IND 9992/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA - SLU, A LIMPEZA DIÁRIA DAS VIAS E ÁREAS VERDES LOCALIZADAS NO NÚCLEO RURAL RIO PRETO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA - RA VI.  
**APROVADA**

216) IND 10.002/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DRENAGEM E CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM TODAS AS QUADRAS DOS SETORES SUL E TRADICIONAL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA-RA VI.  
**APROVADA**

217) IND 10.008/2013

Autoria: Deputada Eliana Pedrosa  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL-CAESB, A IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO EM TODAS AS QUADRAS DOS SETORES SUL E TRADICIONAL, REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PLANALTINA-RA VI.  
**APROVADA**

218) IND 10.013/2013

Autoria: Deputada Arlete Sampaio  
SUGERE AO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, A TOMADA DE MEDIDAS PARA SULLUCIONAR A FALTA DE ILUMINAÇÃO NA QN3, EM CEILÂNDIA.  
**APROVADA**

219) IND 10.040/2013

Autoria: Deputada Lúzia de Paula  
SUGERE PROVIDÊNCIAS AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, PARA A MELHORIA NA ILUMINAÇÃO DO QUADRADO DA QNP 05, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CEILÂNDIA - RA IX.  
**APROVADA**

220) IND 10.048/2013

Autoria: Deputado Evandro Garia  
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DO PARANOÁ JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, ILUMINAÇÃO NO SETOR DE CHÁCARAS DO BOQUEIRO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO PARANOÁ - RA VII.  
**APROVADA**

221) IND 10.050/2013

Autoria: Deputado Evandro Garia  
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DO CRUZEIRO JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, ILUMINAÇÃO NA SHCS QUADRA 1.401, CRUZEIRO NOVO, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO CRUZEIRO - RA XI.  
**APROVADA**

222) IND 10.051/2013

Autoria: Deputado Evandro Garia  
SUGERE A ADMINISTRAÇÃO DE SOBRADINHO JUNTO A CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA, ILUMINAÇÃO NA QUADRA 17 CONJUNTO B, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO - RA V.  
**APROVADA**

223) IND 10.085/2013

Autoria: Deputado Olair Francisco  
SUGERE AO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, A CRIAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO NA RESERVA ECOLÓGICA DO RIACHO FUNDO I, REGIÃO ADMINISTRATIVA DO RIACHO FUNDO I - RA XVII.  
**APROVADA**

224) REQ 2037/2012

Autoria: Deputado Wasny de Rouse

REQUER À CDESCTMAT A REALIZAÇÃO DE VISITA AO PARQUE DAS COPAIBAS, LOCALIZADO ENTRE A SHIS QI/QL 26 E QI/QL 28, INSERIDO NA APA DO LAGO PARANOÁ, PARA AVALIAR POSSÍVEL INTENÇÃO DA TERRACAP DE LICITAR TRÊS UNIDADES IMOBILIÁRIAS EM SUA ÁREA.  
**APROVADO**

225) REQ 001/2013

Autoria: Deputado Wasny de Roure

REQUER A REALIZAÇÃO DE UMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA NA CDESCTMAT COM A PARTICIPAÇÃO DA ADASA E DA CAESB PARA DISCUTIR SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL E AS MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO E USO PARA COMBATER A SUA ESCASSEZ E POLUIÇÃO.  
**APROVADO**

Fábia Falcão  
Secretária - CDESCTMAT

**CDESCTMAT**  
**CALENÁRIO DE REUNIÕES - 2013**  
**TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA - SEXTA LEGISLATURA**

**ABRIL**

10	quarta-feira, 14h
24	quarta-feira, 14h

**MAIO**

15	quarta-feira, 14h
29	quarta-feira, 14h

**JUNHO**

12	quarta-feira, 14h
26	quarta-feira, 14h

**AGOSTO**

14	quarta-feira, 14h
28	quarta-feira, 14h

**SETEMBRO**

11	quarta-feira, 14h
25	quarta-feira, 14h

**OUTUBRO**

9	quarta-feira, 14h
23	quarta-feira, 14h

**NOVEMBRO**

13	quarta-feira, 14h
27	quarta-feira, 14h

**DEZEMBRO**

11	quarta-feira, 14h
----	-------------------



**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL,**  
**CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO**

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 29/8/2012.**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCTMAT para a quinta reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sexta legislatura, presentes os Deputados Roney Nemer, Wasny de Roure e Claudio Abrantes (suplente do Deputado Joe Valle), ausentes os Deputados Olair Francisco, Raad Massouh e Joe Valle (ausência justificada por meio do memorando 117/2012). O Presidente da Comissão, Deputado Roney Nemer, iniciou com a apreciação de atas. Pediu a dispensa da leitura das atas da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2012; da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 20 de junho de 2012; da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012; da Audiência Pública sobre Becos do Gama, realizada em 17 de maio de 2012; e da Audiência Pública sobre os Ruralistas, realizada em 21 de maio de 2012. Os demais Deputados presentes concordaram e as citadas atas da pauta foram aprovadas. O Deputado Wasny de Roure assumiu a presidência e pôs em discussão e votação o item nº 1, o Projeto de Lei nº 1.034, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.276, de 16 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a oferta pública para liquidação dos contratos de financiamentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - FUNDEFÉ e para a cessão dos respectivos créditos, e dá outras

providências". O parecer ao Projeto de Lei nº 1.034/2012 foi aprovado com três votos favoráveis. Em seguida, apreciou-se o item nº 2, o Projeto de Lei nº 1.006, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás". O parecer ao Projeto de Lei nº 1.006/2012 foi aprovado com três votos favoráveis. O Deputado Roney Nemer reassumiu a presidência e pôs em votação o item nº 3, o Projeto de Lei nº 649, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "estabeleça diretrizes de apoio às Brigadas Rurais de Combate a Incêndio e de Ações de Defesa Civil - BRID e dá outras providências". O Deputado Wasny de Roure elogiou a iniciativa do projeto de lei, que possibilita à sociedade se integrar na defesa do patrimônio público e dos interesses coletivos. Cumprimentou o autor e o relator da matéria. O Deputado Claudio Abrantes, relator *ad hoc* do projeto, comentou sobre a região norte do Distrito Federal, que abriga várias unidades de conservação. Na Estação Ecológica de Águas Emendadas, patrimônio ambiental mundial, o grande problema é com pessoal para o combate de incêndio. Segundo o Deputado, o aspecto principal do projeto é movimentar a sociedade em torno de uma atividade voluntária. O parecer ao Projeto de Lei nº 649/2011 foi aprovado com três votos favoráveis. Passou à apreciação em bloco dos itens 4 a 87 da pauta, as Indicações nº 5866/2012, 5875/2012, 5878/2012, 5891/2012, 5906/2012, 5908/2012, 5914/2012, 5938/2012, 5943/2012, 5945/2012, 5948/2012, 6137/2012, 6143/2012, 6145/2012, 6152/2012, 6156/2012, 6164/2012, 6171/2012, 6176/2012, 6178/2012, 6183/2012, 6184/2012, 6185/2012, 6187/2012, 6193/2012, 6212/2012, 6213/2012, 6215/2012, 6216/2012, 6217/2012, 6219/2012, 6220/2012, 6226/2012, 6234/2012, 6235/2012, 6239/2012, 6242/2012, 6248/2012, 6253/2012, 6257/2012, 6262/2012, 6270/2012, 6275/2012, 6283/2012, 6284/2012, 6285/2012, 6286/2012, 6287/2012, 6288/2012, 6302/2012, 6312/2012, 6335/2012, 6355/2012, 6358/2012, 6361/2012, 6362/2012, 6391/2012, 6396/2012, 6404/2012, 6405/2012, 6406/2012, 6407/2012, 6408/2012, 6409/2012, 6410/2012, 6413/2012, 6419/2012, 6435/2012, 6443/2012, 6469/2012, 6470/2012, 6473/2012, 6476/2012, 6477/2012, 6481/2012, 6489/2012, 6490/2012, 6506/2012, 6524/2012, 6534/2012, 6537/2012, 6544/2012, 6548/2012, e 6566/2012. As Indicações foram aprovadas com três votos favoráveis. O Deputado Roney Nemer lembrou que o Deputado Joe Valle enviou documento comunicando que tinha reunião agendada da Terceira

Secretaria. Assim, a ausência está justificada. Passou-se à discussão e votação do item nº 88, o Requerimento nº 8, de 2012, de autoria desta comissão, que "requer a realização de audiência pública, em data a ser definida, para debater a regularização do condomínio Mini-Chácaras do Lago Sui II e suas implicações para o meio ambiente". O Deputado Wasny de Roure pediu que fosse explicada a natureza do problema. O Deputado Roney Nemer esclareceu que foi ao Condomínio Mini-Chácaras, localizado próximo ao Altiplano Leste, com os Deputados Agacieli Maia e Wellington Luiz. Os moradores querem fazer algo de acordo com as questões ambientais, mas estão sofrendo com a fiscalização. Há casas que estão sendo demolidas e se pretende debater em audiência pública regras para congelar a situação. O Requerimento nº 8 foi aprovado com três votos favoráveis. O Deputado Roney Nemer encerrou a reunião às 15h13. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Roney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Roney Nemer  
Presidente da CDESCTMAT

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 10/10/2012.**

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às quinze horas e dez minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCTMAT para a sétima reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sexta legislatura, presentes os Deputados Olair Francisco, Roney Nemer, Wasny de Roure e Joe Valle, ausente o Deputado Paulo Roriz. O Deputado Olair Francisco assumiu a presidência da Comissão e iniciou a reunião. Pôs em votação o item nº 4 da pauta, o Requerimento nº 12, de 2012, de autoria do Deputado Roney Nemer e outros, que "requer a realização de audiência pública em 10 de outubro de 2012, às 14h30min, para debater a indicação do Sr. Diógenes Mortari para o cargo de Diretor da Agência de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA)". O requerimento foi aprovado com quatro votos favoráveis. O Deputado Roney Nemer assumiu a presidência e concedeu a palavra ao Deputado Wasny de Roure, que solicitou a inclusão como item extrapauta de requerimento sobre a gestão e o planejamento dos mananciais de água no Distrito Federal, considerando haver a oitiva do Diretor da ADASA. O Presidente Roney Nemer sugeriu encerrar a sétima reunião ordinária, realizar a oitiva e depois abrir uma reunião extraordinária para votar os projetos da pauta. Os demais Deputados concordaram com o encaminhamento. O Deputado Roney Nemer declarou encerrada a sétima reunião ordinária às 15h16. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Roney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Roney Nemer  
Presidente da CDESCTMAT

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 24/10/2012.**

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e cinquenta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCTMAT para a oitava reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sexta legislatura, presentes os Deputados Roney Nemer, Olair Francisco e Wasny de Roure, ausentes os Deputados Joe Valle e Paulo Roriz. O Presidente da Comissão, Deputado Roney Nemer, informou que o Deputado Joe Valle justificou a ausência: ele está licenciado com base no Ato da Mesa Diretora nº 86, de 18 de setembro de 2012. Em seguida, passou a palavra ao Deputado Wasny de Roure. Ele mencionou que esteve recentemente na escola Zilda Ams, no Itapoá, onde se apresentou a proposta de criação do Parque do Itapoá. Sugeriu que fosse feita uma audiência ou uma visita à escola com o objetivo de encaminhar um projeto de lei para concretizar a área de preservação. O Deputado ressaltou a importância de criar o parque numa área que vem servindo como depósito de lixo. O Deputado Roney Nemer acatou a sugestão e colocou a matéria como extrapauta. O Deputado Wasny de Roure informou sobre o trabalho de pavimentação da Basevi, uma das pioneiras em bloqueio para atender às exigências ambientais em região de recarga. O Deputado Roney Nemer passou à aprovação das atas. Foram lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes atas: Ata da Audiência Pública para debater a regularização do Núcleo

Rural Boa Esperança II, realizada em 31 de maio de 2012, e Ata da Audiência Pública para debater a emissão de alvarás de construção, realizada em 21 de junho de 2012. Passou-se à votação do item extrapauta, requerimento de audiência pública sobre o Parque do Itapoá. O requerimento foi aprovado com três votos favoráveis. Em seguida, colocou-se em votação em bloco as Indicações, itens nº 2 ao 443 da pauta: Indicações nº 6747/2012; 6760/2012; 6761/2012; 6764/2012; 6768/2012; 6785/2012; 6786/2012; 6793/2012; 6796/2012; 6798/2012; 6802/2012; 6807/2012; 6808/2012; 6815/2012; 6822/2012; 6824/2012; 6827/2012; 6830/2012; 6831/2012; 6834/2012; 6844/2012; 6845/2012; 6855/2012; 6856/2012; 6868/2012; 6875/2012; 6876/2012; 6877/2012; 6878/2012; 6879/2012; 6880/2012; 6881/2012; 6882/2012; 6883/2012; 6884/2012; 6885/2012; 6886/2012; 6887/2012; 6888/2012; 6889/2012; 6890/2012; 6891/2012; 6892/2012; 6893/2012; 6894/2012; 6895/2012; 6896/2012; 6897/2012; 6898/2012; 6899/2012; 6900/2012; 6901/2012; 6902/2012; 6903/2012; 6904/2012; 6905/2012; 6906/2012; 6907/2012; 6909/2012; 6910/2012; 6911/2012; 6912/2012; 6913/2012; 6914/2012; 6915/2012; 6916/2012; 6917/2012; 6918/2012; 6919/2012; 6920/2012; 6921/2012; 6922/2012; 6923/2012; 6924/2012; 6925/2012; 6926/2012; 6928/2012; 6929/2012; 6930/2012; 6931/2012; 6932/2012; 6938/2012; 6947/2012; 6948/2012; 6949/2012; 6950/2012; 6951/2012; 6952/2012; 6953/2012; 6954/2012; 6955/2012; 6956/2012; 6957/2012; 6958/2012; 6959/2012; 6960/2012; 6961/2012; 6962/2012; 6963/2012; 6964/2012; 6965/2012; 6966/2012; 6967/2012; 6968/2012; 6969/2012; 6970/2012; 6971/2012; 6972/2012; 6973/2012; 6974/2012; 6975/2012; 6976/2012; 6977/2012; 6978/2012; 6979/2012; 6980/2012; 6981/2012; 6982/2012; 6983/2012; 6984/2012; 6985/2012; 6986/2012; 6987/2012; 6988/2012; 6989/2012; 6990/2012; 6991/2012; 6992/2012; 6993/2012; 6994/2012; 6995/2012; 6996/2012; 6997/2012; 6998/2012; 7000/2012; 7001/2012; 7002/2012; 7003/2012; 7004/2012; 7005/2012; 7006/2012; 7007/2012; 7008/2012; 7009/2012; 7010/2012; 7011/2012; 7012/2012; 7013/2012; 7014/2012; 7015/2012; 7016/2012; 7017/2012; 7018/2012; 7019/2012; 7020/2012; 7021/2012; 7022/2012; 7023/2012; 7024/2012; 7025/2012; 7026/2012; 7027/2012; 7028/2012; 7029/2012; 7030/2012; 7031/2012; 7032/2012; 7033/2012; 7034/2012; 7035/2012; 7036/2012; 7037/2012; 7038/2012; 7039/2012; 7040/2012; 7041/2012; 7042/2012; 7043/2012; 7044/2012; 7045/2012; 7047/2012; 7048/2012; 7049/2012; 7050/2012; 7051/2012; 7052/2012; 7053/2012; 7054/2012; 7055/2012; 7056/2012; 7057/2012; 7058/2012; 7059/2012; 7060/2012; 7061/2012; 7062/2012; 7063/2012; 7064/2012; 7065/2012; 7066/2012; 7067/2012; 7068/2012; 7069/2012; 7070/2012; 7071/2012; 7072/2012; 7073/2012; 7074/2012; 7075/2012;

7077/2012; 7078/2012; 7079/2012; 7080/2012; 7232/2012; 7233/2012; 7234/2012; 7235/2012; 7236/2012; 7237/2012; 7238/2012; 7240/2012; 7241/2012; 7242/2012; 7244/2012; 7245/2012; 7246/2012; 7247/2012; 7248/2012; 7249/2012; 7250/2012; 7251/2012; 7252/2012; 7253/2012; 7254/2012; 7255/2012; 7256/2012; 7257/2012; 7287/2012; 7288/2012; 7289/2012; 7290/2012; 7291/2012; 7292/2012; 7293/2012; 7294/2012; 7295/2012; 7296/2012; 7297/2012; 7298/2012; 7299/2012; 7300/2012; 7301/2012; 7302/2012; 7303/2012; 7304/2012; 7305/2012; 7306/2012; 7307/2012; 7308/2012; 7309/2012; 7310/2012; 7311/2012; 7312/2012; 7313/2012; 7314/2012; 7315/2012; 7316/2012; 7317/2012; 7318/2012; 7319/2012; 7320/2012; 7321/2012; 7322/2012; 7323/2012; 7325/2012; 7327/2012; 7328/2012; 7329/2012; 7330/2012; 7331/2012; 7332/2012; 7333/2012; 7334/2012; 7335/2012; 7336/2012; 7337/2012; 7338/2012; 7339/2012; 7340/2012; 7341/2012; 7342/2012; 7343/2012; 7344/2012; 7345/2012; 7346/2012; 7347/2012; 7348/2012; 7349/2012; 7350/2012; 7351/2012; 7352/2012; 7353/2012; 7354/2012; 7355/2012; 7356/2012; 7357/2012; 7358/2012; 7359/2012; 7360/2012; 7361/2012; 7362/2012; 7363/2012; 7364/2012; 7365/2012; 7366/2012; 7367/2012; 7368/2012; 7369/2012; 7370/2012; 7371/2012; 7372/2012; 7373/2012; 7374/2012; 7375/2012; 7376/2012; 7377/2012; 7378/2012; 7379/2012; 7380/2012; 7381/2012; 7382/2012; 7383/2012; 7384/2012; 7385/2012; 7386/2012; 7387/2012; 7388/2012; 7389/2012; 7390/2012; 7391/2012; 7392/2012; 7393/2012; 7394/2012; 7395/2012; 7396/2012; 7397/2012; 7398/2012; 7399/2012; 7400/2012; 7401/2012; 7402/2012; 7403/2012; 7404/2012; 7405/2012; 7406/2012; 7407/2012; 7408/2012; 7409/2012; 7410/2012; 7411/2012; 7412/2012; 7413/2012; 7414/2012; 7415/2012; 7416/2012; 7417/2012; 7418/2012; 7419/2012; 7420/2012; 7457/2012; 7471/2012; 7492/2012; 7497/2012; 7516/2012; 7521/2012; 7529/2012; 7586/2012; 7587/2012; 7653/2012; 7654/2012; 7756/2012; 7762/2012; 7833/2012; 7836/2012; 7837/2012; 7841/2012; 7857/2012; 7859/2012; 7885/2012; 7891/2012; 7892/2012; 7894/2012; 7895/2012; 7896/2012; 7901/2012; 7902/2012; 7905/2012; 7907/2012; 7910/2012; 7918/2012; 7941/2012; 7966/2012; 7967/2012; 7969/2012; 7971/2012; 7996/2012; 7997/2012; 8009/2012; 8030/2012; 8036/2012; 8060/2012; 8070/2012; 8076/2012; 8077/2012; 8078/2012; 8079/2012; 8090/2012; 8094/2012; 8097/2012; 8100/2012; 8101/2012; 8132/2012; 8133/2012; 8134/2012; 8135/2012; 8136/2012; 8199/2012; 8200/2012; 8204/2012; 8204/2012; 8203/2012; 8204/2012; 8205/2012; 8206/2012; 8207/2012; 8208/2012; 8209/2012; 8307/2012; 8308/2012 e 8337/2012. As Indicações foram aprovadas com três votos favoráveis. O Deputado Olair Francisco assumiu a presidência e pôs em discussão e votação o item nº 1, o Projeto de Resolução nº 18, de 2011, de autoria do Deputado Dr. Michel, que "dispõe sobre a adesão da Câmara Legislativa do Distrito Federal ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - ASP e dá outras providências". Foi lido o parecer pelo relator, Deputado Rôney Nemer. O Deputado Wasny de Roure destacou o teor da proposta e cumprimentou o Deputado Dr. Michel. Ele julgou muito oportuno inserir a Câmara Legislativa numa agenda ambiental. O Projeto de Resolução nº 18, de 2011, foi aprovado com três votos favoráveis. Em seguida, o Deputado Olair Francisco pôs em discussão e votação item extrapauta, o Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, de autoria do Poder Executivo que "dispõe sobre Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV - e dá outras providências". O Deputado Wasny de Roure destacou o teor técnico da proposta, que interfere de forma decisiva na vida da cidade. Parabenizou o relator pela dedicação e pelo trabalho de realizar audiências e ouvir os setores interessados. O Deputado comentou que se chegou a fazer reunião com a equipe técnica da Saúde em que se leu todo o projeto. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a palavras do Deputado Wasny de Roure e estendeu o elogio a toda a equipe da Comissão. O Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, foi aprovado com três votos favoráveis na forma do parecer da Comissão de Assuntos Fundiários e da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, apresentando 6 emendas aditivas, 18 emendas modificativas e 3 emendas supressivas. O Deputado Rôney Nemer reassumiu a presidência e encareceu que foram aprovados o item nº 1, PR 18/2011, e os itens de nº 2 a 443, Indicações, da pauta. Da extrapauta foram aprovados o item nº 1, Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, e o item nº 2, requerimento de audiência pública a ser realizada em data a ser definida no Itapoá. Declarou encerrada a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CDESCMAT

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 21/11/2012.**

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e quarenta e três minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCMAT para a nona reunião ordinária, da segunda sessão legislativa, da sexta legislatura, presentes os Deputados Rôney Nemer, Olair Francisco e Wasny de Roure, ausentes os Deputados Joe Valle e Paulo Roriz. Foi lido documento em que o Deputado Joe Valle justifica ausência em razão de reunião externa. O Presidente da Comissão, Deputado Rôney Nemer, informou que foi aprovado, no dia anterior, o cronograma das audiências públicas conjuntas entre CDESCMAT, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Fundiários, para discutir o PPCLUB. Houve uma divisão temática das audiências, a serem realizadas em sequência: dia 26 de novembro, às 9h; dia 29 de novembro, às 9h; dia 4 de dezembro, às 19h; dia 7 de dezembro, às 9h; e dia 10 de dezembro, às 19h. No primeiro dia, será ouvido um especialista, haverá uma aula sobre o tombamento de Brasília. O Deputado Olair Francisco assumiu a presidência e pôs em votação o item nº 1, o Projeto de Lei nº 1.245, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "institui o financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável - IDEAS Industrial e dá outras providências". O Deputado Wasny de Roure comentou que o projeto foi encaminhado pelo governo em bom tempo e afirmou que caberia à Câmara Legislativa a promoção de um debate para conscientização da sociedade. O Parlamentar aprovou a proposta, mas buscou a realização do debate na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Pôs-se em votação o PL nº 1.245/2012, que foi aprovado com três votos

favoráveis. Passou-se à apreciação do Projeto de Lei nº 1.246, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "institui o financiamento de comércio e serviços para o Desenvolvimento Econômico Sustentável - IDEAS Comércio e Serviços e dá outras providências". O Deputado Wasny de Roure comentou que repetia as considerações ao projeto aprovado anteriormente. A proposta merece um debate aprofundado. O Deputado Olair Francisco ressaltou o zelo do Deputado Wasny de Roure pelas coisas públicas e disse que não teria dificuldade em retirar o projeto de pauta e solicitar à Secretaria uma audiência pública sobre o tema. O Deputado Wasny de Roure informou que não seria necessário retirar de pauta, o relatório feito pelo Deputado Rôney Nemer estava pronto. Apenas salientou a importância do debate a ser promovido pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. O PL nº 1.246/2012 foi aprovado com três votos favoráveis. O Deputado Rôney Nemer reassumiu a presidência e passou à apreciação em bloco das Indicações, itens nº 3 a 77: Indicação nº 8233/2012, 8234/2012, 8236/2012, 8237/2012, 8238/2012, 8241/2012, 8242/2012, 8243/2012, 8245/2012, 8246/2012, 8321/2012, 8330/2012, 8331/2012, 8332/2012, 8357/2012, 8358/2012, 8359/2012, 8360/2012, 8361/2012, 8362/2012, 8363/2012, 8364/2012, 8365/2012, 8366/2012, 8367/2012, 8368/2012, 8369/2012, 8370/2012, 8371/2012, 8372/2012, 8373/2012, 8374/2012, 8375/2012, 8376/2012, 8377/2012, 8378/2012, 8379/2012, 8380/2012, 8381/2012, 8382/2012, 8383/2012, 8384/2012, 8385/2012, 8386/2012, 8389/2012, 8448/2012, 8449/2012, 8460/2012, 8461/2012, 8462/2012, 8463/2012, 8464/2012, 8465/2012, 8466/2012, 8500/2012, 8501/2012, 8517/2012, 8530/2012, 8553/2012, 8557/2012, 8557/2012, 8566/2012, 8568/2012, 8571/2012, 8665/2012, 8594/2012, 8655/2012, 8656/2012, 8661/2012, 8666/2012, 8667/2012, 8670/2012, 8678/2012, 8679/2012, 8692/2012 e 8693/2012. As Indicações foram aprovadas com três votos favoráveis. O Deputado Rôney Nemer declarou encerrada a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CDESCMAT

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 10/10/2012.**

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCMAT para a sétima reunião extraordinária, da segunda sessão legislativa, da sexta legislatura, presentes os Deputados Rôney Nemer, Olair Francisco, Wasny de Roure e Joe Valle, ausente o Deputado Paulo Roriz. O Presidente da Comissão, Deputado Rôney Nemer, informou as matérias que seriam apreciadas: o PL nº 1.037, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que atende a todas as pessoas que possuem atividade econômica em espaços públicos situados em terminais rodoviários, galerias, passagens subterrâneas de pedestres, mercados e parques; o PL nº 1.159, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências"; o Requerimento de autoria do Deputado Wasny de Roure, que requer realização de audiência pública para discutir e avaliar, junto com a Adasa, a gestão e o planejamento dos mananciais de águas de Brasília. O Deputado Olair Francisco assumiu a presidência e pôs em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei nº 1.037, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "estabelece critérios para atividade econômica por terceiros em espaços públicos e dá outras providências". O Deputado Rôney Nemer afirmou que pretendia realizar audiência pública, mas foi procurado por muitos que estão presentes à reunião e que trabalham ansiosos, em razão da fiscalização. Então, decidiu-se não realizar audiência e se buscou, dentro de princípios corretos, contemplar a todos. O Deputado Rôney Nemer parabenizou o Deputado Chico Vigilante, que sempre defendeu o projeto. O relator ressaltou o trabalho dos Deputados na Câmara Legislativa, que não ocorre apenas terça, quarta e quinta-feira, à tarde. Os projetos são debatidos e passam pelas Comissões antes de serem votados. O Deputado Wasny de Roure afirmou que o Governador Agnelo trabalha para conquistar um processo de legalidade no Distrito Federal. Informou que, de manhã, tratou-se de um projeto de lei referente às áreas de clube, em que se buscou um contrato de trinta anos, renovável por mais trinta. Trabalha-se também com outros espaços, como lanchonete e banca de revista, cujas atividades geram muitos tributos e empregos. O Deputado Wasny de Roure cumprimentou o Governador, que ressaltou a importância do projeto e pediu apreciação rápida em plenário, e o Deputado Rôney Nemer, relator da matéria. O Deputado Joe Valle reforçou as palavras do Deputado Wasny de Roure e comentou que foi aprovado um projeto de lei que deu segurança jurídica aos ocupantes dos boxes da Ceasa. Comentou ainda que essa é a forma republicana de encaminhamento: houve a demanda, a sociedade se organizou, o governo enviou a proposta ao Legislativo e os Deputados, em especial o Deputado Rôney Nemer, arquiteto e conhecedor das necessidades da cidade, aperfeiçoaram o projeto. O resultado é um projeto discutido e construído coletivamente. Esse formato ocorre em muitos momentos e precisa ser apresentado. O Deputado Olair Francisco comentou que, no ano passado, foi aprovada a Lei da Microempresa. Depois, foram aprovadas a Lei do Feirante e a Lei dos Clubes. Agora é a vez de regularizar essa situação prevista no projeto de lei e acabar com o terrorismo às empresas. A Deputada Eliana Pedrosa expressou uma sensação de felicidade por saber que muitas famílias dormirão tranquilas e terão segurança jurídica para empregar mais. Comentou ser autora de projeto que trata do mesmo assunto e parabenizou o Governador pela iniciativa e os Parlamentares por encaminharem o processo. O Deputado Olair Francisco pôs em votação. O Projeto de Lei nº 1.037/2012 foi aprovado com quatro votos favoráveis. Assumiu a presidência o Deputado Rôney Nemer, que registrou a presença da Deputada Arlete Sampaio, Líder de Governo. O Deputado ressaltou que a aprovação do projeto não significa que se possa começar a fazer obras, pois, para realizar obra em área pública, são necessários alvará de construção e aprovação da administração regional competente. Passou-se à discussão e à votação do item nº 2, o Projeto de Lei nº 1.159, de 2012, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e dá outras providências". O Projeto de Lei nº 1.159/2012 foi aprovado com quatro votos favoráveis. O próximo item a ser apreciado foi o Requerimento nº 13, de 2012, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "requer a realização de audiência pública para discutir e avaliar, junto com a Adasa, a gestão e o planejamento dos mananciais de águas de Brasília". O Requerimento nº 13/2012 foi aprovado com quatro votos favoráveis. O Deputado Rôney Nemer declarou encerrada a reunião às 16h46. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CDESCMAT

**ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 17/10/2012.**

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e vinte e três minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento

Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT para a oitava reunião extraordinária, da segunda sessão legislativa, da sexta legislatura, presentes os Deputados Rôney Nemer, Wasny de Roure e Benedito Domingos, ausentes os Deputados Olair Francisco e Joe Valle. O deputado Rôney Nemer iniciou a reunião e informou que retiraria de pauta o Projeto de Lei nº 1.083/2012, pois será apensado a outro projeto de lei e passará primeiro na Comissão de Assuntos Fundiários. Comunicou que havia extrapautado com três itens. Passou à apreciação do item nº 1 da extrapauta: o Projeto de Lei nº 421, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que "cria diretrizes para programa de apoio à implantação e gestão de unidades de conservação e parques do Distrito Federal e dá outras providências". O projeto foi aprovado com três votos favoráveis. O próximo item votado foi o nº 3, o Projeto de Lei nº 877, de 2012, de autoria dos Deputados Joe Valle e Chico Leite, que "altera a Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal". O projeto foi aprovado com três votos favoráveis. O Deputado Wasny de Roure assumiu a presidência e pôs em votação o item nº 2, o Projeto de Lei nº 748, de 2012, de autoria do Deputado Washington Mesquita, que "dispõe sobre a cobrança indevida de valores por prestadores de serviços de natureza continuada". O Deputado Wasny de Roure cumprimentou os catadores que chegaram à Comissão e estão focados no debate da PPP. O Projeto de Lei nº 748/2012 foi aprovado com três votos favoráveis. O Deputado Rôney Nemer reassumiu a presidência e perguntou se haveria algum comunicado dos demais Parlamentares. O Deputado Wasny de Roure sugeriu ouvir o representante das cooperativas e o ambientalista Jorge Artur, presentes à reunião. O Deputado Rôney Nemer concedeu ao Sr. Ronel Alves da Silva, representante do Movimento Nacional de Catadores e presidente da central de cooperativas Centcoop. afirmou que os catadores vêm lutando por inclusão e igualdade em Brasília, cidade com maior desigualdade do país. Os catadores são contrários ao modelo de parceria público-privada proposto, que trata o catador de material reciclável como escravo. Como previsto na Lei nº 12.305 e nas diversas leis de inclusão social do catador, desejava-se a inclusão da cooperativa como agente produtivo e não apenas como mão de obra barata para as empresas. Atualmente, existem várias cooperativas e associações que estão trabalhando nas áreas do SLL, mas quem efetivamente recebe pelo trabalho são as empresas terceirizadas de lixo. O representante dos catadores afirmou também que a proposta não prevê a coleta seletiva em todo o Distrito Federal, um desejo antigo dos catadores. A PPP indica uma usina de incineração, algo ultrapassado na Europa, onde se fecham as usinas de incineração. E o modelo de PPP proposto quebrará toda a cadeia de recicláveis do Distrito Federal, com desemprego, num primeiro momento, para as quatro mil famílias que dependem da atividade. Num segundo momento, todos os funcionários dos empresários que trabalham na área de reciclagem do Distrito Federal quebrarão toda a cadeia de recicláveis. afirmou que os governos anteriores prometeram e não cumpriram. No governo Arduo, os catadores perderam 8,5 milhões de reais, destinado à construção de centros de triagem. No ano passado, uma catadora morreu esmagada por uma carreta no Lixão, foi uma Comissão da Câmara so local, repercutiu na mídia, mas depois nada foi feito. Por fim, o Sr. Ronel Alves da Silva pediu apoio da Câmara Legislativa para não aprovar a implantação da parceria público-privada. O Deputado Wasny de Roure comprometeu-se a aprofundar a discussão para encontrar a melhor solução para a cidade. O Deputado Joe Valle considerou muito oportuna a manifestação do representante da cooperativa e informou que há um grupo trabalhando com o tema na

Câmara Legislativa, com reuniões das quais participam a Secretaria do Meio Ambiente, o Ibram, a Ascoles e todo o setor produtivo. Causou muita estranheza o surgimento repentino de uma parceria público-privada, que desconsidera completamente todo o trabalho que vem sendo construído. Até mesmo setores do Governo que conhecem o problema dos catadores não sabem o que está acontecendo. A reivindicação dos catadores é justa e, se houve erro por parte do governo, ele precisa ser corrigido. O Deputado Joe Valle afirmou que duas pessoas completamente favoráveis à causa dos catadores são a Deputada Arlete Sampaio, atual Líder de Governo, e o Deputado Wasny de Roure. Todo o processo está caminhando para um bom desfecho, levando em consideração os catadores e todo o setor produtivo. O Deputado Rôney Nemer destacou a relevância da audiência pública, que fez o governo perceber anormalidade no processo. Em reunião realizada no dia anterior, a Deputada Arlete Sampaio afirmou que o governo estava aberto ao diálogo. O Deputado deixou a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo à disposição para o que for preciso. E encerrou a reunião às 14h56. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CDESCMAT

**ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 13/11/2012.**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT para a nona reunião extraordinária, da segunda sessão legislativa, da sexta legislatura, presente o Deputado Rôney Nemer, ausentes os Deputados Olair Francisco, Joe Valle, Wasny de Roure e Paulo Roriz. Não havendo quórum regimental, o Presidente da Comissão, Rôney Nemer, declarou encerrada a reunião. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer  
Presidente da CDESCMAT

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº 1.083/2012, QUE DISPÕE SOBRE O ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 10/9/2012.**

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, às nove horas, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT, no auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, CREA-DF, para debater o Projeto de Lei nº 1.083, de 2012, de autoria do Poder

Executivo, que dispõe sobre o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV. O Deputado Rôney Nemer, Presidente da CDESCMAT, convidou para compor a Mesa o Presidente do Crea, Sr. Flávio Correia de Sousa; o Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure; a arquiteta Eliana Bermudez, representante do Vice-Governador; o Sr. André Luis Gasques Silva, Diretor de Controle Urbano da Sedhab e representante do Secretário Geraldo Magela. O Deputado Rôney Nemer ressaltou a importância de aprovação do projeto de lei, em razão dos muitos empreendimentos parados, que aguardam aprovação do EIV. Passou a palavra ao Sr. Flávio Correia de Sousa, para a saudação inicial. Ele colocou o CREA-DF à disposição para os debates promovidos pela Câmara Legislativa e destacou que o tema da audiência interessa à engenharia e à arquitetura. O Deputado Rôney Nemer convidou para compor a Mesa o arquiteto João Carvalho Accioly, representante do Sinduscon, e agradeceu a presença de Angélica Veras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Weber Ramos de Freitas, do gabinete do Deputado Wasny de Roure; Wildemar Damasceno de Andrade, prefeito da 703 Sul; Adriano Sanchez, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Eblas Ávila, da Sedhab; Sérgio Clemente da Silva, do Setor Comercial Sul Empreendimentos; Wilson Barbosa, do GDF; Prof. Carlos Lima Verde, da Associação Moradores da Vila Planalto; Guilherme Barros, empresário; Leandro Gablad, José Antônio e Gustavo Silva Laranjeira, do Sinduscon; André Luis da Silva, da Sedhab; Wilton Araújo Câmara, da Associação dos Moradores da Vila Planalto; Neide Gonçalves, da Sedhab; Valéria Fonseca, Coordenadora de Assuntos Legislativos do GDF; Ronildo Divino de Menezes, do Sindicato dos Engenheiros; Paulo Castanheira, empresário e produtor rural; Juliano Pellati, arquiteto, da Terracap. Passou-se a palavra ao arquiteto Carlos Lima Verde. Ele falou sobre o crescimento populacional e as consequências negativas nas cidades, como desemprego, ocupação ilegal e desperdício de recursos. Destacou a função social da propriedade, estabelecida no Estatuto da Cidade, e o problema na aplicação de instrumentos da lei, como a outorga onerosa do direito de construir, que está destruindo a qualidade de vida em Águas Claras, e o impacto de vizinhança. Comentou sobre recente aprovação de restaurante na Vila Planalto, que causou impactos; sobre a demolição da escola classe como exemplo de preservação rigorosa que causou grande impacto na cultura; e sobre projeto recente de mudança no sentido das vias e sua estrutura, para beneficiar alguns comerciantes, o que aumenta o conflito entre automóvel e pedestre, sem a participação efetiva da comunidade. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença da Sra. Dênia Magalhães, que representa o gabinete do Deputado Joe Valle, e passou a palavra ao Deputado Wasny de Roure. Ele destacou o trabalho recente de atualização do PDOT, que, apesar de árduo, foi gratificante pelo exercício dos princípios da transparência e do interesse público. O governo deve encaminhar o projeto de proteção do conjunto urbanístico de Brasília, em setembro ainda, e o projeto de Uso e Ocupação do Solo, em outubro. Quanto ao EIV, o Deputado acredita que devem participar do debate os diretamente e os indiretamente envolvidos. Apesar de planejada, talvez Brasília seja a que mais violou o projeto de planejamento urbano, sobretudo em razão do grande parcelamento à revelia da aprovação do Estado, com a ausência dos órgãos de controle da ocupação do solo. Apesar da celeridade desejada na aprovação do projeto de lei, ressaltou a importância do debate e da polêmica criativa na detecção de detalhes não percebidos no projeto. A equipe de trabalho na Secretaria é muito bem preparada e trabalhou durante um ano com o setor, debatendo a proposta. O Deputado Rôney Nemer afirmou que o trabalho seria continuado, por meio de emendas necessárias ao setor produtivo e a toda a sociedade. Passou a palavra ao representante do Sinduscon, o arquiteto João Gilberto de Carvalho Accioly. Ele afirmou que o setor produtivo tem acompanhado o trabalho do EIV. No ano anterior, foi apresentada uma minuta da lei pela então Subsecretária, Sra. Zilma, e foram enviadas contribuições do setor. Depois, o Sr. Ricardo assumiu a Secretaria e o setor sempre buscou informação. Há cerca de um mês o Sr. Ricardo apresentou a atual minuta e pediu que fossem feitas observações num prazo de poucos dias. O arquiteto João Accioly afirmou que a proposta melhorou bastante em relação à primeira minuta apresentada, está mais bem estruturada, mais ainda há algumas observações. Ressaltou o papel do EIV no planejamento urbano e afirmou que caberia ao órgão de planejamento urbano a elaboração do estudo. O órgão é quem define o uso e o gabarito do lote. Questionou o motivo de, nos artigos sexto e oitavo, atribuir-se a responsabilidade pela elaboração do EIV ao interessado. O arquiteto entende que deveria ser inverter, a responsabilidade pela elaboração do EIV deveria ser do governo, por meio do órgão de planejamento, e o interessado particular poderia assumir a responsabilidade pelo estudo no caso específico de uma proposta de alteração de uso ou de aumento de potencial. Ele comentou ainda sobre os problemas enfrentados pelo setor, como a demora no licenciamento. Para empreendimento de pequeno, médio ou grande porte, o licenciamento, que deveria estar concluído em três meses, leva até dois anos para ser aprovado. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de: Olga Santana Sales, representante do Presidente da CEB; Rodrigo Tótili, representante da Secretaria de Governo; Felipe Longhi Pereira da Silva, representante da Terracap; Coronel Mário Lopes Condes, Chefe do Estado Maior Geral do Corpo de Bombeiros; Walbérico de Almeida Batista, representante a Secretaria de Condomínios; Geraldo Branquinho Júnior, representando a Agência de Fiscalização; Terezinha Caetano Leal, representando o Presidente da Asbraco; Danilo Sil Borges, do SIENGE – Sindicato dos Engenheiros; Francisco José Antunes Ferreira, da Sedhab; Laura Girad Correa, da Coordenadoria das Cidades; Josué Lima, Consultor Legislativo da Câmara Legislativa; André Luis Oliveira, da Porto Engenharia; Marcelo Pereira da Cunha, representando o gabinete do Deputado Chico Vigilante; Leonardo Firme, representando a Secretaria de Condomínios; Luísa Maria Silva Souza, líder da Pastoral da Criança de Santa Maria. Passou a palavra ao engenheiro Ronildo Divino, representante do Sindicato dos Engenheiros do DF. Ele questionou como pode o governo licitar uma área e exigir, depois, que um particular faça o estudo de impactos. Ao lançar um produto no mercado, colocando à venda um lote, um imóvel, ele deve vir com condições de uso. Assim, no parcelamento feito pelo governo, pressupõe-se que os impactos foram levados em consideração nessa fase, sem necessidade de onerar a sociedade. Passou-se a palavra ao engenheiro agrônomo Paulo Castanheira. Ele parabenizou o Deputado Rôney Nemer pelo trabalho e criticou o fato de, após a compra de um lote licitado pela Terracap, ter que se esperar dois anos para construir. afirmou que pequenas empresas estão quebrando e grandes empresas deixam o Distrito Federal em razão da burocracia. Em outra audiência realizada, já foram informados todos os problemas. Cumprimento o Sr. Tadeu Filippelli, que enviou rapidamente o projeto de lei à Câmara Legislativa, o Secretário Magela, que recebeu o grupo duas vezes, e o Deputado Rôney Nemer, pelo empenho. Passou-se a palavra ao Sr. Magalhães, empresário. Ele afirmou que os empresários querem o EIV, o que os preocupa é a demora em tudo. Disse também que, se o terreno é colocado à venda, e quem propõe a mudança de destinação é o governo, o próprio governo deve fazer o EIV. O segmento precisa de credibilidade e segurança. O empresário disse que possui processo na Sedhab, na Secretaria das Cidades, na Administração de Taguatinga e na Administração de Sobradinho; todos parados há dois anos, esperando o EIV. É inviável uma empresa esperar um ano, um ano e meio, pela análise do EIV. Ele questionou se a Odir e a Onait já não serviriam para fazer as soluções mitigadoras da região, e destacou que o EIV, como sistema de planejamento, deve ser feito anteriormente. Passou-se a palavra ao Sr. Guilherme Barros, empresário. Ele afirmou que em Brasília existe uma imobiliária oficial do governo. Se lançarem um bairro, como Noroeste ou Águas Claras, cabe ao governo, à Terracap, elaborar o EIV, e não a cada empresário no lote. O empresário concordou com a proposta do EIV para o planejamento da cidade, mas expressou preocupação, por conhecer a estrutura do governo. O RIT, que é condição para o EIV, leva até cinco meses. Concedeu-se a palavra ao Sr. Idemar Damasceno, prefeito da 703 Sul. Ele pediu a aprovação rápida do PCUB e do PDOT e sugeriu que se insira uma taxa ou um imposto progressivo em áreas indevidamente ocupadas. O Deputado Rôney Nemer informou que o PCUB ainda não chegou à Câmara e o PDOT foi atualizado e aprovado. Concedeu a palavra ao Cel. Mário Lopes Condes, Chefe do Estado Maior. Ele trabalhou na diretoria de análise de projetos do Corpo de Bombeiros, durante um ano, e sabe das dificuldades na análise. O projeto, às vezes, tem a chancela do próprio Administrador, e, quando chega ao Corpo de Bombeiros, a obra já está pronta, muitas vezes, de modo irregular. O resultado é que o empresário fica chateado com o governo, pois o projeto não passou antes pelo Corpo de Bombeiros, para verificação dos requisitos mínimos de segurança da comunidade.

Comentou que, recentemente, foram construídos três prédios enormes próximos à ponte JK, sem caba d'água superior. O Corpo de Bombeiros não aprovou as obras e o empresário teve que construir as cabas d'água. Comentou também sobre ruas em Águas Claras por onde não passam as viaturas de socorro, que são grandes e pesadas. No Setor Comercial Sul também não passam as viaturas de socorro, em horário comercial, e precisa se torcer para que não aconteça nada na região. O coronel pediu compreensão dos empresários no momento de construir e disse que cabe ao Poder Público a fiscalização para coibir as irregularidades. Informou que o Corpo de Bombeiros está informatizando o sistema de vistoria e de análise e será possível dar entrada nos projetos via internet. Um problema observado refere-se ao chamado *caulista*, a pessoa chega ao Corpo de Bombeiros sem saber fazer os projetos. O Deputado Rôney Nemer, na condição de arquiteto, comentou que, na época que projetava as cidades, havia um trabalho de definição de local para comércio, de hierarquização do sistema viário e de previsão de quantidade de garagem. O Deputado entende que, áreas que já foram projetadas, que já têm a origem como shopping, hospital ou escola, por exemplo, não precisam do EIV. No caso de alteração de área, uma escola que passou a ter uso misto, por exemplo, precisaria de um estudo de impacto de vizinhança. afirmou que a Terracap deve gastar também recursos com estudo e planejamento. O Deputado discorda quando a lei obriga o empresário a fazer o estudo. O empresário tem que fazer quando há mudança de destinação. afirmou que os problemas com o EIV, de atribuir ao empresário a responsabilidade que seria do Estado, criam insegurança no setor da construção, gerador de muitos empregos, e resultam em violência, causada pelo desemprego. O Deputado salientou que a Coordenadoria das Cidades não pode permitir que os cargos para aprovação de projetos sejam ocupados apenas por indicação política. Eles têm que ser arquitetos ou engenheiros. Também disse que as audiências públicas promovidas pela Sedhab precisam dar respostas, sob pena de não terem validade. A empresa quer ter lucro, mas gera emprego; então, deve haver um compromisso social de prazo. O projeto de lei será aprovado, mas passará por regulamentação em noventa dias, e os projetos que aguardam aprovação precisam de andamento. O Deputado passou a palavra à arquiteta Eliana Bermudez, representante da Vice-Governadoria do Distrito Federal. Ela informou que o Vice-Governador pediu que anotasse todas as demandas e as levasse para ele. Também se manifestou enquanto técnica, urbanista. O EIV é uma lei muito importante, pois considera a sustentabilidade da cidade. Disse que o EIV é feito baseado num projeto de arquitetura, mas o número de habitações numa unidade mobilária, dentro de uma área de potencial, varia conforme o tamanho do apartamento e o número de quartos. Então, é complicado. Mesmo a Terracap fazendo um estudo, ela não tem o projeto de arquitetura definido. Em Águas Claras, por exemplo, prevê-se um lote, mas pode haver desmembramento de vários. A arquiteta acha difícil passar toda a responsabilidade pelo EIV para o setor público, em razão da deficiência de técnicos. Comentou sobre a densidade pensada no planejamento urbano e as mudanças posteriores. Assim, Águas Claras e Samambala mudaram muito, não é o que se projetou. O Deputado Rôney Nemer comentou que concorda em parte,

com algumas das ponderações da Sra. Eliana Bermudez. Disse que a preocupação é que no projeto de lei a responsabilidade é toda do particular, o Estado não tem obrigação nenhuma. Então, há que se dividir a responsabilidade entre o setor público e o privado, sem retirar do setor público a responsabilidade pelos estudos prévios. Passou a palavra ao Sr. André Luis Gasques Silva, representante do Secretário Geraldo Magela. Ele afirmou que o projeto de lei enviado à Câmara obedece ao Estatuto da Cidade, que afirma: "O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda por transporte público, ventilação e iluminação, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural". O PDOT afirma que uma lei específica versará sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança. O Sr. André Silva afirmou que na Sedhab se tem preocupação com o planejamento, feito com seriedade. Quanto ao Setor Comercial Sul, projetado há cinquenta anos, e o problema comentado que não passa carro de bombeiro no local, um grande empreendimento no local precisa de estudos para as medidas mitigadoras. Exemplificou com o prédio da "Bi-ba-bô", que era um edifício-garagem e, por meio de estudo prévio, verificou-se a necessidade de alteração do uso, que tem garagem e salas comerciais. O prédio-garagem iria prejudicar o tráfego, em vez de contribuir. Para todo projeto de parcelamento novo será realizado um EIV com validade de oito anos, que é o prazo para implantação do empreendimento, feito pelo Estado ou pelo particular. Também se inseriu no projeto que todos os estudos realizados e aprovados no período de quatro anos – estudos urbanísticos e ambientais feitos nas áreas lideiras do empreendimento a ser implantado, e que necessite de EIV – sejam considerados. O Deputado Rôney Nemer perguntou como fica a situação quando, num lote comprado que poderia ser um shopping center, o EIV chega à conclusão que não pode a atividade. O Sr. André Silva disse que a LUOS já dirá, para grande parte dos lotes, que haverá um potencial básico e um potencial máximo. Se ultrapassar o valor básico, paga-se outorga onerosa até o máximo. O Deputado Rôney Nemer afirmou que a Terracap, ao vender o lote, calcula sobre o máximo com que pode ser vendido. Há, então, necessidade de interação entre os órgãos do governo para calcular sobre o mínimo e, eventualmente, pagar a diferença se a pessoa quiser acima do mínimo. O Sr. André Silva afirmou que foi inserido um artigo dizendo que seja informada no edital da Terracap a necessidade de EIV, para toda licitação realizada pela Terracap cujos lotes necessitem do estudo. O Deputado Rôney Nemer demonstrou preocupação com os projetos das cidades, que custavam caro e eram feitos fora de Brasília. Passou-se a se fazer dentro do governo e o Deputado espera que todos os outros projetos voltem a ser feitos pelo Estado. É preciso fazer concurso e ter pessoas nas administrações regionais para aprovarem projetos em sintonia com a Sedhab e a Coordenadoria das Cidades. Ele informou aos presente que haverá reunião na segunda-feira seguinte, às 14h30, para análise do projeto de lei, e que combinará com os Deputados Cláudio Abrantes, da CAF, e Chico Leite, da CCI, para que se analise a matéria até o final do mês. Até quarta-feira, às 18h, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo receberá as contribuições para que possam ser analisadas e propostas as emendas. Passou a palavra ao Sr. João Gilberto Carvalho Acidoly, representante do Sinduscon. Ele comentou que, no planejamento, deve-se fazer exercícios de simulação. As simulações de ocupação lote a lote, bairro a bairro, região por região, são feitas previamente, antes da definição do gabarito. Com a simulação de ocupação dimensionam-se o sistema viário, água e esgoto. Quando a dinâmica das cidades ocorre com esse planejamento prévio, com gabarito, uso, altura e coeficiente respeitados e bem fiscalizados, evolui-se do jeito que foi programado inicialmente. Com base em estudo, identifica-se o potencial básico para ocupação de determinada região, além de uma sobra de potencial construtivo, chamado de estoque. Existe a sobra de infraestrutura e se pode atenuar um pouco mais, vendendo-se o potencial maior. O representante do Sinduscon afirmou que o EIV está muito bem redigido e atende perfeitamente

ao previsto no Estatuto das Cidades. Sobre a responsabilidade de elaboração do estudo o Estatuto não aborda. O Deputado Rôney Nemer sugeriu que fossem enviadas propostas de emendas de alteração, assinadas e identificadas com o segmento que representa, e passou a palavra ao Presidente do Crea, Sr. Flávio Correia de Sousa. Ele comentou que a Terracap tem um pacto de retrovendas, em que há um tempo para se construir. Quando a Terracap licita um lote, pelo preço máximo, e pelo o potencial e dá um prazo para se construir, acredita que a Luos tem de ser feita pela também Terracap. Para os empresários, o mais importante é mostrar o que está sendo feito pelos órgãos públicos. Às vezes, está estabelecido o prazo para construir, mas não há esgoto, água, transporte, ou escola pública. A maioria dos lotes comprados pelos empresários é da Terracap. Se o empresário pagou pela cota máxima, ele tem que usar o máximo. Colocou o Crea à disposição da Sedhab e da Câmara Legislativa. O Deputado Rôney Nemer ressaltou que, quanto mais as leis forem transparentes para não permitir o poder discricionário do ente público, melhor será para a sociedade. Agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública às

11h20. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer  
Presidente – CDESCMAT

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE OITIVA DO SR. DIÓGENES MORTARI, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, EM 10/10/2012.**

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, às quinze horas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESCMAT para a oitiva do Sr. Diógenes Mortari, indicado ao cargo de Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA. A realização de audiência pública do indicado está prevista no Regimento Interno da Câmara Legislativa, no artigo 227, Inciso III. O Deputado Rôney Nemer, Presidente da CDESCMAT, esclareceu que, inicialmente, será realizada a audiência pública para que os interessados se manifestem sobre a indicação do Sr. Diógenes Mortari ao cargo de Diretor da Adasa. Se não houver alegações, o processo de arrolação será realizado logo após a audiência pública. Os trabalhos serão realizados na seguinte sequência: primeiro, as considerações iniciais do Sr. Diógenes Mortari; depois, as considerações do Relator, dos membros da CDESCMAT e dos demais Parlamentares. Passou-se a palavra ao Sr. Diógenes Mortari. Ele cumprimentou os Parlamentares presentes e informou que a agência foi criada em 2004 com dois objetivos principais: regulação do uso dos recursos hídricos e saneamento. Com as competências de regular, fiscalizar, mediar e, no caso do recurso hídrico, de outorgar o uso, a Adasa é modelo nacional. Após passar quase oito anos na Agência Nacional de Energia Elétrica, o indicado passou a trabalhar na Adasa a partir de 2005. Havia necessidade de trabalho interno de estruturação da agência e de trabalho externo. O Distrito Federal não possuía um sistema de recursos hídricos, como determina a Lei nº 2.725, e foi necessário um trabalho de montagem do cadastro, outorga, fiscalização e gestão dos recursos hídricos. O número de outorgas, atualmente, é de cerca de 10 mil; no início, era zero. O trabalho externo consistiu em auxiliar a montagem do sistema, composto pelos órgãos que fazem a política – o Conselho de Recursos Hídricos e a Secretaria de Meio Ambiente –, pelo órgão implantador da política – a Adasa – e pelo órgão de participação da sociedade – comitês de bacia e a agência que faz a parte executiva do comitê. No final de 2008, houve uma reestruturação da Adasa. Além da parte dos recursos hídricos, saneamento, abastecimento de água e esgotamento, a agência passou a exercer também a regulação dos setores de drenagem urbana, de resíduo sólido e gás canalizado. O Sr. Mortari comentou sobre iniciativas da Agência, como o projeto Descoberto Coberto, com 150 mil mudas plantadas, e o programa Produtor de Água da Bacia do Pípiripau. A Adasa está prestes a instalar, junto com a Defesa Civil, o Centro de Operação de Águas, que já identificou vários locais críticos no Distrito Federal. Comentou sobre o concurso realizado, os aprovados estão sendo chamados e treinados. Por fim, agradeceu à equipe da Agência e disse que há muito a ser feito. Faltas as considerações iniciais, o Deputado Rôney Nemer fez quatro perguntas sobre: o grau de articulação institucional e a hierarquia da participação da Adasa nas etapas da realização do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE/DF; o papel da Adasa no cumprimento das considerações do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 002, de 2007, firmado entre o GDF e o Ministério Público da União, que viabiliza a regularização urbanística e ambiental dos condomínios; os estudos e levantamentos feitos sobre a situação atual dos recursos hídricos no Distrito Federal, e os instrumentos disponíveis pela agência para melhorar a situação da vulnerabilidade hídrica no DF; a política da agência para a regularização ou a implantação de poços artesianos. O Sr. Diógenes Mortari informou que a Adasa participou efetivamente da questão dos recursos hídricos, até porque ela estava concluindo a aprovação do Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos. As áreas de recargas, as áreas de proteção de mananciais e todo o arcabouço estudado e atualizado no plano de gerenciamento foi incorporado e discutido nos estudos do ZEE. Sobre o TAC, disse que a Adasa tem participado de diversos termos, sendo convocada a participar deles, na questão da regularização dos poços e do uso da

água nos sistemas alternativos. A legislação atual prevê que, enquanto a água da Caesb não estiver disponível aos usuários, existem sistemas alternativos que podem ser utilizados, como os poços. Houve avanço na modelagem de recursos hídricos do Distrito Federal e a Adasa tem mapeado todos os sistemas subterrâneos, e cada sistema tem a reserva mapeada. Comentou que, em Vicente Pires, foram lacrados todos os poços, pois hoje é proibido utilizar água de uma fonte alternativa, como o poço, junto com a água da Caesb. O Deputado Rôney Nemer disse ter ficado satisfeito com as respostas e informou que existem, atualmente, cerca de 500 mil pessoas vivendo em condomínios. O Sr. Diógenes Mortari afirmou que todos os condomínios não regularizados usam água de poços para abastecimento. Quando a Adasa concede uma outorga para abastecimento humano, ela é encaminhada à vigilância ambiental e a parte da saúde orienta os condomínios sobre a qualidade de água. Mas é preocupante a defasagem entre o crescimento do consumo e o crescimento dos condomínios, e a impossibilidade de a Caesb atender. O correto, pelo próprio processo de universalização, seria que toda água para abastecimento humano fosse servida pela Caesb, pois é água tratada, cuja qualidade é monitorada. Sobre os estudos e levantamentos da situação atual dos recursos hídricos, o indicado informou que estão um pouco divididos. O plano de gerenciamento integrado de recursos hídricos acabou de ser atualizado. O próximo passo a ser dado é classificar os rios quanto à qualidade da água, e há necessidade de participação da sociedade, por meio do Comitê de Bacia, para definir os rumos que se quer com relação à quantidade e à qualidade. Comentou sobre a disputa, em algumas bacias, entre irrigação e abastecimento, que se equaciona com a participação dos usuários no Comitê de Bacia. Sobre os poços artesianos, existem normas da Adasa que regulam como se pode ter um poço artesiano, as condições para executá-lo, o local e a finalidade. afirmou que existe controle efetivo sobre toda a demanda, oferta e disponibilidade de água, tanto superficial quanto subterrânea do Distrito Federal. Passou-se a palavra ao Deputado Olair Francisco, que fez quatro perguntas sobre: a opinião a respeito das restrições a serem impostas pelo plano de gerenciamento no uso do Lago Paranoá; entendimento quanto aos critérios de aumento da tarifa de água; entendimento sobre a independência da agência reguladora em relação ao governo, em especial quando se trata da atividade prestada por empresa pública; consideração sobre a exploração sustentável da água. O Sr. Diógenes Mortari afirmou que o lago Paranoá vinha sendo operado pela CEB, e não se tinha informação sobre as regras de operação. Há dois anos, por meio de resolução, a Adasa estabeleceu os níveis do lago Paranoá. A discussão sobre o lago é complexa, envolve a Agência quanto à ocupação das bordas; a Caesb possui projeto para captar água do lago. Quanto ao aumento de tarifa, informou que o contrato de concessão prevê a fórmula de reajuste, mas também foi incluída uma revisão tarifária a cada quatro anos. Após estudo, a Adasa tem nova política de reajuste e revisão. A nova metodologia de revisão está em curso e se aplica mundialmente a serviços que são monopólio natural. Há duas revisões, de 2008 e 2012, atrasadas e se espera que a primeira revisão esteja pronta ainda este ano. Informou que a revisão repõe, tanto para o usuário quanto para o concessionário, o equilíbrio necessário para a concessão. Sobre a independência da

Agência, disse que, pela lei, ela é de Estado, independentemente da forma: administrativa, financeira, técnica e patrimonial. A Adasa é representada por um triângulo: numa ponta, o concessionário; em outra, o governo; na outra, o usuário. E os agentes internos fazem o equilíbrio. A Agência precisa estar alinhada com as políticas de governo, mas deve ser independente nas decisões. Sobre a exploração e o uso sustentável da água, comentou que a Adasa está com mais de dezesseis regulações e, em algumas, a situação é muito crítica. Exemplificou com o caso do caminhão-pipa. Antes, pegava-se água em local indevido e, com a regulação, existem mais de vinte pontos cadastrados na Adasa para orientar os caminhões. Passou-se a palavra ao Deputado Wasny de Roure. Ele disse que já conhece o indicado há muitos anos, e um dos grandes nomes na área de água revelou que o Sr. Diógenes está entre as dez pessoas que mais entendem do assunto no Brasil. Em razão da desvalorização no assunto e do absoluto respeito com a coisa pública, o Deputado expressou tranquilidade quanto à indicação.

Passou-se a palavra ao deputado Joe Valle. Ele ressaltou o currículo e a vivência profissional do indicado, e o convidou para participar do trabalho na Câmara Legislativa. Comentou sobre os programas Descoberto Coberto e Produtor de Águas do Píripau, sobre as soluções que podem ser baratas. O Parlamentar disse que a Câmara Legislativa pode ser uma ferramenta com que a Adasa pode trabalhar. O Sr. Diógenes Mortari agradeceu as palavras dos Deputados e informou que a Agência fez um projeto chamado Adasa nas Escolas, por meio do qual já se foi a mais de sessenta escolas para levar conhecimento técnico aos alunos. Passou-se a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. Ela ressaltou a capacidade e o currículo do indicado. Mas expressou algumas preocupações, como o lago Paranoá. A Deputada encaminharia perguntas a serem respondidas posteriormente. O Sr. Diógenes Mortari afirmou que na Adasa se trabalha no chamado tripé da sustentabilidade, são três blocos de ações para dizer que não faltará água: planejamento, gerenciamento direto e campanhas educativas. Quanto ao lago, disse que não vai secar, pois o controle é maior que qualquer uso. Busca-se descobrir os esgotos clandestinos, a Caesb adquiriu um robô que auxiliará o trabalho. O Deputado Rôney Nemer sugeriu a suspensão da audiência pública, a elaboração rápida do relatório e a retomada dos trabalhos em seguida. A reunião foi suspensa às 16h23 e reaberta às 16h46. O Deputado Olair Francisco assumiu a presidência e pôs em discussão e votação o parecer sobre a indicação do Sr. Diógenes Mortari ao cargo de Diretor da Agência de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. O Deputado Rôney Nemer proferiu o parecer. O parecer foi aprovado com quatro votos favoráveis, houve uma ausência. O Deputado Rôney Nemer informou que o objetivo da audiência foi cumprido: o nome do Sr. Diógenes Mortari foi aprovado para ocupar o cargo de Diretor da Adasa. Agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência às 16h51. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer

Presidente - CDESCTMAT

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A PATOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES PÚBLICAS, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 19/11/2012.**

Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às dezanove horas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCTMAT para debater a patologia das construções públicas. O Deputado Rôney Nemer, Presidente da CDESCTMAT, assumiu a presidência dos trabalhos e informou que a audiência surgiu da parceria com a Deputada Eliana Pedrosa. Convidou para compor a Mesa o engenheiro civil João Bosco Ribeiro; o engenheiro Antônio Alberto Nepomuceno, professor da UnB; o Secretário Adjunto de Obras, Sr. Maurício Canovas, representante do Vice-Governador, Tadeu Filippelli. O Deputado ressaltou que os problemas decorrentes das chuvas desta noite estão relacionados ao tema da audiência e convidou o engenheiro civil João Bosco Ribeiro para a apresentação. Ele disse que presidiu um grupo formado em 2011, por solicitação da Novacap, para analisar a situação das pontes e dos viadutos. Comentou sobre os conceitos de patologia, ciência que estuda a origem, o sintoma e a natureza das doenças; e de terapia, ciência que estuda e administra os meios de curar as doenças. Ambos se aplicam às obras. As doenças podem ser corrigidas por um processo de manutenção das obras. O grupo de trabalho formado contou com a participação de entidades como o Sindicato dos Engenheiros, a UnB e a Defesa Civil, e foram levantadas muitas informações. O engenheiro afirmou que, no Brasil, a cultura da observação, monitoramento e recuperação de obras públicas praticamente inexistem. Isso é muito prejudicial à sociedade; quando à obra alcança um ponto crítico, a recuperação é muito cara e há casos em que a substituição por uma nova é mais vantajosa. Quando não realizada a prevenção, qualquer recuperação custa, no mínimo, cinco vezes mais que uma ação de prevenção. Destacou que existe um tripé - projeto, execução e fiscalização - e que a fiscalização perdeu força nas últimas décadas. Também comentou sobre a durabilidade, que consiste na capacidade de um material ter duração prevista acima do mínimo de segurança para o qual foi projetado. As condições do meio e a carga a que a obra está sujeita podem mudar ao longo do tempo e afetar o desempenho. O Sinaenco fez relatório sobre as pontes e os viadutos; a ponte do Bragueto é um dos casos mais críticos. Também comentou sobre a rodoviária e a Galeria dos Estados, que estão em más condições. Investe-se um bilhão e trezentos no estádio e no entorno, mas existe o risco de cair a ponte do Bragueto ou um viaduto. O grupo de trabalho apresentou proposta com três itens. O primeiro consiste num banco de dados atualizado, com levantamento das condições das obras de pontes e viadutos. Informou que o Deputado Rôney Nemer apresentou um projeto de lei que contempla a montagem de banco de dados informatizado, a obrigatoriedade e a periodicidade da inspeção. O segundo item refere-se a um curso modular de especialização ou de mestrado profissionalizante na área de patologia das construções, a ser realizado pelas universidades. Terceiro item: criação de um modelo permanente de gestão da manutenção das construções públicas. Por fim, o engenheiro afirmou que não estava interpretando as coisas pelo viés político - ser oposição ou não -; estava, sim, apontando problemas, na condição de membro de universidade. Passou-se a palavra ao Sr. Antônio Alberto Nepomuceno. Ele comentou que a disciplina de patologia iniciou em 1994, e já existe no mestrado, no doutorado e na graduação. Já foram realizados vários estudos nos principais monumentos, com alunos de mestrado e doutorado, que abordaram os aspectos de durabilidade. O Teatro Nacional, a Catedral, o Palácio da Justiça e o Palácio do Itamaraty foram analisados. O trabalho na rodoviária resultou numa dissertação de mestrado. Comentou sobre a dificuldade de inspecionar locais com a "concepção de cabão perdido", como a ponte do Bragueto. A entrada de água de chuva compromete a estrutura. A situação do viaduto da Galeria dos Estados é gravíssima. O Sr. Antônio Alberto Nepomuceno criticou os gastos com o estádio para a Copa, enquanto os viadutos estão sem

nenhuma manutenção. Quanto às obras novas, disse que, para ser usado em Brasília, o dimento com adição tem que ser com a relação água/cimento de, no máximo, 05, para se garantir a durabilidade. Uma tese de doutorado atestou que as obras mais porosas eram as mais novas; em Águas Claras, obras de oito anos têm grave situação. Também comentou sobre o viaduto Ayrton Senna, em que o corrimão está com total corrosão e existe risco de acidente grave. O Presidente Rôney Nemer comentou que, após a explanação, fica-se com temor de andar sobre as pontes e os viadutos. Agradeceu a presença da Deputada Eliana Pedrosa, com quem divide a audiência pública. Também agradeceu a presença do Sr. Antônio de Pádua Pereira, da OEA Internacional; Sr. Éison Ribeiro de Póvoa, representante da Ademi; Sr. Humberto Flecha, representante da

Asbraco; Sr. José Isafas Costa Vilas Boas, da Diretoria de Gestão da CEB; Sr. João Bosco Ribeiro, do UniCeub; Sr. Josué Lima, consultor legislativo e representante do Deputado Chico Leite; Sr. Sérgio Garcia, do Sinaenco; Sr. Tony Marcos Malheiros, representante do CAU/DF; Sr. Rogério Alves Dutra, da Defesa Civil; Sr. Urubatan Barros, do Instituto Nacional de Engenharia; Sr. Tibúrcio, da Novacap; Sr. José de Fátima da Silva, do Fórum de Desenvolvimento Nacional; Sr. Ronaldo Divino de Menezes, representante do Sindicato dos Engenheiros do DF; Sr. Wesley Porto, do Segov de Sobradinho; Sr. Wagner Dias Correia, do Corpo de Bombeiros; Sr. Fábio Tadeu Antônio Batista, da CEB; Sr. Lúcio Carlos Filho, do GDF; Sr. Fernando de Freitas Pabão, do Confea; Sr. Artur Carlos de Moraes, do Sindafis/DF; Sr. Rodrigo Alexandre Ribeiro Fonseca, da Isa Consultoria; Sra. Regidine de Souza Martins, do Guarã; Sra. Maria Lúcia Borges, do DER/DF, engenheira; Sra. Endrícia de Oliveira, do DNIT; Sra. Francisca Maria Rocha, do DF Notúdas; Sr. Jocinez Nogueira Lima, do UniCeub; Sr. Ancelem Chaves, ECTA Engenharia; Sr. Flávio Correia, Presidente do Crea. O Deputado se mostrou bastante preocupado com a situação apresentada pelos dois professores. Comentou sobre a morte de um servidor da Novacap causada por um pedaço do viaduto da Epla, que se soltou e o atingiu. O Deputado espera que se consiga sensibilizar os órgãos de governo, os de fiscalização. Disse que, quando foi Secretário de Obras, na época da construção do Centro de Convenções, os arquitetos e engenheiros do Tribunal de Contas e do Ministério Público questionaram o valor orçado de uma viga. A mídia acusou a obra de superfaturamento. Depois de provado que não havia irregularidade no preço, a mídia não divulgou nada. O Deputado Rôney Nemer passou a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. Ela destacou que não se está falando de patologia apenas de viadutos e pontes, mas de obras que merecem atenção para a manutenção e execução. No período de chuvas, a reflexão é ainda mais pertinente. Disse que o assunto merece maior atenção da imprensa e sentiu falta da presença de alunos de graduação das faculdades de engenharia. A Parlamentar destacou a importância de se pensar o planejamento, em primeiro lugar, desde a fase escolar. Numa obra planejada, atenta-se para a durabilidade e para o que se deve fazer ao longo do tempo. A responsabilidade dos gestores públicos é muito grande no que se refere à manutenção das obras; ao se passar pela ponte do Bragueto, observam-se pedaços que podem cair nas pessoas. Mostrou imagens de locais, como a marquise do Buriti, que foi reformada, mas o entorno está com problemas. Também comentou sobre a Escola Classe nº 22, do Gama, onde há problema de infraestrutura e o Ministério Público insistiu para que o governo fizesse obra de reforma. O TIDFT julgou procedente o pedido e ordenou que o governo reconstruísse a escola classe, sob pena de multa diária de cinco mil reais. Em vez de realizar a obra, o Governo do Distrito Federal recorreu da decisão. A Deputada solicitou ao Crea uma inspeção do local, mas não obteve resposta. A manutenção de prédio público é bastante preocupante, existem escolas e hospitais com problemas. Por fim, a Deputada expressou o desejo de que a preocupação quanto ao assunto tratado se estendesse a toda a sociedade e, assim, haja menor risco de acidentes e monumentos mais bem conservados. Passou-se a palavra ao Secretário Adjunto de Obras, representante do Vice-Governador, Sr. Maurício Canovas. Ele afirmou que a preocupação do Vice-Governador é grande em relação à manutenção. Disse que participou do grupo de trabalho criado a pedido da Novacap, cujo resultado foi mostrado no início da audiência. Parabenizou o Deputado pela proposta do projeto de lei para criar um programa de gerenciamento de pontes e viadutos. Se o projeto for aprovado, acredita que a melhor forma seria ter um grupo adma na hierarquia, que coordene as ações dos diversos órgãos. Sobre a concepção de cabão perdido nas pontes e nos viadutos, a situação é gravíssima e impossibilita a inspeção. Existe solução tecnológica em que se usa placa metálica. O Secretário afirmou que concorda com os locais informados na audiência, a ponte do Bragueto e a Galeria dos Estados são os dois pontos críticos na cidade. Informou que pequenas manutenções têm sido feitas pela Novacap. A situação do viaduto Ayrton Senna foi novidade. Em razão da gravidade, a Novacap já tem data marcada para contratar o projeto executivo de recuperação da Galeria dos Estados. Quanto à ponte do Bragueto, o DER vai lidar duas pontes marginais; depois de concluídas, será realizada a manutenção da ponte. Na Ponte JK, o monitoramento está contratado e vem sendo feito. A reforma da rodoviária, da parte de baixo, ocorreu em 1995; depois, foi realizada a reforma estrutural. O Secretário informou, sobre a tragédia no viaduto da Epla, que houve desprendimento de uma pedra que estava no viaduto, que talvez tenha caído de uma camba, fato comprovado por perícia. No serviço de recuperação da pavimentação asfáltica, que está sendo realizado, estão limpando quase mil bocas de lobo e levantando-as para não ficarem com desnível muito grande no pavimento. Concedeu-se a palavra ao Sr. João Bosco Ribeiro. Ele destacou o esforço do trabalho da assessoria da Deputada Eliana Pedrosa e da assessoria do Deputado Rôney Nemer, que viabilizaram a realização da audiência pública. Passou-se a palavra ao Sr. Flávio Correia, presidente do Crea. Ele afirmou que o resultado do grupo de trabalho, liderado pelo Prof. João Bosco e pelo Sr. Nepomuceno, cujo relator foi o Sr. Danilo, foi entregue ao então Secretário Otto, para que fosse enviado ao Governador Agnelo. Mas o governo não deu resposta e a ponte do Bragueto deu sinal de tudo que foi feito no grupo. Ele ressaltou que o projeto tem que ser de Inicitiva do Governador, pois gera despesa e se corre o risco de ser declarado Inconstitucional. Informou que foi feita fiscalização na escola do Gama, onde foram feitas fotos, e depois se levou ao grupo de trabalho. Dois ofícios foram enviados à Deputada Eliana Pedrosa. O Crea-DF elaborou um projeto de lei federal e prepara um projeto para ser encaminhado à Câmara Legislativa, com foco na manutenção periódica, preventiva. Por fim, o Sr. Flávio Correia pôs o Crea à disposição da Câmara Legislativa. Passou-se a palavra ao Sr. José de Fátima, do Fórum Nacional de Desenvolvimento. Ele comentou que vê servidores públicos empenhados em resolver o problema e questionou o que se faz com o resultado do empenho, se o governo acata as decisões da Secretaria. Também comentou que o atagamento não ocorreu apenas hoje, mas já houve grandes atagamentos em Brasília em 1997, 2002 e 2009. Crítico o fato de terem passado tantos governos e os viadutos continuarem defasados, e questionou se o governo ainda não entendeu a necessidade das obras. Passou-se a palavra ao engenheiro Ronaldo de Menezes, do Sindicato dos Engenheiros. Ele comentou sobre cartilha elaborada antes do grupo de trabalho, sobre prevenção contra catástrofes, feita com a participação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros. Acredita que a cartilha deve compor a documentação a ser apresentada. Saliu que a audiência não deve tratar apenas de viadutos e pontes; a Deputada Eliana Pedrosa, inclusive, relatou os problemas nas escolas. Questionou se há manutenção no barragem do Paranoá, se ela suporta a carga atual. Também mencionou a Torre de TV, o anexo do Buriti e o tratamento das erosões, como a que ocorreu em Ceilândia, onde o governo precisou desapropriar 53 moradias e três áreas especiais. O deputado Rôney Nemer exemplificou com a garagem do Anexo do Buriti, onde há um constante vazamento de água. Desde que entrou no GDF, em 1988, a garagem já pingava. Passou a palavra ao engenheiro Éison Póvoa, representante da Ademi. Ele destacou que existe a iminência de desastres. Há o grande problema da não execução de reformas ou manutenções por falta de projeto. Em alguns casos, como na rodoviária, há projetos, mas não são feitas as recuperações. O engenheiro afirmou que existe ação civil pública impetrada pelo Iphan e pelo Ministério Público Federal contra o Distrito Federal, alertando sobre outros problemas, inclusive o corrimão da rodoviária. A estrutura de ala sul da rodoviária precisa urgentemente de reforma. Na ponte das Garças e na ponte Costa e Silva também há problemas. Também comentou sobre os meios-fios, jogados à meia pista, e sobre as águas pluviais. Existe uma questão que não é mais técnica, e, sim, política para tomar decisão sobre as obras de manutenção. Concedeu-se a palavra ao Sr. Sérgio Castejon Garcia, Presidente do Sinaenco. Ele destacou a necessidade de projetos bem planejados, com qualidade. A situação da ponte das Garças preocupa bastante. Disse que a manutenção tem que ser constante, o monitoramento deve ser diário. Comentou sobre a W3, que passa por recalapeamento. As máquinas que fazem o serviço são colocadas no canteiro central, que passou por reforma recente e foram colocadas placa e grama da melhor qualidade. Mas as máquinas estão estragando o pavimento. A CEB leva benefício ao instalar poste de iluminação, mas deba sobre de massa asfáltica, debada no meio-fio, o que causa erosão. O Deputado Rôney Nemer disse que, quando estava como Secretário de Obras, fez-se licitação para construir calçada no Plano Piloto, e presenciou empresa contratada pela CEB quebrando a calçada para preparar poste de energia. Concedeu a palavra ao Sr. Artur Moraes, do Sindafis. Ele disse quealaria como

engenheiro. Afirmou que se faz uma ponte ou um viaduto pensando-se num uso e não viu presente à audiência o usuário. Existe uma separação das áreas. Na UnB, onde curso mestrado e doutorado, os programas de Transporte, Estrutura e Zootecnia não se comunicam. Na audiência pública sobre o túnel em Taguatinga, não havia ninguém da área de transporte para debater. Também comentou sobre a necessidade de coordenação das ações entre os órgãos. A Terracap, a Secretaria de Obras e a Sedhab têm obras, quem vai trabalhar com o tema precisa conhecer, mas não existe coordenação. Mencionou um dentista político americano, que acredita que um problema entra na agenda do governo em três situações: por indicadores, por evento-foco, ou por *feedback* de outra política. Aqui, espera-se o evento-foco, o desastre. Mas dá para trabalhar com indicadores. No caso da ponte do Braguito, se houver problema, haverá o custo do congestionamento causado. Precisa-se de pessoas da área de transporte para levantar os dados. Passou-se a palavra ao Sr. Humberto Flecha, da Asbraco, Associação Brasileira dos Construtores. Ele afirmou que os construtores têm interesse na durabilidade das obras. Concordeu com os comentários feitos na audiência e acrescentou dois pontos. Um refere-se ao Judiciário, que tem dificultado as obras. Há várias licitações e, no dia da licitação, recomendação do Tribunal de Contas ou de outro processo suspende a licitação em razão de algum detalhe ou burocracia. Comentou que existe projeto pronto para ser licitado no anexo do Buriti. Mas, em razão de laudo da Defesa Civil, será necessário outro estudo para avaliar todo o anexo do Buriti. Outro ponto levantado refere-se ao desaparelhamento dos órgãos técnicos, da Novacap, do DER e de outros órgãos interessados. A cada troca de governo, perdem-se bons profissionais. O Deputado Rôney Nemer comentou que, muitas vezes, os profissionais são substituídos por outros profissionais, mas os novos profissionais levam tempo para aprenderem. Segundo informação da Deputada Eliana Pedrosa, há projeto de lei que retira a prerrogativa de que alguns cargos sejam ocupados por pessoas de carreira, o que preocupa muito o Deputado Rôney Nemer, em razão da consequente descontinuidade do serviço público. Concedeu-se a palavra ao Sr. Antônio Alberto Nepomuceno. Ele disse que, desde 1994, muita coisa sugerida foi contratada pela Novacap; a correção de tudo demora em razão de vários motivos comentados na audiência. Destacou a necessidade de continuidade no processo de manutenção e de qualificação do pessoal que trabalha com o tema. A manutenção deve estar prevista nos orçamentos a cada ano. Passou-se a palavra ao Prof. João Bosco Ribeiro. Ele destacou a necessidade de, nas discussões e nos cursos de engenharia, passar aos jovens a ideia de responsabilidade social. No UniCEUB, há um dia de responsabilidade social, todo ano, e se iniciou projeto de extensão de engenharia pública. Passou-se a palavra ao Secretário Adjunto de Obras, Sr. Maurício Canovas. Sobre o questionamento do Sr. Flávio quanto à resposta do governo ao trabalho realizado pelo grupo, disse não saber responder por não estar na Secretaria de Obras à época, mas crê que a falta de resposta do Governador se deva a alguma questão burocrática. Mas existe uma resposta maior, no âmbito do grupo de trabalho, de desenvolver, por exemplo, a recuperação da Galeria dos Estados e a recuperação da ponte do Braguito. A estrutura metálica da Torre de TV precisa ser recuperada, abriu-se um processo licitatório, mas foi deserta. O Secretário exemplificou com o

caso de uma ponte que liga duas cidades importantes do Distrito Federal, a obra ficou paralisada alguns anos em razão de questionamento de 200 mil reais referente a um volume de terra. Isso causa insegurança jurídica. Pediu aos Parlamentares que ponham recursos para projetos, pois sem projetos as obras de Infraestrutura emboram nos tribunais. A Secretaria está preparando uma licitação de 25 milhões de reais e precisa de apoio para obter o recurso no orçamento. Também pediu apoio quanto aos profissionais. Houve poucos concursos, em trinta anos, para a Secretaria de Obras e para a Novacap. Muitos servidores têm saído, sem passarem conhecimento para novos servidores. Precisa-se fortalecer o quadro do GDF com engenheiros e arquitetos. Passou-se a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. Ela comentou sobre a necessária qualificação dos ocupantes de cargos públicos, tanto nos concursos públicos quanto nas exigências para preenchimento dos cargos técnicos. Sugeriu que, terminada a audiência, fosse elaborado documento por meio do qual se dê efetiva contribuição ao governo. A Parlamentar soube que existe projeto de lei protocolado pelo Deputado Rôney Nemer que trata do assunto; ela também possui documento pronto e apenas aguardava a audiência pública para protocolar. Assim, sugeriu que sejam analisadas as duas propostas e, se for o caso, que se encaminhe ao Executivo para evitar uma possível inconstitucionalidade. Sobre as emendas para 2013, informou que já foram apresentadas e o prazo para apresentá-las expirou; ao longo do ano, quando chegar um crédito, pode-se fazer o remanejamento. Ressaltou que deve haver sinergia entre os órgãos, para que haja compartilhamento da informação, e informou que existe, na Câmara Legislativa, a Comissão de Governança e Transparência, a qual pretende trabalhar com indicadores. O Deputado Rôney Nemer reforçou as palavras da Deputada e pediu que se elabore com rapidez o documento em que constem as fotos e os comentários dos professores, do Secretário de Obras e de todos que se manifestaram na audiência pública. Lamentou a ausência na audiência pública do Tribunal de Contas e do Ministério Público e agradeceu a presença de todos. Encerrou-se a audiência pública às 21h56. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer  
Presidente – CDESCTMAT

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, QUE APROVA O PPCUB, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 26/11/2012.**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às nove horas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizou-se audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 52/2012, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. A audiência foi proposta pelos Deputados Rôney Nemer, Cláudio Abrantes e Chico Leite, realizada em conjunto por três comissões – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Comissão de Assuntos Fundiários e Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Rôney Nemer, Presidente da CDESCTMAT, assumiu a presidência dos trabalhos e convidou para compor a Mesa o Deputado Wasny de Roure, Líder de Governo e relator do projeto pela Comissão de Assuntos Fundiários. Pela Comissão de Constituição e Justiça o relator é o Deputado Olair Francisco. Decidiu-se realizar cinco audiências públicas por tema e área, a exemplo do que foi realizado no PDOT. Em razão do tombamento diferenciado de Brasília, foram convidados especialistas para tratar do tema. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença da Deputada Arlete Sampaio e do Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil – IPHAN Nacional, Sr. Andrey Rosenthal Schlee, a quem passou a palavra. Ele disse que passaria a visão do IPHAN sobre o tombamento de Brasília. Em 1960, Juscelino Kubitschek, um estadista, encaminhou um bilhete a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Presidente do Iphan, dizendo que a única defesa para Brasília estava na preservação do Plano Piloto. A preocupação do Presidente refletia a discussão que ocorria no Congresso Nacional sobre as alterações urbanísticas na cidade. A Lei Santiago Dantas determinava que toda alteração no Plano Piloto passasse pelo Congresso Nacional. Sobre o plano de preservação, o Iphan esteve ao lado do Governo do Distrito Federal na elaboração de todo o processo que gerou o PPCUB. O processo começa com o desenvolvimento de uma metodologia para todo o Brasil, do ponto de vista de elaboração de planos de preservação dos sítios históricos e urbanos. A metodologia resultou na portaria do IPHAN nº 299, de 2004. Em Brasília, o plano resulta num termo de referência, na contratação de uma empresa de consultoria que desenvolve boa parte do trabalho, em especial as etapas de diagnóstico e de prognóstico. Em 2012, há rescisão de

contrato e a SEDHAB assume a responsabilidade e discute um documento já elaborado. O documento foi aprovado pelo CONPLAN e seguiu para a Câmara Legislativa. O diretor ressaltou que se trata de um processo, não encerrado, e que, na visão do IPHAN, pode-se melhorar o texto legal. O texto deve ser um plano de preservação, com os elementos fundamentais que garantirão a preservação da capital federal. O representante do IPHAN esclareceu que o Governo Federal levou à UNESCO a candidatura de Brasília a patrimônio da humanidade, mas em nível local ou nacional a cidade não era reconhecida dessa forma. A solução para o impasse, em 1987, foi o Decreto nº 10.829, que tomba Brasília em nível distrital e que reconhece Brasília como patrimônio do Distrito Federal. Ele ressaltou a importância de o Distrito Federal reconhecer primeiro Brasília como patrimônio. E acrescentou que é difícil para o IPHAN imaginar a possibilidade de legislação que substitua o decreto de tombamento. Em 1990, ocorreu o tombamento federal; em 1992, a Portaria nº 314. Comentou sobre a implicação direta na UNESCO e a moratória solicitada para não aprovar imediatamente o PPCUB, que deveria ser mais discutido e detalhado. Sobre o tombamento disposto na portaria e no decreto, que são documentos muito semelhantes, a concepção urbanística está expressa no mapa e no relatório, ambos apresentados por Lucio Costa em 1957. A realidade físico-territorial do tombamento corresponde ao Plano Piloto. Além do memorial do Plano de 1957, existem planta e memorial do Brasília Revisitada. O diretor frisou as quatro escalas da concepção urbanística: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. Resumiu que o conjunto de documentos-base para entender

as características essenciais da cidade é composto pelo memorial do Plano Piloto de 1957, pelo próprio projeto e pelo Brasília Revisitada. Na mesma lista em que Brasília foi candidata a patrimônio internacional estavam a Muralha da China, a Acrópole de Atenas, Machu Picchu e Venezia. Afirmou que seria fundamental que o PPCUB delimitasse, do ponto de vista geográfico e territorial, a presença, pelo menos, das três escalas, já que a bucólica permeia todas as outras. Sobre as áreas passíveis de edificação, as áreas em que não se pode construir são todas aquelas que, no momento do tombamento, não estavam edificadas, estavam livres e que não tinham, naquele momento, destinação, com exceção do que estava previsto no Brasília Revisitada. Garantiu-se o acesso público ao lago. É importante mencionar o Brasília Revisitada, pois é ele que, de certa forma, vai autorizar o Sudoeste, o Noroeste e outros crescimentos que esta cidade sofreu do tombamento até hoje. Quanto ao marco jurídico, informou que, além da portaria e do decreto, o PPCUB possui relação com as outras leis aprovadas pela Câmara Legislativa, em especial com a Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo e com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Alertou para a fragmentação no debate do projeto de lei, ao se criarem espaços para resolver problemas pontuais, como o Setor Hoteleiro e o Setor Comercial de Rádio e TV. O somatório das soluções individuais não resultam num plano de preservação. Afirmou que não gosta de imaginar o PPCUB como "o que posso construir em Brasília", e sim como o que se vai preservar e como se vai preservar Brasília. Acrescentou que são necessárias definições, como a diferença entre área verde, área livre, área ociosa, área desocupada, área não edificante, área a ser parcelada, baba densidade construtiva. Com a lista de definições, pode-se ter segurança jurídica. O diretor do IPHAN criticou o fato de que no PPCUB há muito cuidado no controle do lote para dentro e pouco cuidado do lote para fora, o espaço público que é trabalhado por todos. Existem lotes não ocupados, áreas públicas não tratadas, não se pode aceitar que em Brasília não haja urbanidade e que não se tenham condições de caminhar do Setor Hoteleiro Sul ou Norte até a Praça dos Três Poderes, sem ter que atravessar ou enfrentar todo o tipo de problema da falta de passeio ao risco à vida. Ao final, o Sr. Andrey Rosenthal Schlee disse que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional solicita que a discussão seja realizada com mais tempo e com muita segurança. O Deputado Rôney Nemer convidou para compor a Mesa o Deputado Wasny de Roure; o Deputado Olair Francisco; a Líder de Governo, Deputada Arlete Sampaio; a representante da Sedhab, Sra. Rejane Jung; o Administrador Regional de Brasília, Sr. José Messias de Souza. Em seguida, passou a palavra à Sra. Rejane Jung, representante da SEDHAB. Ela explicou que a avaliação dada pelo Sr. Andrey refere-se à primeira versão do projeto de lei, quando ainda não estava totalmente consolidado. Em função das recomendações do IPHAN, foi incorporada a Portaria nº 314 na minuta da lei do plano de preservação, revogando-se o Decreto nº 10.829. Assim, a preservação não ficou prejudicada. Não houve alteração de uso, mas uma ampliação do leque de uso em determinadas áreas. Toda e qualquer alteração de uso, ou de gabarito está explicitada no corpo da lei. Ela citou como exemplo o Touring, onde se propôs um leque maior de atividades para valorizar o espaço, aumentando-se um pouco o potencial construtivo, o que será submetido à aprovação das instâncias necessárias. Quanto às definições, a área não edificante está muito clara na lei. Se houver dificuldade ainda, pode-se avaliar junto com a Câmara posteriormente. Optou-se pela subdivisão em áreas de preservação e unidades de preservação, o que pareceu bastante adequado, pois traz os atributos de preservação. Quanto às escalas, sabe-se que algumas áreas não estavam previstas no plano e foram inseridas pelo Brasília Revisitada, como o Sudoeste e o Noroeste. O Cruzeiro e as quadras 700 não estavam previstos no relatório do Plano Piloto. As quadras 700 seriam uma escala bucólica, mas se tornaram escala residencial. Quanto às áreas do entorno, algumas áreas têm maior importância: toda a encosta leste, que inclui o Parque Nacional, a Área de Preservação Ambiental Gama Cabeça de Veado e toda a encosta a leste do Taquari. O plano dá orientações de como deve ser a ocupação nessas áreas. O Deputado Rôney Nemer informou que o Deputado Cláudio Abrantes estava em reunião externa e chegaria à audiência em breve. Agradeceu a presença de Rômulo Andrade de Oliveira, técnico da Sedhab; Daniel Soares de Assis, da CEB;

Carla Souza, da rede hoteleira; João Carvalho Acoldo, do Sinduscon; José Leme Galvão Júnior, Luiz Philippe Torely, Anna Finger e Thiago Perpétuo, do Iphan; Ivone Dias Magalhães, da Agefis; Helder Carneiro, Presidente da ABIH; Renato Oliveira, da rede de hotéis; Sérgio Paiva Sampaio, da Caesb; Laura Girade Corrêa, da Coordenadoria das Cidades; Roberto de Barros Barite, da ABIH; Vanessa Azevedo Ostello, da Fibra; Saito Setsuko Watanabe Mazzoni, da Sedhab, do GDF; Maria Helena Gasparinetti, da Terracap; Aylene Farias Oliveira da Silva, Yure Camilo Gonzales, Pedro Henrique Gomes Bezerra, Iná Castro Gonçalves, Ertiney Alves Ribeiro e Kelly Vivian Carvalho Gomes, da Unlp; Ronaldo Martins Alves, de Brasília; Uidleston Pinho Lopes, de Brasília; Ana Luísa Fleury; Wilson Costa Pereira, da Câmara Legislativa do Distrito Federal, representando o Deputado Wellington Luiz; Marcos Pató, do gabinete do Deputado Wellington Luiz; Paulo César Felipe Coelho, do Grupo Santa Luzia; Bassam Massouh; José Daldegan Júnior, Prefeito Comunitário da 706 Sul; Alexandro César de Oliveira, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Natasha Ferreira Machado, da Vector Relações Governamentais; Wesley Porto, da Secretaria de Governo; Márcia Fernandez, representando a Deputada Eliana Pedrosa; Angélica Veras, gabinete 16 da CLDF; José Francisco de Souza, da Vila Planalto; Giselle Chalub Martins, arquiteta; Maria Eugênia Gruber, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Karoline Lino Coelho, Zikal Comércio e Alimentações Ltda.; Ingrid de Araújo, da UnB; Ana Luíza Amaral, de Brasília, UnB; Luís Henrique Godoy, do Hotel Planalto; Cláudia Bitar, da rede de hotéis. Passou-se a palavra à Deputada Arlete Sampaio, Líder do Governo. Ela comentou que ser Patrimônio Cultural da Humanidade significa muitas oportunidades e o GDF deve trabalhar de forma absolutamente combinada com o IPHAN em favor da preservação de Brasília. A Parlamentar disse compreender quando o Sr. Andrey falou da necessidade de discutir o projeto com calma. Para exemplificar, ela não viu no projeto a portaria que a Sra. Rejane disse que estaria incorporada. Pelo contrário, notou um artigo que dizia debar de existir o decreto de tombamento. A Deputada solicitou à Sedhab o envio das NGBs para que se comparem com todos os anexos do projeto, com o objetivo de se ter um plano de preservação *stricto sensu*. Por fim, reforçou a necessidade de mais tempo para discutir o PPCUB e se ter convicção de votar um plano de preservação. O Deputado Rôney Nemer registrou a presença da Deputada Celina Leão e do Deputado Aytton Gomes, e concedeu a palavra ao Sr. José Daldegan, do Conselho Comunitário da Asa Sul. Ele disse ter nascido em Brasília e acompanhar as discussões sobre PDOT e PPCUB. Entende que um plano de preservação deve cuidar da preservação e, ao mesmo tempo, enxergar as possibilidades criadas pela dinâmica da cidade. Mas o PPCUB traz muitas alterações e passou a ser ariscado. Segundo o representante do Conselho, alguns artigos abrem brechas para desconfiguração da cidade, como os artigos 64, 120, 121, 140 e 153. Ele concorda que deve

haver mais cuidado na análise do projeto, sem o caráter de urgência. Passou-se a palavra ao arquiteto João Carvalho Accioly, representante do Sinduscon/DF. Disse que faria algumas perguntas sobre o tombamento, quando aos benefícios diretos para o cidadão. Quando Lucio Costa estimou a população em 500 mil habitantes para o Plano Piloto? Num segundo momento, já foram acrescentadas as áreas das 700 e as novas áreas previstas? A previsão inicial vai ser atingida e existe interesse para isso? O que a lei propõe? Passou-se a palavra ao Sr. Marcos Pato, representando o Deputado Wellington Luiz. Ele expressou preocupação com o prazo com o regime de urgência do projeto e disse não ter cabimento a última audiência terminar no dia 10 e o projeto ser votado até o dia 15. Ele não tem dúvida da seriedade da Secretaria, representada pela Sra. Rejane Jung, e do IPHAN, órgão fundamental na preservação como Patrimônio Histórico, mas se preocupa com a pressão para aprovar o projeto. O Deputado Rôney Nemer registrou a presença do Deputado Agacel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e de Mitri Mourafrege, do Hotel Casablanca; Solon Kozak; e Iben Chater, do Byblos Hotel. Concedeu-se a palavra à Sra. Carla Ortega, representante da Associação Brasileira de Empreendimentos Hoteleiros. Ela informou que o pleito da associação é o artigo 109, baseado em três pontos: alteração de gabarito, vantagens socioeconômicas e, principalmente, respeito ao tombamento e à escala gregária de Lucio Costa. A proposta consiste em passar de 13,5 para 35 metros, 10 andares, que traria muitas vantagens para o turismo e para a geração de empregos. Trata-se do aumento dos gabaritos dos hotéis pequenos na área central, não se trata da 901 norte. Foi realizado estudo de impacto que atesta a viabilidade da alteração. Ela disse que o subsolo teria garagem, o que ajudaria a desafogar o trânsito. A proposta estaria em conformidade com o Decreto nº 10.829, cuja cota de coramento máximo para a escala gregária é de 65 metros. O número de leitos passaria de 1.400 para 4.400; os empregos, de 210 para 840. O investimento seria 100 % do setor privado. Passou-se a palavra ao Sr. Helder Carneiro, Presidente da ABIH/DF. Ele informou que se trata de instituição que congrega hotéis grandes, pequenos e médios da cidade. Em primeiro lugar, está a defesa da legalidade dos interesses da cidade; em segundo lugar, os interesses dos associados. Desde o início, a ABIH impugnou a ideia por entender que o projeto trazia soluções fragmentadas e não geravam um plano de preservação. Não há motivo para ser contrário se a pretensão do setor hoteleiro ou de outro segmento tiver amparo legal. A preocupação é que, no futuro, não haja possibilidade de os clubes se transformarem em hotéis e de os hotéis com 15 pavimentos se transformem em 25 e assim por diante. Por fim, reforçou que a instituição é favorável a Brasília como patrimônio histórico mundial. Concedeu-se a palavra ao arquiteto Tony Malheiros, representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU. Ele disse que se precisa discutir mais o projeto de lei e que é necessário explicar à população, com trabalho de mídia, o tombamento e as escalas. afirmou que a implantação de uma universidade em local errado afeta muito uma escala. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença e convidou para a Mesa o Deputado Cláudio Abrantes. Registrou a presença do Sr. José Américo, da 704 Sul, e do Sr. José Veríssimo de Sena. O Deputado Rôney Nemer esclareceu que o Sr. Andrey representa o IPHAN nacional, responsável por acompanhar o PPCUB, e que o IPHAN local também está presente. O Sr. Andrey Rosenthal explicou que houve uma visita de especialistas da UNESCO a Brasília, foi elaborado um relatório encaminhado ao Comitê de Patrimônio Mundial. O Ministério das Relações Exteriores enviou um substitutivo afirmando que o relatório fazia exigência que feria a autonomia do país. O Brasil precisa encaminhar à UNESCO em fevereiro um relatório com informações do que foi feito até hoje sobre os temas levantados: transporte, lago, PPCUB e relação Iphan/GDF, entre outros. Quanto à população estimada, esclareceu que os 500 mil habitantes foi o número de um decreto-lei do Governo Dutra que pedia estudos do local para instalação do Distrito Federal. Acrescentou que, com transporte público de qualidade, há capacidade para mais 300 mil pessoas no Plano Piloto. Para explicar as escalas, fez um exercício: imaginar o lago, os dois eixos e a base verde da cidade-parque. Na organização das unidades da vizinhança, no eixo residencial, havia planos de educação, saúde e abastecimento. O eixo rodoviário recebeu a administração federal e a distrital. No cruzamento dos dois eixos, o centro da cidade, com os setores comerciais sul e norte, hoteleiro, de autarquias e complementares. A escala monumental vai da Praça dos Três Poderes até a Praça do Burit, com os espaços representativos dos Poderes, os prédios e edifícios simbolicamente importantes não apenas para o Distrito Federal, mas sobretudo para a Nação. As superquadras preenchem o outro eixo, com o uso dos pilótes que garantem livre acesso. A escala gregária fica na área central e a escala bucólica garante a base verde. Quanto mais se afasta do cruzamento dos eixos, mais verde vai ficando a cidade e menor deve ser a altura dos edifícios. O diretor do IPHAN afirmou que Brasília tem monumentos suficientes e não precisa criar outros. Ele tem dificuldade em aceitar que o Distrito Federal coloca a ponte nova como um dos grandes monumentos desta cidade. Trata-se de erro de interpretação e de desconhecimento desta cidade. Crítico ainda os erros arquitetônicos, o Blue Tree, um prédio vermelho ao lado do Palácio da Alvorada; o Brasília Shopping, monumental num local gregário; Centro de Convenções e estádio depois de ampliados. O maior edifício de Brasília, que talvez fique na memória das novas gerações, não será mais a Catedral e, sim, o gigantesco estádio. Brasília é capaz de aceitar excelentes projetos, não é engessada. Quando o projeto é bom, novos valores não entregues ao patrimônio e ao tombamento. A Deputada Cefina Leão perguntou se o IPHAN teria um parecer detalhado para encaminhar aos membros da Comissão de Assuntos

Funditários. O Sr. Andrey Rosenthal informou que o IPHAN nacional recebeu do Ministério Público um questionamento detalhado e está, no momento, elaborando um parecer técnico que será encaminhado à presidência do IPHAN e provavelmente será enviado à Câmara Legislativa. Sobre a quadra 901 norte, comentou que os estudos elaborados concluíram que se trata de área de transição entre a escala gregária e os hotéis, de um lado; do outro, a escala bucólica. Portanto, é uma área passível de ser construída desde que com gabaritos baixos, nos termos do PL, com usos já definidos. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Deputado Wellington Luiz e passou a palavra ao Sr. Mitri Mourafrege, do setor hoteleiro. afirmou que um pylonete e se preocupar com a defesa de Brasília. Perguntou o que seria da cidade se houvesse apenas hotéis de cinco andares na asa sul e disse que Brasília precisa das melhores redes hoteleiras. Assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Cláudio Abrantes, que passou a palavra ao Administrador de Brasília, Sr. José Messias de Souza. Ele disse que, na elaboração do PPCUB, as audiências foram muito concorridas. A definição do plano de preservação avançou de forma significativa. O Administrador comentou sobre os conflitos advindos da disciplina de usos estabelecidos culturalmente ao longo dos anos. Seria necessário profundo diálogo entre o texto de preservação e a utilização no dia a dia. O perfil de moradores de algumas quadras do Plano Piloto mudou e as demandas precisam ser avaliadas. A Brasília de hoje é o centro de uma região metropolitana, para onde vem cerca de 1 milhão de pessoas todo dia, e sofre pressão. O comércio local precisa atender à demanda dessas pessoas. O pior exemplo da pressão, do ponto de vista arquitetônico, são os puxadinhos. O Estado não consegue impedir essas irregularidades. O Sr. José Messias de Souza afirmou que se corre o risco de cair num tecnicismo de normas se elas não responderem às necessidades reais da cidade. Por fim, ressaltou o zelo em preservar, para mostrar a genialidade na produção de uma obra arquitetônica rara. O Deputado Rôney Nemer concedeu a palavra à Sra. Rejane Jung. Ela complementou a fala do Administrador, afirmou que se tentou atualizar os usos no plano de preservação, no sentido de adaptar os equipamentos públicos ao perfil atual da população. Exemplificou que na W3 só podem usos comercial e residencial; agências bancárias não podem, por serem prestação de serviço. Então, a atualização da legislação em benefício da vitalidade ocorreu e está expresso no projeto de revitalização da W3. Quanto ao que foi falado pelo Sr. João Accioly, que poderia se ter uma legislação separada, a arquiteta disse que atualmente se tem a portaria de preservação e uma legislação dispersa, não sistematizada. A Portaria nº 299 diz que o Plano de Preservação de Sítios Históricos é um instrumento de preservação e também um instrumento normativo de uso e ocupação do solo. O Sr. Andrey Rosenthal afirmou que o IPHAN é sempre favorável à atualização da legislação e à flexibilização de uso. Lucio Costa também sempre se manifestou favoravelmente. afirmou que mora na asa norte e não dirige, não tem carro. Ia trabalhar na UnB a pé. Vários auxiliares levavam os filhos de outras cidades para estudar nas superquadras, o que revela a generosidade

de Brasília. Em vez de a legislação proibir essa prática, tem que se garantir que as pessoas do Distrito Federal usufruam das qualidades da área planejada. Se houvesse sistema de transporte de qualidade, melhor ainda seria para a população desfrutar das qualidades do Plano Piloto, em vez de se ficar imaginando que as superquadras foram construídas apenas para os felizes proprietários de imóvel na superquadra. O Deputado Rôney Nemer justificou a saída antecipada do Deputado Olair Francisco, que tinha compromisso pré-agendado, e passou a palavra ao Deputado Wasny de Roure. Ele disse que considerou bastante relevante o debate, especialmente pela apresentação das quatro escalas pelo IPHAN, e comentou sobre os problemas, nas audiências, de pessoas que defendem determinados interesses, mas desconhecem a questão maior da preservação. E, então, atribui-se à Câmara Legislativa o poder de solução do problema. Vota-se o projeto, o Ministério Público recorre, o artigo é declarado inconstitucional e a cidade sofre com as irresponsabilidades. O Parlamentar salientou que Brasília precisa construir políticas que transiram para outros espaços certos empreendimentos. Com 224 artigos e anexos, o Deputado acredita que deva haver problemas no projeto. É provável que se cometa algum erro, mas não se pode cometer erros deliberados, premeditados por qualquer tipo de interesse. Para

aprofundar o debate, acredita que o governo tenha sensibilidade, apesar do regime de urgência. Com o PDOT, houve adiamento da votação. Passou-se a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Ele comentou sobre o desafio de conciliar as diferentes visões, os diversos argumentos. E a Câmara Legislativa não detém todo o acúmulo de discussão sobre o tema, que está nos órgãos do Executivo, nos órgãos de preservação e na sociedade civil organizada. Segundo o Parlamentar, o PPCUB é uma oportunidade de corrigir os erros e desmandos ao longo de 52 anos. Sobre o transporte, lembrou da aprovação do Plano Diretor de Transporte Urbano no ano anterior e comentou sobre a ausência de um programa de ciclovias integrado ao transporte, como existe em diversas capitais do mundo. Brasília tem 1,8 habitante por carro e não tem transporte público de qualidade. Ele acredita na prudência ao analisar o PPCUB, a exemplo do que ocorreu com o PDOT, e acha importante se construir um cronograma. O Deputado Rôney Nemer comentou que já foi administrador de duas cidades e sabe a diferença entre o que os técnicos planejam e o que a população deseja. O Administrador conhece as demandas da comunidade, os órgãos de controle ou de preservação não têm essa proximidade. É preciso haver os dois contrapontos, tem que se avançar sem perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Informou que no PDOT foram dadas respostas a todos que mandaram pedidos; nas audiências públicas promovidas pelo Executivo isso não acontece. A sociedade precisa ser informada. Entre as audiências públicas serão realizadas reuniões técnicas com os órgãos. O Deputado ressaltou que deve haver bom senso na discussão. Se for possível analisar o projeto e votar neste ano, com segurança, assim será feito. Se não der, não haverá pressa. O Deputado Rôney Nemer encerrou a audiência pública. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer  
Presidente – CDESCTMAT

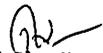
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, QUE APROVA O PPCUB, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 29/11/2012.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, às nove horas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizou-se audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 52/2012, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. A audiência foi proposta pelos Deputados Rôney Nemer, Cláudio Abrantes e Chico Leite. O Deputado Rôney Nemer assumiu a presidência e declarou aberta a audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, da Comissão de Assuntos Fundiários e da Comissão de Constituição e Justiça. Convidou para compor a Mesa o Primeiro Secretário da Câmara Legislativa, Deputado Olair Francisco. O Deputado Rôney Nemer informou que a primeira audiência tratou do conceito de tombamento e esta segunda audiência vai tratar das superquadras 100, 200, 300, 400; comércio local sul e norte. Registrou os órgãos e as entidades convidadas para a audiência: o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; a Vice-Governadoria do Distrito Federal; a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização e Habitação – Sedhab; o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil – Iphan Nacional; o Iphan/DF; a Terracap; o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Ibram; a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal – Semarh; a Administração Regional do Plano Piloto; a Secretaria de Estado Civil do Distrito Federal; a Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal; a Companhia de Saneamento Ambiental – Caesb; a Companhia Energética de Brasília – CEb; o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran; a Agência de Fiscalização – Agefis; a Coordenadoria das Cidades; o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB; o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que tem como representante aqui o Tony Malheiros; o Sindicato dos Arquitetos do Brasil – Sinarq; o Sindicato das Indústrias da Construção Civil – Sinduscon, que tem como representante aqui o arquiteto João Accioly; a Associação Brasileira de Construtores – Abracoc; a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI, representada pelo Rogério Markiewicz; o Sindicato dos Engenheiros do DF – SENGE; o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Artur Benevides, do Conselho Comunitário da Asa Sul. Ele comentou que a preocupação é com o comércio de produtos e alimentos nos postos de combustível. Ele acha que não pode e que o artigo 91 deve ser suprimido por conta do sofrimento dos moradores das Asas Sul e Norte. Chamou atenção para a recomendação da Unesco quanto aos artigos 36 e 37 e afirmou a importância de maior tempo para discussão do PPCUB. Por fim, o Sr. Artur Benevides disse que o Governo do Distrito Federal, infelizmente, coloca no Complan – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano pessoas que não representam a comunidade. Passou-se a palavra ao Sr. Armando Otaiki, do Conselho Comunitário da Asa Sul. Ele disse estranhar o nome do projeto, pois fala em preservação, mas propõe mudanças. Precisa-se pensar Brasília com transporte público, a cidade dentro da RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento. Para preservar Brasília o estudo deve ser abrangente, envolver toda a RIDE e não apenas o quadrilátero do Distrito Federal. Falou da necessidade de defender a escala bucólica, a área livre, e repudiou a defesa dos puxadinhos. Também salientou a necessidade de defender a escala residencial. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de Nanã Catalão, representando o Senador Rodrigo Rollemberg. Passou a palavra ao Presidente do Sindivarejista, Antonio Augusto de Moraes. Ele disse que falaria apenas sobre as ocupações de áreas públicas do setor comercial, principalmente na Asa Sul. afirmou que os puxadinhos são necessários para o setor empresarial prestar melhor serviço à sociedade. Há interesse do comércio em expandir a sua área e, principalmente, em prestar melhor atendimento e gerar mais empregos e renda. Ele disse que Brasília vive outra realidade, diferente de quando

foi feito o plano de Lucio Costa, e o engessamento não beneficia a cidade. Os lojistas encontram grande dificuldade em atender às exigências da Administração Regional. O Deputado Rôney Nemer concedeu a palavra ao Sr. Rogério Markiewicz, Diretor da Ademil/DF. Ele disse que a entidade participou dos debates desde o início e que todos os associados estão dentro da lei. Comentou sobre a dificuldade de aprovar projetos, principalmente no Plano Piloto, e a necessidade de prazo de transição para os projetos. Solicitou a inclusão no projeto de lei, nas disposições finais ou transitórias, como foi feito na LUOS, de prazo para protocolo dos projetos, de forma a permitir optar pela atual ou pela futura lei. O Deputado Rôney Nemer convidou para compor a Mesa o Relator pela Comissão de Assuntos Fundiários, o Deputado Wasny de Roure. Em seguida, concedeu a palavra ao representante da Ascom - Associação dos Comerciantes da Asa Sul, Sr. Oswaldo Meneghim. Ele comentou que, há mais de quatro anos, a Ascom, mais conhecida como Associação dos Puxadinhos de esquinas, vem tentando reafirmar a Lei Complementar nº 766/2008, para que autorize a usar as esquinas, e também se consentem algumas imperfeições da lei. Até o momento, não houve indeferimento formal, o que significa haver a possibilidade de aprovação. Informou que as esquinas abrigam cerca de quatrocentas empresas de diversos segmentos e são as que mais empregam na Asa Sul. Reforçou a necessidade de diversidade no comércio de esquinas, formado não apenas por bares, e comentou o pensamento de um professor de Direito, que dizia que a lei nada mais é que passar para o papel usos e costumes. Exemplificou com as lojas do comércio local sul, cujo projeto inicial previa que a frente fosse voltada para as residências. Hoje se tem o inverso, o uso e o costume definiram isso. Disse que se refere a esquinas de quadras e de entrelóculos e que elaboraram emenda ao Projeto de Lei Complementar incluindo o uso das esquinas. O Deputado Rôney Nemer informou que a entrega de propostas deve ser feita às três Comissões: Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Fundiários. A equipe técnica da CDESCMAT fará o trabalho de sistematização e haverá total transparência no processo: será respondido a todos se a proposta foi acolhida ou não e os motivos. Passou-se a palavra ao Sr. Francisco Emílio, Diretor da Associação Comercial do DF e Sindhobar. Ele expressou preocupação com os puxadinhos da Asa Norte. Existe a lei da Asa Sul, já considerada constitucional, e nada mais legítimo que buscar algo para a Asa Norte. Ele entende que não dá para simplesmente aplicar a lei da Asa Sul na Asa Norte, deve-se respeitar o tombamento, mas disse existir insegurança jurídica no comércio. O Sindhobar e a Associação Comercial encaminharam uma proposta para as comissões, com respeito à lei da acessibilidade e ao tombamento, mas é necessário algo mínimo para a Asa Norte. Passou-se a palavra à Sra. Lúcia Ottoni, Diretora da Associação Comercial do Distrito Federal. Ela disse que tem comércio, um puxadinho, e que os puxadinhos não ferem as escalas, nem a escala volumétrica. Disse não ter condição de loja de 35 metros, com projeto aprovado nos governos anteriores, voltar à realidade de 1960. Comentou sobre a escala humana, que pensa na comunidade. O comércio está ali devido à procura da comunidade. Comentou que o Decreto nº 30.303, do governo Arruda, proibiu o puxadinho nas quadras 107/108, 307/308, 306 e 309. Comentou sobre problemas com a CEB, sem possibilidade de parcelamento no pagamento, e com a Administração, que tem apenas um engenheiro para aprovar os projetos. O Deputado Rôney Nemer convidou para a Mesa o Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da CAF, e passou a palavra ao Sr. Marcos Pato, do gabinete do Deputado Wellington Luiz. Falou sobre os condomínios de classe média, que são irregulares, mas tem que se admitir a realidade do uso e costume e não tratar os moradores como bandidos. Disse ser morador de Taguatinga e ressaltou que se deve cuidar de Taguatinga para que a cidade ajude a preservar o Plano Piloto. Quanto aos puxadinhos, disse se tratar de reestruturação do comércio do Plano Piloto e reforçou a necessidade de crescimento do comércio. O que se propõe é regulamentar o que já existe na Lei nº 766 e tirar parte da que a lei congela. Por fim, pediu respeito aos cidadãos que vêm à Câmara Legislativa trazer as reivindicações. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de Cléber Mattos, do Sindivarejista; Jorge Augusto, da Ascom/DF; Francisco Emílio, do Sindhobar; Ivone Dias Magalhães, da Agefis; Wilson Costa Pereira, da CLDF, também assessor do Deputado Wellington Luiz; Vanessa Azevedo, da Fibra; Maria Eugênia Gruber, da CCI; Carlos Alexandre Pinto Zart, do Senado Federal; José Veríssimo de Sena, da Secretaria de Governo; Antônio Augusto de Moraes, Presidente do Sindivarejista; Adilson Luís Colonese, do Fausto e Manoel; Isabel Cristina Joventino de Deus, da Agefis; Pablo Fetosa, do Centro Cultural Raízes; Wesley Porto, da Secretaria de Governo; Amauri Pessoa, da Câmara Legislativa do Distrito Federal; Paulo Coelho; Sérgio Paiva Sampaio, da Caesb. Concedeu-se a palavra ao Sr. Francisco Marinho, o Chiquinho do Belurte, empresário. Ele disse que os comerciantes não são bandidos, são trabalhadores. afirmou que quem inventou o puxadinho não foi o comerciante, foram algumas pessoas na época do Juscelino Kubitschek. Pediu mais respeito ao comerciante. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de Alfredo Alencastro, de Águas Claras; Sueni Almeida, do Lago Sul; José Clóvis, da Miami Presentes; Artur Beneditos do Conselho Comunitário da Asa Sul; Célio Antônio de Melo, da Miami Presentes; Sônia Teles de Bulhões, da Associação das Pousadas; Eliana Aparecida Souza Melo, da Castelo Branco Alimentos; Paula Silveira, da CLS 206; Hermânia, da Hermânia Centro de Beleza; Limpacting, comércio da 206 Sul; Ellen Almeida de Azevedo, da Hermânia Centro de Beleza, na 214 sul; Ana Luíza Fleury, da Coordenadoria de Assuntos Legislativos da Câmara; Júlia Raymond, gabinete 14, representando a Deputada Celine Leão; José Daldegan Júnior, também do Conselho Comunitário da Asa Sul; Cristiane Nascimento, do restaurante Mosaic Grill; Giselle Chalub Martins, arquiteta da Habitat Consultoria e Projetos. Passou-se a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Mencionou o processo democrático que a Câmara Legislativa está implementando, de discussão sobre o PPCUB, assim como foi com o PDOT e será com a LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo, que será encaminhada em breve. O deputado afirma que se deve ter um olhar de Brasília como um patrimônio não só do Distrito Federal, mas também do Brasil, e reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade. Deve-se ter equilíbrio entre os valores de preservação e crescimento. Reforçou a necessidade de estabelecer cronogramas, não se pode votar de forma apressada, mas também não se pode protelar por muito tempo a discussão. O deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de Alonso José Silva, da Asa Norte, e da arquiteta Eliana Klamman Porto, representando o Vice-Governador do Distrito Federal Tadeu Filippelli. E passou a palavra à Eliane Souza, da empresa Genaro Jazz Café. Ela disse ser uma das funcionárias da empresa e falar em nome dos empregados e do comércio em geral. Comentou sobre o tópicos necessário para o funcionamento, que protege contra a chuva. Sem o tópicos, a empresa não funciona. E pediu que se pense não só na beleza da cidade, mas também na população e nos funcionários do Distrito Federal. O Deputado Rôney Nemer passou a palavra ao Deputado Olair Francisco, Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Quanto aos puxadinhos, observou que é a lei e a comunidade depende do comércio. Mas ressaltou que existem normas que devem ser respeitadas. afirmou que o projeto não é do Executivo, nem do cidadão, é de Brasília. Tem que se trabalhar para errar o menos possível, tem que se ouvir as observações. O Deputado informou que, em razão dos necessários debates e estudos, talvez não se consiga concluir o trabalho neste ano. O Deputado Rôney Nemer justificou a ausência do Deputado Wasny de Roure, que participava de reunião de outra Comissão, e passou a palavra ao Deputado Agacel Maia. Ele informou que segue a orientação de pessoas que estão estudando o assunto, como o Deputado Cláudio Abrantes e o Deputado Rôney Nemer. Disse que não poderia ficar muito tempo e que há revezamento com a Deputada Ariete Sampaio e o Deputado Wasny de Roure. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de Hannah Carolina Carvalho, arquiteta e empresária; Pedro Henrique Gomes Bezerra, da Unip; Naiara Cerqueira Fernandes e Talnira Almeida Macedo, estudantes de Arquitetura da Unip. Em seguida, fez uma síntese do que foi falado pelos oradores, durante a audiência. O Artur, do Conselho Comunitário, falou sobre o artigo 91 e a necessidade de representação do segmento empresarial no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano, Conplan. O Deputado disse ser necessária também a representação do segmento comunitário. O Sr. Armando, disse

que os Deputados não podem fazer concessão. O Deputado esclareceu que não se está fazendo concessão, o trabalho da Câmara Legislativa é de análise e definição de parâmetros e leis. O Sr. Antônio Augusto falou sobre dar maior qualidade aos clientes e gerar mais empregos e renda. O

Deputado concordou, mas reforçou o respeito à legislação. O Sr. Rogério, da Ademil/DF, comentou sobre o prazo de adaptação. O tema foi discutido com o Secretário Magela e se chegou ao consenso do prazo de três anos. O Sr. Francisco Emílio falou sobre os puxadinhos da Asa Norte. O Deputado comentou que acha ruim o termo puxadinho e que a tipologia dos prédios da Asa Norte é diferente dos que existem na Asa Sul. Na Asa Norte se trabalha mais com as curvas de nível e a lei deve ser diferente. A Sra. Lúcia Ottoni comentou sobre as concessionárias e o Deputado disse que se precisa levar ao Governo, pois os prazos, muitas vezes, não são cumpridos. Sobre a fala do Sr. Marcos Pato, o Deputado comentou que o tombamento deve valer para todo mundo e que a lei é igual para todos. Exemplificou com os prédios dos prédios, um dos fundamentos do tombamento de Brasília, que são invadidos. Sobre as ocupações de esquinas e interbloco, o Deputado disse que se pode discutir, mas não se pode impedir a passagem dos moradores. Sobre a fala da Sra. Eliane, que comentou sobre os funcionários, o Parlamentar mostrou-se preocupado com o aumento da violência e ressaltou a importância da geração de emprego no combate à violência. Resaltou que Brasília inclui o Entorno, que Recanto das Emas, Taguatinga e outras regiões pertencem a Brasília. Não dá para o morador do Plano Piloto achar que é dono, afinal Brasília é Patrimônio Cultural da Humanidade. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a toda a equipe técnica das três Comissões: Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Assuntos Fundiários. Salientou que o bom senso val imperar nos pareceres, com respeito ao tombamento e às escalas, inclusive a humana, e encerrou a audiência pública às 10h30. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo - Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer  
Presidente - CDESCMAT

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, QUE APROVA O PPCUB, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 4/12/2012.**

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às dezenove horas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizou-se audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 52/2012, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB. O Deputado Wasny de Roure assumiu a presidência dos trabalhos e convidou para compor a Mesa o Deputado Olair Francisco, integrante da Comissão e relator do projeto; a representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização e Habitação - SEDHAB, arquiteta Rejane Jung, assessora especial, representando o Secretário Magela; o representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, o Subsecretário de Projetos Especiais, Sr. Rodrigo Delmasso; o representante do Secretário de Estado de Governo, Sr. Wesley Porto; o Sr. Graco, arquiteto da Sedhab. O Deputado Wasny de Roure informou que se trata da terceira audiência, de um conjunto de cinco audiências previstas na Comissão de Assuntos Fundiários, para tratar do Setor Comercial Residencial Sul, do Setor de Edifícios de Utilidade Pública Norte e SCRN 502; do Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul e do Setor de Habitações Coletivas Geminadas Norte. Em seguida, justificou a ausência provisória do Deputado Rôney Nemer, que é Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, devido a uma reunião no gabinete do Vice-Governador. Passou a palavra ao engenheiro Sérgio Paiva Sampaio, servidor da Caesb. Disse achar muito importante falar em infraestrutura, pois, com o aumento da cidade, gera-se aumento na demanda de água e se produz mais esgoto. Exemplificou com o Setor Hoteleiro, onde a proposta de aumentar os hotéis de três para dez pavimentos só seria possível com novas redes de água e esgoto. Em áreas com puxadinhos, precisam-se remanejar redes de água e esgoto, e o custo é alto. Mostrou-se preocupado em razão do estrangulamento do sistema de abastecimento de água no Distrito Federal. A preocupação se estende para a drenagem, agravada pelo aumento da impermeabilização. Passou-se a palavra ao prefeito da Prefeitura Comunitária da 715 Sul, Sr. Carlos César Soares. Ele disse que o que se quer para as casas da Asa Sul é por conta de toda uma história de Brasília. Sobre a ponta da Asa Sul, a 715 Sul, disse que houve mudança de destinação e a quadra está cercada por clínicas e hospitais. Os fundos das casas não pertencem aos moradores, eles são impedidos de fazerem obras nos fundos. O Prefeito disse que os moradores vêm participando de audiências e reuniões e que se conseguiu contemplar a regularização da parte dos fundos das casas no artigo 89. Informou que as pessoas têm recebido muitas da Agefis constantemente. Quanto ao cercamento de área pública, previsto no artigo 88, não considera viável e defende a manutenção da 715 Sul como está. Passou-se a palavra ao Sr. José Daldegan Júnior, prefeito comunitário e membro do Conselho Comunitário da Asa Sul. Ele criticou o fato de o plano de preservação poder ser revisado a cada cinco anos e as brechas existentes, que podem ferir o tombamento. Na opinião do prefeito, o PPCUB não deveria substituir o ordenamento e, sim, reforçar o ordenamento e fazer os ajustes necessários. Comentou que, quanto às pousadas das quadras 700 Sul, está clara a incompatibilidade de atividade comercial em área residencial, mas questionou o artigo 212, que define prazo de 18 meses para que as pousadas se retirem do local. Por fim, sugeriu a supressão do artigo 212. Passou-se a palavra ao Subsecretário de Projetos Especiais, da Secretaria de Meio Ambiente, Sr. Rodrigo Delmasso. Ele parabenizou o trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal na construção de forma democrática do PPCUB e informou que a Secretaria de Meio Ambiente participou ativamente, com alto conhecimento técnico por parte da Subsecretaria de Políticas Ambientais, Sra. Maria Sílvia Rossi. Ele revelou preocupação com os grandes eventos a serem realizados, pois um relatório do Tribunal de Contas da União apontou

faixa de espaço de hospedagem no Distrito Federal, e ressaltou o direito que o cidadão deve ter de se adaptar a uma nova lei. Defendeu o prazo previsto no projeto de dezesseis meses para adaptação à nova lei. O Presidente Wasny de Roure passou a palavra a Sra. Sônia Bulhões, advogada e Presidente da Associação das Pousadas. Ela disse estar chateada e envergonhada, pois ouviu no rádio coisas ruins em relação à atividade comercial das pousadas. Criticou o fato de o Sr. Hamilton Figueiredo se referir a ela num blog como empresária da ilegalidade, incentivadora do crime. Ela pediu aos Deputados que aprovem as PURPs 22, 25, 40 e o período de transição. E ressaltou a geração de empregos nas pousadas, apesar de não haver instrumento legal que prevaleça o funcionamento de pousadas e alojamentos. Passou-se a palavra à Sra. Célia Falcão, Secretária da Pousada Prosperidade. Ela criticou o texto no blog que se refere à Sra. Sônia Bulhões como empresária da ilegalidade e afirmou que, ao contrário do que se disse sobre os funcionários, ela tem a carteira de trabalho assinada. O Deputado Olair Francisco pediu às pessoas que focassem no PPCUB. Concedeu-se a palavra a Sra. Janalva Ferreira, da Associação Mota Pousada. Ela afirmou que as pousadas oferecem hospedagem alternativa desde a inauguração de Brasília e questionou o motivo de não se permitir que a atividade se mude para uma área já regularizada. Também comentou sobre o problema da falta de lei. Concedeu-se a palavra ao Sr. Márcio Guldacci, Conselheiro do Conselho Comunitário da Asa Sul. Ele disse que aborrecia quatro assuntos referentes às quadras 700. Sobre as grades, comentou que a criminalidade aumentou bastante e que a grade significa segurança. Sobre os garbafos, disse que se devem cobrir os abusos, mas se precisa permitir a revisão do gabarito para se adequar à realidade. Sugeriu a regularização do comércio nas 700 em favor de comerciantes e moradores. Pediu revisão urgente do artigo 204, que prevê multa por infringir a lei. Ele considera o artigo expropriatório, em razão do alto valor da multa. O Deputado Wasny de Roure passou a palavra

ao Sr. Marcos Pato, da Associação de Pousadas, e convidou para compor a Mesa o Deputado Rôney Nemer, que assumiu a presidência da audiência. O representante da associação disse que as pousadas existiram pacificamente por quase quarenta anos. Depois, em vez de punir excessos, retirou-se o alvará de funcionamento e as pousadas ficaram na ilegalidade. afirmou que os donos de pousadas foram perseguidos como bandidos, mas 70% do comércio do Distrito Federal não tinha alvará e não sofreu a mesma perseguição. Defendeu o período de transição previsto no projeto e pediu que se resgatasse a segurança jurídica perdida no governo passado. O Deputado Rôney Nemer disse que foi Presidente da Agefis e fechou várias pousadas por ordem judicial. Não simplesmente por querer fechar, mas para atender a uma decisão judicial. afirmou conhecer muito bem a história das pousadas e saber separar o joio do trigo. Passou-se a palavra ao Sr. João Acoly, Diretor do Sinduscon. Disse estar como morador das 700, onde mora há 35 anos. Ele parabenizou o trabalho no PPCUB de flexibilização com o intuito de regularizar. afirmou que o uso das 700 como habitação unifamiliar está resguardado, o que se quer é corrigir o gabarito, do índice 1,8 para 2, para regularizar de vez o segundo pavimento. A proposta não geraria aumento de demanda para a Caesb, pois manteria a densidade. Passou-se a palavra a Sra. Márcia Fernandez, assessora da Deputada Eliana Pedrosa. Ela sugeriu a formação de um grupo para fazer um estudo comparativo entre a LUOS e o PPCUB. Comentou sobre a proposta, nas entrequadras 500 e 700, na altura da S11, de fazer um estacionamento subterrâneo e, na parte de cima, mobiliários ligados à cultura e ao lazer. Propôs, em vez de acabar com as quase cem vagas de estacionamento público, manter 50% das vagas e, no restante da área, montar o espaço cultural. Pediu atenção à revitalização da avenida W3: o artigo 122 trata do Plano Diretor de Publicidade, cancelado pelo governo anterior, e o artigo 116 propõe a criação de novos lotes. Passou-se a palavra a Sra. Maria Aparecida Almeida de Paulo, da Associação das Pousadas. Ela disse que trabalha numa pousada há mais de dez anos e, em maio de 2008, viu pessoas perderem os empregos e donos de pousadas terem as coisas carregadas. Pediu que se concedesse o período de transição de dezesseis meses. Concedeu-se a palavra a Sra. Neusa Batista, também representante de pousadas. Ela disse ser favorável à revitalização da W3 e pediu o prazo de transição de 18 meses. Ela afirmou que precisam do alvará e de dignidade, pois geram empregos e ajudarão a receber os visitantes que virão para os grandes eventos. O próximo a falar foi o Sr. Hamilton Figueiredo, prefeito da 705 sul. Disse que o pedido ao então Governador que acabou sendo preso não foi com o objetivo de trazer vergonha a qualquer cidadão. Pediu-se o que era justo e legal. afirmou que o assunto das pousadas deve ser tratado em outro espaço e que já está no Judiciário, na Agefis e nos órgãos de controle. Segundo o prefeito de quadra, o governo não está assumindo um problema, apesar de ter instrumento e pessoal, e está empurrando para o Legislativo. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Deputado Roberto Negreiros e passou a palavra ao arquiteto Armando Ollaik. Ele comentou sobre artigos do projeto de lei. A redação original do art. 44, inciso II, não trata da via W2 norte, que deve ser incluída. Utilizou-se o termo avenida, em vez de via. Propôs nova redação ao art. 44, inciso III: Implantação do VLT nas vias W3 sul e norte, articulado com ônibus elétrico, em linhas circulares e vizinhança. A justificativa está no art. 3º, inciso VI, que afirma ser necessário um transporte eficiente e a eficiência e eficácia do transporte implica na utilização de energia elétrica, não poluente. Propôs nova redação ao art. 44, inciso IV: Utilização de ônibus ou micro-ônibus elétricos nas vias W4 e W5 Norte e Sul, integrados nas linhas-tronco, das vias W3, mantidas as dimensões das faixas de rolamento atuais. O arquiteto propôs ainda a supressão dos artigos 44, inciso V; 112, incisos III, IV e V; 112, inciso IX e parágrafos; 116; 117; 118 e 119. Quanto ao artigo 212, disse ser favorável às pousadas e aos empreendedores, mas com respeito ao planejamento da cidade. As quadras 700 são para moradia e o Conselho Comunitário da Asa Sul sempre defendeu a criação de um setor específico. Crítico algumas falas de pessoas que se diziam favoráveis ao tombamento, mas pediam alterações e Invasão de área pública. O Sr. Armando Ollaik considera contraditório o PPCUB, pois, em vez de preservar apresenta várias mudanças. Para a preservação, deve-se considerar o desenvolvimento integrado na área metropolitana e não apenas focar na área tombada. Sugeriu reconsiderar os dados do projeto com base nas recomendações da Unesco e disse ser necessária regulamentação das audiências públicas realizadas pelo Executivo, para que possam responder às reivindicações da sociedade. Passou-se a palavra ao Sr. Jacques Filipe Busher, líder comunitário da 716 Norte. Disse defender Brasília e relatou problemas semelhantes que ocorrem no final da asa norte e no final da asa sul, como estrangulamento e excesso de automóveis. O comércio na 716N não estava previsto, existem faculdades, o Caje e o Complexo Tecnológico do Banco do Brasil. Existe um aporte diário de 3 mil trabalhadores que estacionam na 716N. Por fim, pediu a preservação da situação atual para que tenham direito de entrar no jardim. Concedeu-se a palavra à Sra. Lúcia Ottoni, moradora das 700. Disse ser moradora de Brasília desde 1958 e que as pousadas surgiram da necessidade de hospedagem de baixo custo. Acredita que deve haver local para as pousadas, assim como existe para as farmácias. Concorde com o prazo de 18 meses para a mudança das pousadas. A moradora pediu a revitalização da W3 e a volta dos estacionamentos. Por fim, pediu que se pensasse na escala humana, na convivência entre as pessoas. Passou-se a palavra ao Sr. Cosme de Jesus, da Prefeitura da 707 Sul. Ele disse não ser contra as pousadas, mas elas precisam de lugar definitivo, pois as 700 não são para comércio. Passou-se a palavra ao Sr. Rondon Antônio da Silva. Ele comentou sobre a Conferência das Cidades, na qual compareceram 750 representantes de diversos fóruns locais e regionais. Chegou-se a alguns pontos importantes na conferência: para os moradores da UP Central, quatro são muito importantes. A cidade é dinâmica, não há como engessá-la. Faz-se necessária a alteração do gabarito para o SHGSIN: o coeficiente de 1,8 para 2,5. O cercamento é necessário, por questão de segurança. A Conferência das Cidades decidiu que os parâmetros de cercamento fossem do Projeto de Lei nº 2.580, que foi arquivado na Câmara Legislativa. A plenária da Conferência das Cidades também decidiu que houvesse o prazo de transição para as pousadas. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Sr. Carlos Cezar, Presidente Interino do Conselho Comunitário da Asa Sul, e passou a palavra a Sra. Mônica Almeida. Ela parabenizou a Câmara Legislativa pelas audiências públicas realizadas e comentou sobre o projeto de lei que existe para tratar das grades das quadras 700, das asas sul e norte. Há três aspectos sobre as grades: segurança, a

proposta de um metro não contribui; higiene, algumas pessoas defecam no local; estacionamento para os moradores. Também comentou sobre o embelezamento, pois as grades cercam jardins. Por fim, pediu bom senso na decisão para atender às necessidades, sem debar de coibir absurdos. O Deputado Rôney Nemer comentou sobre o Dr. Dalmo, que é funcionário da CEB e já ocupou vários cargos técnicos no GDF. Ele esteve na audiência, mas teve que sair. O Dr. Dalmo participou da primeira lei para criação das grades. O Deputado sugeriu que, nas reuniões técnicas, fosse feito debate detalhado do assunto. Registrou a presença do Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Dr. Michel, e passou a palavra ao Sr. Alexandre Nascimento. afirmou que é paulista e está em Brasília há dois anos. Questionou o que foi dito por alguns, que algumas pousadas são antros de prostituição e badernas, e afirmou que outro mora há regress: hora para dormir e acordar, não pode beber, fumar, nem levar pessoas. O Sr. Alexandre afirmou que o Setor Hoteleiro Sul não tem capacidade para acolher os que vêm de fora trabalhar em Brasília e deixou registrado o agradecimento às pessoas que trabalham nas pousadas. Passou-se a palavra ao Deputado Dr. Michel. Ele parabenizou o Deputado Rôney Nemer pelas audiências públicas que vêm sendo realizadas e prestou solidariedade com os que estão até tarde discutindo a cidade. Quanto às quadras 700, chegou-se à conclusão de que as pousadas saíram de lá e vão esperar um pouco mais para a mudança, sem necessidade de haver intransigência. Ressaltou que cabe ao governo encontrar uma área para instalar as pousadas e acredita que a mudança deva ocorrer depois da Copa. A Copa das Confederações e a Copa do Mundo serão boas oportunidades de ganhos financeiros. O Parlamentar afirmou que quer o bem-estar da maioria, os moradores, sem o massacre da minoria, as pousadas. Sobre o comércio de pessoa da platéia, disse que, em nome da legalidade, não se pode fazer uma imoralidade e massacar os menos favorecidos. Também comentou sobre as chácaras da Vila Planalto, que estão lá desde antes do tombamento de Brasília. Em nome do tombamento, querem retirar os chacareiros. Não se pode fazer isso. Nas pousadas, se houver prostituição e drogas, deve-se chamar a polícia. O Deputado Rôney Nemer que estava na época como presidente da Agefis

quando chegou a primeira decisão judicial para retirada das pousadas. Foram propostas duas áreas para as pousadas, uma no final da Asa Norte, outra ao lado do camping. O Deputado não sabe como foi encaminhado o assunto na Sedhab, naquela época. Também se propôs uma área perto do Rosário, na 912. Passou-se a palavra a Sra. Rejane Jung. Ela pediu desculpas por não ter havido representante da Secretaria na audiência pública anterior. A ausência se deu em razão de confusão quanto ao horário do evento. Ela disse que não é verdadeiro o comentário de que a Unesco recomendou o não andamento do plano de preservação e não encaminhamento à Câmara Legislativa. Foi elaborado um projeto inicial de resolução, que previa a interrupção do processo de consulta relacionado ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, mas não foi encaminhado à assembleia da Unesco, em agosto, em São Petersburgo. O texto que efetivamente foi enviado à assembleia pela resolução dizia: "assegurar que as características originais, o espírito e escalas do projeto original desenhado por Lúcio Costa, as quais garantiriam inscrição do bem na lista do Patrimônio Mundial, estejam contempladas no Plano de Preservação Urbanística de Brasília". Ficou também no texto a orientação de aplicar a legislação necessária para proibir a construção de novos edifícios em áreas definidas como área não edificante para o Plano Piloto, de forma a manter as características da escala urbana. As áreas não edificantes não podem ser ocupadas. A arquiteta comentou que não se trata de comparar a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS com o Plano de Preservação, pois a Lei de Uso e Ocupação do Solo abrange uma área que não abrange a Unidade de Planejamento Central, que é exatamente a zona urbana do conjunto tombado. Ela abrange o restante do território do Distrito Federal. E o Plano de Preservação possui três perspectivas: a preservação, toda a normatização de uso e ocupação do solo e toda o sistema de gestão de preservação e gestão do plano. É dessa forma, pois a legislação assim orienta: a Lei Orgânica, o Plano Diretor e a Portaria nº 299, do Iphan. A portaria diz, nos artigos. 4º e 5º, que o Plano de Preservação deve tratar da regulação urbanística e preservacionista. Mencionou sobre os espaços das escolas classes. A Escola Classe

da 308 vai da W1 à W3. Os lotes onde estão previstas as demais escolas classes são idênticos ao lote da 308, mas nos outros lotes a W2 não se interrompeu. A área entre a W2 e a W3 virou estacionamento, são áreas fundamentais que estão com um uso que deprecia o espaço, uma área completamente asfaltada, tomada por veículos, que não agrega valor espacial de identidade ou de vivência para qualquer pessoa. A Secretaria propôs a regularização da situação da W2 e do espaço do lote ocupado por estacionamento. O lote da escola classe continua como está e se cria um novo lote entre a W2 e a W3, onde se criará uma praça com algum equipamento público. Haveria três subsolos de estacionamento, que seria explorado pela iniciativa privada, por meio de uma concessão de uso. Assim, haveria uma solução para os problemas de estacionamento que existem hoje na W3 e que atenderão aos comerciantes. Ela comentou que a situação é semelhante. Nas entrequadras, entre a W3 e a W4, o espaço é originalmente uma praça, mas hoje virou estacionamento. A proposta é se criar praça em cima e estacionamento no subsolo. O Sr. Graco Melo disse que se precisa pensar no caminho pela cidade, repensar o lugar do carro. Por que não pensar no carro debaixo da terra, resolvendo o problema das vagas, e a parte de cima com cobertura vegetal, cuidando da permeabilidade do solo? A Sra. Rejane Jung disse que não se pode continuar criando áreas de estacionamento numa cidade que se deseja preservar como parque. A proposta do plano é clara ao afirmar que os estacionamentos devem estar em subsolo e devem ser cobrados. Deve haver alguma oferta de vaga pública. Propõe-se também um estacionamento fora do Plano Piloto, de onde a pessoa possa vir de transporte público para a área central. Quando ficar muito caro estacionar o carro na área central, as pessoas passarão a andar de transporte coletivo. Ela comentou que em algumas cidades da Europa é proibido construir garagens e, em determinadas áreas, não se entra de carro. Trata-se de processo educativo que deve ser iniciado, aumentar o preço do estacionamento e melhorar a qualidade do transporte público. afirmou que, por enquanto, não vale a pena deixar o carro e andar de metrô para ir ao centro, pois sai mais caro. Passou-se a palavra ao Sr. Graco Melo. Ele informou que o DIPRE – Diretoria de Preservação – recebe mais de mil pedidos de vagas por mês. Trata-se de solicitação não do particular, pousada ou morador das 700; mas dos tribunais e dos grandes organismos que querem estar próximos ao poder, no Eixo Monumental, e querem que área verde vir estacionamento. A diretoria não atende às solicitações. afirmou que o problema da falta de vagas será resolvido com transporte público eficiente, e não com criação de mais vagas, muitas menos em superfície. O PPCUB propõe, em alguns lugares, estacionamentos, com a recuperação da área verde. E não será necessária coação para proibir estacionamento em local indevido. Comentou sobre o conceito de cidade parque, onde se podem ver árvores e o céu, sem arranha-céus. A falta quantidade de espaço público é um diferencial em relação a outras cidades. Quanto às grades, questionou os argumentos apresentados de segurança, higiene e embelezamento. Disse que lutou para que se definisse a distância de um metro, mas não houve consenso na Diretoria de Preservação. Quanto às pousadas, existem lugares previstos no plano de preservação para a transposição. E ressaltou que deve existir prazo para a mudança. O Deputado Rôney Nemer reforçou que a definição do local para onde irão as pousadas já existe na lei. A discussão refere-se ao tempo de transição. afirmou que os questionamentos favoráveis ou contrários da sociedade devem ser considerados, e as decisões tomadas na Câmara Legislativa serão compartilhadas com a sociedade. O Deputado Rôney Nemer encerrou a audiência pública às 21h56. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer  
Presidente – CDESCTMAT

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, QUE APROVA O PPCUB, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 7/12/2012.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às nove horas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizou-se audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 52/2012, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. A audiência pública foi proposta pelos Deputados Rôney Nemer, Cláudio Abrantes e Chico Leite, realizada conjuntamente entre a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, a Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Clair Francisco, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, assumiu a presidência dos trabalhos e convidou para compor a Mesa o Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização e Habitação – SEDHAB, arquiteto Rômulo Andrade de Oliveira. O Deputado esclareceu que o debate seria sobre a Área de Preservação 10. Cada pessoa teria três minutos de fala, regimentalmente, e tema não relacionado à Área 10 poderia ser tratado ao final. Passou-se a palavra ao Sr. Fernando de Castro Lopes, Presidente da Associação Parque Ecológico das Sucupiras. Ele informou que a associação representa uma batalha legal contra o Projeto de Expansão do Sudoeste e, há mais de três anos, com o apoio do Ministério Público, tem conseguido evitar a implantação do projeto, as chamadas Quadras 500. afirmou que o projeto, que prevê a construção de 22 prédios residenciais de seis andares, além de um bloco institucional e dois comerciais, seria uma agressão irreversível ao plano urbanístico de Lúcio Costa, explicitado no Decreto Brasília Revisitada, de 1987. O Anexo II do decreto define a área da expansão como pertencente à escala bucólica e, portanto, não edificante. A legislação fundamenta as duas decisões judiciais

que proíbem o empreendimento e as cópias dos documentos entregues às Comissões da Câmara Legislativa revelam a discrepância entre o mapa original do Brasília Revisitada e o mapa atual utilizado pela Sedhab. O Sr. Fernando Lopes afirmou que a Antares Engenharia, responsável pela execução do projeto, é indicada pela Coaf, órgão do Ministério da Fazenda, como propriedade de Nenê Constantino, investigado pela Polícia Federal na Operação Aquarela, juntamente com o então Deputado Distrital Gim Argelo e Wigberto Tartuce. Em sucessíveis governos persiste a implantação de empreendimentos imobiliários especulativos e irregulares, que deterioram a qualidade de vida da cidade e evidenciam a preponderância do poder econômico. Ele mencionou os danos ambientais e urbanísticos resultantes da expansão do Sudoeste: descaracterização paisagística irreversível do Eixo Monumental, impermeabilização excessiva do solo, sobrecarga do tráfego já congestionado, dos sistemas pluviais e de esgoto, destruição de um dos últimos remanescentes de cerrado no Plano Piloto, elevação da temperatura e queda da umidade relativa. afirmou que a Sedhab divulgou no site um mapa que não corresponde ao original, publicado no Diário Oficial. Segundo o presidente da associação, existem grandes diferenças entre as áreas previstas por Lucio Costa – o decreto completa 25 anos – e o que a Sedhab aponta como sendo o mapa do tombamento. Comentou que o relatório da Unesco propõe medidas para a proteção das porções de paisagem natural que permanecem na escala bucólica, onde a expansão do Sudoeste estaria. Por fim, disse que na área onde pretendem construir existe cerrado maravilhoso e a proposta da associação e da comunidade é criar uma reserva. Passou-se a palavra ao Sr. Pedro Mesquita de Carvalho, apoiador do Santuário dos Pajés do Noroeste. Ele comentou sobre a Arie Cruis, do Noroeste. afirmou que é ilegal o Termo de Ajustamento de Conduta entre a Terracap, o Ibram, o Ministério Público, a Procuradoria e outros, pois foi elaborado sem a presença da Funai. O documento atesta a presença indígena e relata a remoção da comunidade para a Arie Cruis. O Sr. Pedro de Carvalho disse que estudos antropológicos da antropóloga Stella, da Funai, atestou a presença da comunidade Tapuia Fulni-ô e que a comunidade utilizada pela Terracap para fazer acordos é outro grupo, que chegou em 2005 e é manobrado pela Terracap para poder fazer os acordos. Informou que o Ibram multou a Terracap em mais de 200 mil reais em julho e está aplicando uma multa diária de mais de dois mil reais por mês. As condicionantes para a instalação da obra não estão sendo cumpridas. afirmou que a diversidade cultural valoriza o tombamento e que as obras são feitas com o único motivo da especulação imobiliária sobre a terra da comunidade. Concedeu-se a palavra ao Sr. Samuel Sérgio Ritter, da Associação Santuário Espírita de Brasília. Ele disse que, no dia 20 de julho de 2012, o vice-governador assinou o Decreto nº 33.794, que altera o plano diretor de uma área tombada, onde existem a zoonoses e o Hospital da Criança e onde havia o Santuário Espírita de Brasília, inscrito no livro de tombamento sob o número 532 e recentemente implodido, o que contrariou o tombamento da área. Ele considera totalmente ilegal o que está sendo feito. Existe a Lei nº 10.254, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre alteração do plano diretor de uma área, e não se altera via decreto. Recentemente, destruíram uma pirâmide da CEB. Estão contrariando completamente o tombamento histórico de Brasília. A região modificada, que tem o Hospital da Criança e a Zoonoses, vai receber condomínios residenciais. Questionou se interessa à comunidade que uma área com hospital vire condomínio para milionários. O Deputado Olair Francisco registrou a presença de Márcia Fernandez, representante da Deputada Eliana Pedrosa; Marcos Pato, do gabinete do Deputado Wellington Luiz; Vanessa Azevedo, representante da Fibra; João Acclioy, do Sinduscon; Ivone Dias, da Agefis; Sérgio Paiva, da Caesb, representante de Águas Claras; Bruno Aurélio, do Detran; Eliane Klarman, da Vice-Governadoria, representando o Vice-Governador Tadeu Filippelli. Passou a palavra ao Sr. José Maria Alves Ribeiro, representante da AMPEC – Associação da Micro e Pequena Empresa do Sudoeste. Ele informou que a associação surgiu da necessidade de representar o Setor de Oficinas, principalmente o conjunto D, na regularização. Quando saíram do Cruzeiro, a promessa do governo era de ampliação do Setor de Oficinas. Disse que o Setor de Oficinas é, na verdade, o Setor de Micro e Pequenas Empresas. Não há oficinas e, sim, várias outras atividades. Ele não sabe como, em razão de audiência pública realizada, transformou-se uma área que deveria ser comercial e residencial em somente residencial. Assim, o Setor de Micro e Pequenas Empresas e algumas empresas do Setor de Indústrias Gráficas ficaram sem poder ocupar a área. E também se ficou sem uma área para expansão próxima do Sudoeste. Os conjuntos A, B, e C são legalizados, regularizados, e só falta regularizar o conjunto D. O representante da AMPEC pediu que se regularizasse o conjunto D no local em que está atualmente. Passou-se a palavra ao Sr. João Acclioy, Diretor do Sinduscon. Ele informou que também representa a Associação dos Escritórios de Arquitetura de Brasília. Sugeriu algum artigo que preveja a transitoriedade, não na forma proposta na LUOS. Um projeto de arquitetura leva, atualmente, mais de um ano para ser aprovado. Se houver algum processo em análise, a alteração da lei vai interferir. Então, seria importante algum artigo que prevísse a situação transitória. Sobre a flexibilização de uso e regularização, no Setor de Indústrias Gráficas há dois órgãos da administração pública instalados e outros dois órgãos que pretendem se transferir para a região. Não há previsão desse uso, o "84-O: administração pública, segurança e segurança", e o diretor do Sinduscon comentou a possibilidade de inclusão do item nos usos institucionais no Setor de Indústrias Gráficas. O Deputado Olair Francisco registrou a presença da Sra. Ana Luzia, da Coordenadoria de Assuntos Legislativos da Câmara Legislativa; do Sr. Argemiro De Latorre, do Detran-DF; da Sra. Maria Helena, representante da Terracap. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Jacques Philippe Bucher, apoiador do Santuário dos Pajés. Ele sugeriu o desmembramento do tema, em razão da complexidade numa área de preservação que compreende dez unidades de preservação. O setor Sudoeste tem suas particularidades, assim como o setor Noroeste. afirmou que o Noroeste foi proposto por Lucio Costa sob certas condições, com oito quadras, sem área comercial, para as classes C e D. Mas o projeto foi desvirtuado, são 20 quadras residenciais e 44 quadras comerciais. Comentou que, em uma audiência pública, sugeriu-se que a palavra expansão fosse

retirada, mas, no atual projeto de lei do PPCUB, sugerem-se várias etapas de implementação da expansão II do Noroeste, sendo a Arie Cruis e uma área institucional. O Sr. Jacques Philippe Bucher afirmou que aos indígenas que estão na área desde a década de 60 foi dada apenas a opção de sair. Manifestou apoio aos índios que pretendem permanecer, pois se trata de direito cultural legítimo, e pediu que o plano não fosse levado adiante, por não se tratar de preservação. O Deputado Olair Francisco esclareceu que a P1, Cruzeiro; a P2, Octogonal; e a P3, Sudoeste, já foram desmembradas, e o debate será no dia 10, às 19h. Passou a palavra ao Sr. Igor Aveline, apoiador do Santuário dos Pajés. Ele criticou o debate sobre dez áreas de Brasília em menos de três horas. Disse ser necessária uma audiência pública para cada área. Sobre o acordo firmado com a comunidade, afirmou ser falso, pois a comunidade é multitétnica e o acordo foi feito com os Karirí-Xocós, que estavam lá havia menos de seis anos. A comunidade dos Fulni-ôs está na área há mais de 35 anos e tem o direito da permanência. Informou que o Santuário dos Pajés é o símbolo máximo na Capital Federal de um povo que grita por multiplicidade étnica e cultura. O Santuário recebe diversas entidades que vêm a Brasília se comunicar com a Fundação Nacional do Índio – Funai. Passou-se a palavra ao Subsecretário de Planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização e Habitação – Sedhab, Sr. Rômulo Andrade de Oliveira. Ele ressaltou a importância da data, pois, em 7 de dezembro, há 25 anos, Brasília era inscrita como Patrimônio Cultural da Humanidade. Lembrou que há dois dias faleceu Oscar Niemeyer e salientou a relevância dos comentários feitos nas audiências públicas. Sobre o Legislativo, ressaltou a importância da autonomia em promover os debates necessários. afirmou que as sociedades e as atividades econômicas são muito dinâmicas, e a necessidade da sociedade é muito mais forte que qualquer planejamento concebido. Infelizmente, ainda não se conseguiu trabalhar em conjunto com o Entorno metropolitano. O Subsecretário acredita que a comunidade deve entender que se precisa olhar a preservação, o desenho do Lucio Costa e suas preocupações, pois o projeto dele tomou uma proporção maior. Apesar da luta incessante e brilhante de muitas pessoas na busca da preservação do desenho original e das concepções originais, a sociedade atual é diferente da sociedade de cinquenta anos atrás. Sobre o Sudoeste, disse entender a preocupação da comunidade, do Fernando e da Maria Helena, bastante enfáticos nas posições. Tecnicamente, disse que o memorial descritivo que estabelece o

Sudoeste, anterior ao tombamento, previa a área como expansão futura. Sobre o processo de transferência, afirmou que a área não era da Terracap e, sim, da Secretaria do Patrimônio da União; portanto, nunca poderia ter passado por licitação da Terracap. A posse foi transferida para a Marinha. No processo administrativo, está o processo de doação da área, por meio da SPU e da Marinha, a um grupo empresarial, por permuta e por doação, que passou pela Advocacia Geral da União e por todos os trâmites necessários. Realizou-se uma permuta, não uma doação simples, pela qual a Marinha recebeu mais de mil e unidades imobiliárias. O Subsecretário esclareceu que a Secretaria foi chamada à época para debater os limites do processo de parcelamento do solo. No 314, são respeitados os projetos já aprovados anteriormente, o MDE do Sudoeste já previa o parcelamento daquela área e já existia o Interesse da Marinha no parcelamento. O Iphan e todos os órgãos se manifestaram. E a Secretaria foi no âmbito da aprovação do projeto, observando as necessidades. Assim se deu o processo que resultou na aprovação da Quadra 500. Sobre as ilimitares do Judiciário, a Secretaria tem um entendimento que tem sido levado à Justiça e a comunidade tem outro entendimento que também tem sido levado ao Judiciário. Sobre o Santuário dos Pajés, sugeriu que, se a comunidade perceber que não houve legitimidade no processo, se busque o Ministério Público para fazer um segundo termo de ajustamento de conduta. Ressaltou o controle interno no governo, por exemplo a ação do Ibram sobre a Terracap para o cumprimento dos condicionantes da licença ambiental, que resultou em muita. Comentou sobre o problema de segregar demais atividades e assumiu o erro no papel de planejador e gestor público. O processo de segregação acarreta em atividades irregulares na cidade. Sobre o setor de oficina, disse que a atividade tem regimentos sérios de meio ambiente e que a Secretaria não criará por ação própria setores de oficina. Segundo ele, a

cidade não comporta mais a criação excessiva de setores de oficina. Tem-se buscado a política de assimilar os usos que sejam compatíveis dentro dos setores. Sobre a flexibilização de uso, disse que cabe à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT manifestar à Câmara Legislativa o Interesse em se instalar nessa região e fazer a discussão. Explicou o processo de parcelamento do solo, em que há predominância de uso e de atividades, que são coisas distintas. Uso é algo amplo, por exemplo, residencial, comercial e institucional. Atividade refere-se, por exemplo, a oficina e padaria. Caso se coloque na tabela que o uso será unicamente institucional, proibi-se, por exemplo, o licenciamento de uma lanchonete dentro de um hospital. O Deputado Olair Francisco convidou o Deputado Rôney Nemer, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, para assumir a presidência dos trabalhos. O deputado Rôney Nemer pediu desculpas pelo atraso, causado pelo convite para um café da manhã com o governador. Ele disse que está Deputado e continua como técnico da Secretaria. Agradeceu a presença de Rejane Jung, assessora especial da Sedhab; Isabel Cristina Juventino, da Agefis; Ludmila Dias, da Terracap; Rogério Markiewicz, da Ademi; Mônica Burcarte, da Agefis; Guilherme Barros, do Sinduscon; Mara Marchetti, do Movimento Brasília Sempre Viva; Hermírio Idio Segundo, da Codevasf. Passou a palavra ao Sr. Romelito da Costa, Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas do Setor de Oficinas do Sudoeste. Ele disse que a associação luta há 22 anos pela ampliação da altura máxima de construção do Setor de Oficinas. Fez um breve histórico do setor, criado em 1989 e inicialmente ocupado em 1990, com o objetivo de retirar das ruas e dos fundos de residência empreendedores individuais, para que saíssem de suas residências informais e contribuíssem para o desenvolvimento do Distrito Federal e região, com arrecadação de imposto, geração de emprego e prestação de serviço de utilidade pública à comunidade. Ele ressaltou a necessidade de o oficineiro e o comerciante morarem perto do trabalho. Comentou sobre as mudanças no Sudoeste, como a QMSW 1 e a QMSW 3, que eram estritamente comerciais e foram alteradas para área residencial. A área mudou para Superquadra 300, que tem atualmente oito pavimentos, mas superquadra só pode ter seis pavimentos. O presidente da associação afirmou que o Setor de Oficinas do Sudoeste é formado por mais de duzentas empresas que geram 1.300 empregos diretos e 700 a 800 empregos indiretos. Também disse ser favorável à criação do parque. Passou-se a palavra ao Sr. Rômulo Andrade de Oliveira. Ele disse que, no debate do PPCUB, um dos temas mais polêmicos foi o aumento das alturas de garbarito. Buscou-se, em alguns processos, tentar fazer ajustes, considerando o que se observou em algumas regiões do Distrito Federal. Quanto aos pavimentos, esclareceu que no Sudoeste, quando se fala em seis pavimentos, é o térreo, mais seis, mais a cobertura. Pilots é um pavimento, seis pavimentos residenciais, mais o pavimento de cobertura. Então, são oito pavimentos. Avaliou-se a possibilidade de aumentar a altura, permitindo isso no setor de oficinas. Mas se chegou à conclusão de que neste momento isso não é viável. O debate e a busca de entendimento se dão junto com o Iphan, o que é necessário para que se preserve o projeto do Plano Piloto. Concedeu-se a palavra ao Deputado Olair Francisco. Ele disse que a função como Relator é de defender o Distrito Federal, pois se trata de um plano de preservação para Brasília, que não é do governo ou da Câmara. Agradeceu a presença de todos. O Deputado Rôney Nemer registrou que o Deputado Agacil Mala esteve presente à audiência, mas teve outro compromisso na Câmara Legislativa. Em seguida, o Deputado comentou sobre a reclamação de demolição feita por pessoas do Santuário Espírita. Acredita que a emenda feita no ano retrasado ao projeto de lei para regularizar igrejas, denominações religiosas, templos religiosos e entidades sociais, tenha preservado esse lote. Sugeriu que os Interessados o procurem depois para esclarecer sobre o motivo da derrubada. Sobre o conjunto D do Setor de Oficinas do Sudoeste, foi o Estado que os colocou na região e não vê motivo para não regularizar. O Deputado criticou a dificuldade de se aumentar o potencial construtivo, alegando aumento de densidade, mas se cria área nova, como as Quadras 500 do Sudoeste, de interesse de gente poderosa. O Brasília Revisitada não permite, não fazia menção àquele crescimento, e a Marinha vendeu terra para pessoas poderosas.

Informou que o superintendente do Iphan enviou documento em que revela preocupação com a rapidez na tramitação do projeto. Também informou que a Deputada Arlete Sampalo, Líder do Governo, ligou e disse que, em memória ao Oscar Niemeyer, o projeto não deveria ser votado neste ano. Ressaltou a possibilidade de a Câmara fazer emendas ao projeto, propor alterações com embasamento técnico. Sobre o aterro ilegal na Área de Relevante Interesse Ecológico Cruis, sugeriu que se fizesse a reclamação oficialmente na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, para que se faça uma vistoria. Sobre as quadras residenciais 500 disse que seria necessária análise detalhada, comparando com o Brasília Revisitada, para estudar a possibilidade de aumento da densidade. Ressaltou a necessidade de tratamento igual a todos, sem priorizar determinado grupo. Também reforçou o bom senso que deve prevalecer ao tratar o tema, afinal se trata de lei muito importante para a sociedade do Distrito Federal. Esclareceu que o tombamento de Brasília se refere ao urbanismo, de Lucio Costa. Alguns monumentos e prédios públicos projetados por Niemeyer têm tombamento arquitetônico. O Deputado Rôney Nemer encerrou a reunião às 10h36. Eu, Uirá Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecológico lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

Deputado Rôney Nemer  
Presidente – CDSECTMAT

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 52/2012, QUE APROVA O PPCUB, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 10/12/2012.**

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às dezenove horas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizou-se audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 52/2012, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB. O Deputado Rôney Nemer, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, assumiu a presidência dos trabalhos e informou as áreas que seriam debatidas na audiência: Área de Preservação 7: UP 01 – Candangolândia; UP 02 – Jardim Zoológico; UP 03 – Vila Telebrasil; UP 04 – Setor de Clubes Esportivos Sul; UP 05 – Setor Presidencial e Área de Tutela da Vila Planalto; UP 06 – Vila Planalto; UP 07 – Setor de Hotéis e Turismo Norte; UP 08 – Setor de Clubes Esportivos Norte; UP 09 – Setor de Mansões Isoladas; UP 10 – Centro Olímpico da UnB. Área de Preservação 10: UP 01 – Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul – Cruzeiro Novo; UP 02 – Setor Residencial Econômico Sul – Cruzeiro; UP 03 – Áreas Octogonais. Convidou para compor a Mesa a arquiteta Rejane Jung Viana, assessora especial do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – Sedhab, e registrou a presença dos arquitetos Graco e Lídia Botelho, da Sedhab. Passou-se a palavra a Sra. Helena de Souza Borges, moradora da Vila Planalto. Ela solicitou à Administração Regional a instalação de um restaurante de alimentação natural e de um ponto de táxi na Vila Planalto. Relatou problema com a entrega de correspondências pelos Correios na Vila Planalto. Passou-se a palavra a psicóloga Ludmila de Faro, moradora do Cruzeiro. Ela afirmou que o Cruzeiro sofreu com as primeiras muitas de demolição e que os moradores ocuparam de boa-fé. A moradora expressou o desejo de legalização e disse não querer mais multas arbitrárias da Agefis. Pediu que se retire o regime de urgência do projeto, para se ter mais calma na análise. Passou-se a palavra a Sra. Edna Mota Fernandes, Presidente da Associação dos Moradores da Candangolândia. Ela reclamou que os moradores foram surpreendidos com a inclusão de todas as áreas da Candangolândia no PPCUB, sem ter havido convite para participar que qualquer reunião. Disse que não veio aceitar a morosidade para tratar do interesse do povo e pediu que os projetos fossem revistos, pois a Candangolândia está muito prejudicada. Concedeu-se a palavra ao Sr. Hamilton Henriques, Presidente da Associação Comercial da Vila Planalto. Ele registrou que, apesar dos necessários ajustes no PPCUB, a Sedhab atendeu à boa parte das reivindicações da Vila Planalto, especialmente em relação à altura das edificações que eram de 4,50m para 8,50m, a manutenção do tombamento, a preservação rigorosa e a revisão do plano de ação e sua implementação. Sugeriu que a taxa de ocupação das unidades de uso misto e institucional, artigo 147, passe de 60% para 80%. Comentou que existem 23 unidades puramente comerciais e que se precisa preservá-las com taxa de ocupação de 100%. Quanto ao prazo previsto no artigo 148, disse que 12 meses é muito pouco, em razão das muitas inconformidades na região, e solicitou que seja de, no mínimo, 36 meses. Por fim, afirmou que existe unanimidade dos segmentos sociais da Vila Planalto quanto à proposta de transformação da área onde atualmente existe um Clube Unidade de Vizinhança em um minicentro olímpico. Concedeu-se a palavra ao Sr. Gilberto Wegemann, Presidente da Terceira Igreja de Brasília. Ele informou que a Terceira Igreja Batista comprou uma propriedade com critérios anteriores, após consulta prévia e, depois, houve dificuldades na utilização. Pediu que houvesse os ajustes para o Setor de Clubes Sul, onde se pretende instalar um centro de eventos e de treinamento. Passou-se a palavra ao Sr. João Carlos de Sousa das Mercês, Diretor Jurídico do Centro Comunitário de Assistência à Candangolândia Cantinho de Você. Ele corroborou o que foi dito pela Sra. Edna sobre os problemas da Candangolândia. Informou que a creche Cantinho de Você ocupa a área há cerca de 26 anos e há várias benfeitorias no local. Pediu a regularização da ocupação. O Deputado Rôney Nemer registrou a presença do Deputado Wasny de Roure, relator do PPCUB pela CCJ, e o convidou para compor a Mesa. Também registrou a presença do Deputado Dr. Michel, Vice-Presidente da Câmara Legislativa. Passou-se a palavra a Sra. Rita de Cássia Pinto, participante do Movimento em Defesa do Cruzeiro Velho. Ela reforçou o pedido de retirada do regime de urgência. Informou que algumas reivindicações da comunidade foram atendidas, mas outras questões preocupam, como a transparência na lateral das casas e a concessão de uso onerosa, colocada como lei a ser criada. Quanto ao prazo, a moradora disse que o Cruzeiro Velho não recebeu nenhum, a Vila Planalto reivindicou três anos; o Cruzeiro não recebeu prazo nenhum; outros lugares receberam algum prazo. Passou-se a palavra ao Sr. Clóvis Goffetto, Diretor da Associação dos Produtores da Vila Planalto. Disse que estava na audiência representando o Movimento dos Chacareiros da Vila Planalto. Afirmou que os pioneiros se instalaram e passaram por dificuldade. Depois, eles se firmaram em determinados locais, como Candangolândia, Vila Planalto e Vila Telebrasil. O Poder Público se omitiu e surgiram diversas comunidades paralelas que foram erradicadas, dando origem a Celândia, Guardá, Taguatinga. Nunca se pensou em retirar Candangolândia, Vila Planalto ou os chacareiros. O tempo passou e, de repente, começam a achar que eles são invasores. O representante dos chacareiros pediu, então, que eles fossem tratados como ocupantes históricos, que seja feita justiça. Concedeu-se a palavra a Sra. Liduína Granjeiro, do Movimento em Defesa do Cruzeiro Velho. Ela parabenizou a Câmara Legislativa pela oportunidade de as pessoas manifestarem insatisfação com alguns aspectos do PPCUB. Crítico os parágrafos 1º e 3º do artigo 204, que tratam das multas. A primeira multa cobrada de alguém supostamente em área invadida é de 5 a 14% do valor venal do imóvel, de 15 a 30% no caso de reincidência. A Sra. Liduína informou que, em 2009, a população do Cruzeiro foi multada injustamente, pois não existia lei, e até hoje ninguém sabe o que fazer. Ela acredita que a sociedade ficará à mercê de fiscais nem sempre escrupulosos. Os moradores já mediram mil e novecentas calçadas, cento e sessenta e nove casas de esquina e duzentas e sessenta e cinco casas de beco; esse levantamento será protocolado na Comissão de Assuntos Fundiários. O Deputado Rôney Nemer disse ser fiscal de obras do Estado e ter se ofendido com o comentário da moradora. Sugeriu que os fiscais inescrupulosos sejam denunciados. O Deputado registrou a presença do Administrador do Cruzeiro, Sr. Antônio Sabino, e o convidou para compor a Mesa. Também convidou para a Mesa o Chefe de Gabinete do Administrador de Brasília, Sr. Jean Barbosa. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Wilson Araújo Câmara, Diretor Executivo da Associação dos Moradores da Vila Planalto. Ele pediu a atualização das NGBs da Vila Planalto e o prazo de 60 meses para adequação às normas. Pediu também atenção às unidades de interesse histórico e tombamento rigoroso: a Igreja, já restaurada; o conjunto Fazendinha, que precisa de restauração; o alojamento dos soteiros. Passou-se a palavra ao Sr. Elmo Fernandes, Presidente da Associação dos Idosos do Cruzeiro. Ele informou que, na primeira audiência, em 26 de março de 2011, solicitou a regularização do terreno do CCI, no SHCS, quadra 805, lote 2 B, Área Especial, referente ao Processo nº 030.008.993-87, em atendimento à Lei de Uso e Ocupação do Solo. Reiterou a solicitação na segunda audiência, em 24 de setembro de 2011. O processo está em análise na Diretoria de Preservação de Brasília. Ele insistiu no pedido de legalização, por intermédio do PPCUB, do lote 2 B da Área Especial da quadra 805 do Cruzeiro Novo, onde está instalado o Centro de Convivência do Idoso. E destacou o Decreto nº 24.614, de 25 de maio de 2004, que dispõe sobre a tramitação prioritária de processos e procedimentos administrativos em que figure como parte o Idoso. Passou-se a palavra ao Sr. Jaridel José Lopes, Vice-Presidente da Associação dos Produtores da Vila Planalto. Ele solicitou emenda ao PPCUB para preservar a ocupação dos chacareiros da Vila Planalto. Afirmou que o Setor de Chácaras da Vila Planalto já existia antes da própria Vila Planalto e do tombamento de Brasília. Embora tenha ficado fora do Memorial Descritivo MD nº 90/90, o setor já existia àquela época. Mencionou estudo da UnB, chamado Projeto Recanto do Jaburu, que demonstra os benefícios da comunidade existente. Segundo o vice-presidente da associação, o superintendente anterior do Iphan, Sr. Alfredo

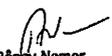
Gastal, sempre se manifestou favorável à permanência dos chacareiros. Há um posicionamento favorável, manifestado verbalmente numa das primeiras reuniões na Câmara Legislativa, do Sr. José Lemes Galvão, atual superintendente do Iphan. O representante dos chacareiros destacou

que se trata de comunidade histórica, numa área que não expandiu, continua com os 23,2 hectares da área original. O Deputado Rôney Nemer comentou sobre a tramitação do projeto nas Comissões: na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, ele está como Presidente e relator; na Comissão de Assuntos Fundiários, o Deputado Wasny de Roure está como relator, o Presidente é o Deputado Cláudio Abrantes; na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Olair Francisco é o relator, o Deputado Chico Leite é o Presidente. Concedeu-se a palavra a Sra. Ana Maria Santiago, Presidente do Parlamento dos Mantenedores da Paz e Meio Ambiente no Brasil. Ela comentou sobre a creche Cantinho de Você, da Dona Sebastiana, onde ficam 180 crianças. Solicitou tempo para que as pessoas pudessem defender as questões e convidou as autoridades da Mesa a conhecer a realidade da creche. Passou-se a palavra ao Sr. Vantuil Paulo de Santana, Presidente da Associação dos Moradores da Vila Planalto. Ele comentou que, no governo Cristovam, foram entregues 46 lotes na Vila Planalto, em área pública, onde não poderiam ter sido criados lotes. Ressaltou a importância desses lotes cedidos para moradia, mas disse que não estão registrados em cartório. Solicitou à Sedhab que regularize a situação dos 46 lotes. Disse que registrou documento com proposta de prazo de cinco anos para adequação das construções da Vila Planalto. O presidente da associação questionou ao governo o que seria feito com os condomínios que existem na Vila Planalto. Na pista em frente ao posto de gasolina, existe o Setor Hoteleiro e Turismo Norte, onde há muitos prédios de condomínios. Passou-se a palavra ao Sr. Afonso Gomes, da Associação dos Chacareiros da Candangolândia. Ele ressaltou o trabalho das pessoas presentes, que estão há algumas décadas na cidade, e pediu sensibilidade aos Deputados e membros do governo. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença de: Júnior Ozano, representando a Deputada Ceilina Leão; Amauri Pessoa, representando o Deputado Cláudio Abrantes; Eduardo Martins, da Administração de Brasília; Marcos Pato, representando o Deputado Wellington Luiz; Wilson Pereira, assessor do Deputado Wellington Luiz; Isabel Faustino Juventino de Deus, da Agefis; Wanderlei Pozzembom, do Sindicato dos Jornalistas; Angélica Veras, assessora da Deputada Liliane Roriz; Lincoln Macário Maia, do Sindicato dos Jornalistas; Giselle Chalub Martins, da Habitat Consultoria; Alan Nunes Ribeiro, da Administração Regional do Cruzeiro; Fernando Gutierrez, de Brasília; Roberto de Barros Barreto, da ABIDH; José Flávio de Oliveira, do gabinete 16 da Câmara Legislativa; William Ney, executiva do PPS; Rodrigo de Assis Republicano Silva, da Fundação Jardim Zoológico; João Gilberto de Carvalho Acioly, do Sinduscon; José César Silva, da Prefeitura Comunitária do Cruzeiro; Mônica Burkhardt, da Agefis; Samuel Sérgio Ritter, da Sociedade Mantenedora Sanitária Espírita de Brasília; Sra. Vanessa Azevedo Otello, da Fibra; Sr. Heber Ramos de Freitas, assessor do Deputado Wasny de Roure; Ronald Cardoso, da Secretaria de Governo; Sr. Bruno Aurélio Gonçalves, do Detran; Sra. Juclara Elise Pelles, da Fundação Jardim Zoológico de Brasília; Sr. Sérgio Paiva Sampaio, da Caesb; Sr. Rogério Markiewicz, Diretor Técnico da Ademi; Sr. José Belarmino Filho, da Fundação Jardim Zoológico de Brasília. Passou a palavra ao Sr. Lincoln Macário, Presidente do Clube de Imprensa de Brasília. Ele parabenizou pela realização da audiência e alertou que, quando virem matéria jornalística mal escrita, ninguém os donos dos jornais. Às vezes, as condições em que é feita a matéria distorcem os fatos. Ele comentou sobre o espaço ocupado pelo Clube da Imprensa na Vila Planalto desde 1965. O Clube entrou em decadência e se buscou parceria. Inclusive parceria para viabilizar um hotel. Ele discordou quanto ao prazo de votação, pois se deve aproveitar a pressa do Governo e votar logo no dia 14. Concedeu-se a palavra ao Deputado Wasny de Roure. O Deputado salientou a intenção de votar o projeto ainda em 2012. Mas houve várias manifestações, inclusive de órgãos federais, como o Iphan, considerando que há aspectos a serem aprofundados. Observou que há enorme complexidade no PPCUB, com 224 artigos e diversos anexos, e não será possível votar uma peça perfeita. Mas também não se poderá votar uma matéria contaminada, passível de arguição pelo Ministério Público. O Parlamentar sugeriu que, se não for concluída a apreciação neste ano, seja elaborado calendário para o ano seguinte. Ressaltou que os Parlamentares possuem autonomia para votarem os assuntos, mas dentro do limite da legislação, do bom senso e dos limites relatados pelo representante do Iphan na primeira audiência. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença do Chefe do Estado-Maior-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Coronel Mário Condes. Passou-se a palavra ao Sr. José Estuáquio de Oliveira, do Sinduscon. Ele sugeriu que se encontre solução para as áreas imensas e sem atividades economicamente viáveis em determinados setores, como o Setor de Clubes Esportivos Sul e o Setor de Clubes Esportivos Norte. Parabenizou a equipe do governo e se fez injustiça. Questionou se seria justo retirar as grades do Cruzeiro, situação causada por omissão do Estado. Comentou que, em Sobradinho, existia lei que autorizava o aumento das grades; depois, a lei foi extinta e os que aumentaram estão sendo penalizados. Sobre os chacareiros da Vila Planalto, destacou que eles estavam lá antes do tombamento. O Estado tem que dar conforto aos chacareiros da Vila Planalto e da Candangolândia, e os chacareiros devem se comprometer com o Estado a não utilizar a área para especulação imobiliária. O Parlamentar disse que faria as emendas que fossem necessárias e acreditava na sensibilidade do governo, em particular do Secretário Magela. Ressaltou que ainda se tem muito para discutir no PPCUB, ainda não está no momento de votar. Passou-se a palavra ao Sr. Everaldo Cavazo, representante do Fórum Democrático da Vila Planalto. Ele concordou com a necessidade de prazo mais longo para votação do PPCUB. Informou que a Vila Planalto possui três tombamentos: do Iphan, da Unesco e tombamento local. Atualmente, a Vila cresceu verticalmente, a população dobrou e existem setores de hotel e de clube. Comentou sobre a necessidade de reordenamento urbano, qualificar os espaços urbanos e definir o uso do Conjunto Fazendinha para lazer, cultura e atividades socioeducacionais. O representante do Fórum fez um apelo à Câmara Legislativa para que faça a intermediação de uma discussão clara com o Iphan e demais órgãos afetos à preservação. Por fim, denunciou que a Vila Planalto sofre novamente com a especulação imobiliária. O Deputado Rôney Nemer agradeceu a presença da Deputada Ceilina Leão, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, a quem passou a palavra. A Deputada disse que o PPCUB deve ser tratado com muita seriedade até para evitar arguição futura do Ministério Público. Informou que, na quinta-feira, a Câmara Legislativa recebeu um documento do Ministério Público e do Iphan com vários comentários. Afirmou que, graças às chácaras, evitou-se o parcelamento do solo. Sobre o Cruzeiro, o Parlamentar sugeriu a possibilidade de retirar a região do PPCUB, diante da dificuldade de retirar todas as grades do Cruzeiro. E comentou sobre a ação de improbidade administrativa em razão de a Lei Orgânica determinar a realização de audiências públicas pelo Executivo, promovidas com a devida transparência, para posterior envio do projeto à Câmara Legislativa. Se o Ministério Público entende que isso não foi cumprido, o Poder Executivo precisa retirar o projeto e efetuar o debate. Afirmou ter feito um pedido, com base no art. 136, de retirada da tramitação em regime de urgência, para que se pudesse debater de verdade. O Deputado Rôney Nemer comentou que o Executivo não dita o trâmite na Câmara Legislativa. O regime de urgência é permitido pela Lei Orgânica. Passou a palavra ao Sr. Pedro Ungarelli, do Acampamento EBE, da Vila Planalto. Ele disse que o Acampamento EBE foi formador da Vila Planalto, junto com os demais acampamentos. E, por uma série de medidas, ele acabou ficando de fora da poligonal da Vila. Ele pediu que fosse reconhecida a condição do Acampamento EBE como parte integrante e

formadora da Vila Planalto. O próximo a falar foi o Sr. Marcos Pato, assessor do Deputado Wellington Luiz. Ele acreditava que até o mês de março Brasília merecia um PPCUB aprovado, para que se comemore o aniversário de Brasília com essa solução. Perguntou qual seria a dificuldade de regularizar as chácaras da Vila Planalto e ressaltou a preocupação não só com os órgãos de fiscalização externa e com o tombamento, mas também com a justiça social, afinal existem demandas da comunidade. Também mostrou preocupação com as casas de três pavimentos na

Vila Planalto e na W3 Sul. O assessor destacou que o Governador Agnelo foi o único que não tratou as irregularidades como caso de polícia. E existe uma Secretaria que discute o tema. Ressaltou o trabalho da Câmara Legislativa de transformar as reuniões em audiências públicas. Concedeu-se a palavra a Sra. Elza Zalussi, advogada da Associação dos Moradores do Park Way. Ela afirmou que o artigo nº 304, regulamentado pela Lei nº 854, que trouxe a atualização do PLOT, proporcionou a regularização para os moradores do Residencial Park Way, mas o PPCUB, que deveria tratar de forma detalhada da regularização nada dispõe sobre o assunto. Existem moradores que estão no setor desde 1960, amparados inicialmente pela Embrapa e pela Emater. Atualmente, estão à mercê de decisões judiciais. A intenção da associação é que o PPCUB trate detalhadamente e legisle a respeito, com fundamento no art. nº 304 do PDOT. Passou-se a palavra ao último inscrito, Sr. Wilson Martins Lacerda, morador do Cruzeiro Velho. Ele demonstrou preocupação com o PPCUB aprovado, imaginando ser algo rígido, com regras a serem seguidas. No Cruzeiro, haverá três tipos de casas: as que já estão com o habite-se, hoje regularizadas; outras regularizadas; e outras que não poderão ser regularizadas por não estarem de acordo com a NGB local. As que não poderão ser regularizadas, teoricamente, terão que ser quebradas. O morador perguntou ao Administrador quantas casas existem com habite-se individual. Passou-se a palavra ao Sr. Jean Carmo Barbosa, representante do administrador de Brasília. Ele afirmou que o debate do PPCUB, além de ser um debate de urbanismo, é um debate de cidadania, que, no âmbito do Executivo, vem ocorrendo há mais de 20 anos, e o governo atual busca concretizar. Os passos formais vêm sendo realizados para evitar a inconstitucionalidade de iniciativa ou por ilegalidade. O Executivo realizou, além das três audiências públicas formais – uma se tornou uma consulta pública –, várias consultas e conversas com a população, antes do envio do projeto para a Câmara Legislativa. O representante do Administrador colocou a Administração à disposição para concretizar o que ainda não foi efetivado no PPCUB e, assim, evitar a inconstitucionalidade de um artigo do PPCUB. Passou-se a palavra ao Administrador do Cruzeiro, Sr. Antônio Sabino de Vasconcelos Neto. Ele disse que a discussão do PPCUB envolve não apenas o texto a ser aprovado, mas também a vida, o sentimento de cada um. Por isso, o governo Agnelo tem tido cuidado nas relações com a sociedade. E o debate tem sido aberto e democrático. Discordou da sugestão da Deputada Celina Leão e afirmou que o Cruzeiro não deseja sair do PPCUB. Os ajustes necessários serão apontados e debatidos com os técnicos, sem cometer o erro de retirar o Cruzeiro. O Deputado Rôney Nemer pediu desculpas a Sra. Liduina Granjeiro pela forma como defendeu a atividade de fiscal do governo. A Agefis recebe demanda da Administração, dos órgãos, da Sedhab, e os fiscais são apenas os portadores da má notícia. Passou a palavra a arquiteta Rejane Jung. Ela afirmou que se discute há quase quatro anos o Plano de Preservação e houve pelo menos vinte reuniões com os moradores do Cruzeiro. Houve reuniões públicas, treze reuniões públicas oficiais convocadas pelo Governo e mais três audiências públicas. A exigência legal é uma audiência pública, mas nem o Governo nem os técnicos se furtaram a promover a discussão com a sociedade. Apesar do problema de se chegar a consenso, ela acredita na possibilidade de um pacto dentro da Câmara Legislativa. O Deputado Rôney Nemer comentou sobre os 10% de tolerância no Cruzeiro, que não se pode admitir o bloqueio da passagem de pedestre. Se houver um corredor de três metros onde possa passar, tudo bem. Ressaltou que se deve trabalhar com bom senso, o que serve para as grades do Cruzeiro, para a altura na Vila Planalto e para as chácaras da Vila Planalto. O Deputado disse que foi colocado no PDOT emenda para que área urbana com atividade rural possa ser regularizada, que deve estar explicitado também no PPCUB.

É preciso ter os pareceres do Iphan, por escrito. Precisa-se verificar o problema da creche da Candangolândia. O Deputado ressaltou que o tombamento tem que ser para todos e não apenas aos interessados. Muitos reclamam dos puxadinhos, mas querem colocar dentro da legalidade e que não se pode perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Os Deputados têm um compromisso muito grande com a sociedade. O Deputado Rôney Nemer afirmou o posicionamento de votar o PPCUB no ano seguinte, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 21h42. Eu, Ulfr Felipe Lourenço, Consultor Técnico-Legislativo – Ecólogo lotado nesta Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Rôney Nemer, e encaminhada para publicação.

  
Deputado Rôney Nemer  
Presidente – CDESCTMAT

# Declarações

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EXERCÍCIO 2013  
Ano-Calendário 2012  
RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS  
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE			
CPF do declarante 504.345.271-49	Nome do declarante AYLTON GOMES MARTINS	Telefone (61) 33890721	
Endereço VILA QUADRA 15 - PRAÇA SÃO VICENTE	Número 5 B	Complemento VILA VICENTINA	
Bairro/Cidade PLANALTA	CEP 73320-150	Município BRASILIA	UF DF
TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS			(Valores em Reais) 338.460,24
IMPOSTO DEVIDO			78.004,84
IMPOSTO A RESTITUIR			0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR			10.837,63
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE			0,00
PARCELAMENTO (Vencimento de 1ª quota em 30/04/2013)			1
NÚMERO DE QUOTAS			1
VALOR DA QUOTA			10.837,63

Declaração recebida via Internet JV  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 03/04/2013 às 08:42:46  
0612843413

NOME: AYLTON GOMES MARTINS  
CPF: 504.345.271-49  
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL  
EXERCÍCIO 2013 Ano-Calendário 2012

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome: AYLTON GOMES MARTINS CPF: 504.345.271-49  
Data de Nascimento: 25/07/1968 Título Eleitoral: 0083292097

Houve mudança de endereço? Não  
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não

Endereço: VILA QUADRA 15 - PRAÇA SÃO VICENTE Número: 5 B  
Complemento: VILA VICENTINA Bairro/Distrito: PLANALTA  
Município: Brasília UF: DF  
CEP: 73320-150 DDD/Telefone: 61 33890721

Natureza da Ocupação: 41 - Membro ou servidor público da administração direta municipal  
Ocupação Principal: 103 Membro do Poder Legislativo (Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador)  
Tipo de declaração selecionada: Declaração de Ajuste Anual Original

Nº da recibo da última declaração 200901031904  
entregue do escritório de 2012:

DEPENDENTES		
CÓDIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
21	VICTOR HUGO BORGES MARTINS	20/04/2000
21	VINÍCIOS BORGES MARTINS	07/09/2002
21	MARIANA BORGES MARTINS	02/02/2008
TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES		5.924,16

ALIMENTANDOS

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	CNPJ/CPF	REND. RECEBIDOS DE PESS. JURÍDICA	CONTR. PREVIO. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	06.977.814/0001-18	51.900,74	3.736,09	2.913,52	3.602,07
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL	26.983.845/0001-13	287.529,50	3.570,24	82.253,69	0,00
TOTAL		339.430,24	7.306,33	85.167,21	3.602,07

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

NOME: AYLTON GOMES MARTINS  
CPF: 504.345.271-49  
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL  
EXERCÍCIO 2013 Ano-Calendário 2012

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS (Valores em Reais)

Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, exceto se recebidas por médico-residente, exceto para proceder a estudos ou pesquisas e desde que os resultados dessas atividades não representem vantagem para o doador, nem importem contraprestação de serviços 0,00

Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado, prêmio de seguro restituído em qualquer caso e pecúlio recebido de entidades de previdência privada em decorrência de morte ou invalidez permanente 0,00

Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e FGTS 0,00

Lucro na alienação de bens e/ou direitos de pequeno valor ou do único imóvel; lucro na venda de imóvel residencial para aquisição de outro imóvel residencial; redução do ganho de capital 0,00

Lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes 0,00

Parcela isenta de proventos de aposentadoria, reserve remunerada, reforma e pensão de declarantes com 65 anos ou mais 0,00

Pensão, proventos de aposentadoria ou reforma por moléstia grave ou aposentadoria ou reforma por acidente em serviço 0,00

Rendimentos de cadernets de poupança e letras hipotecárias 0,00

Rendimento de sócio ou titular de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, exceto por trabalho, aluguéis e serviços prestados 0,00

Transferências patrimoniais - doações e heranças 0,00

Parcela isenta correspondente à atividade rural 0,00

Imposto sobre o rendimento de anos-calendário anteriores compensado judicialmente neste ano-calendário 0,00

75% (setenta e cinco por cento) dos rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores de autoridades ou repartições do Governo Brasileiro situadas no exterior, convertidos em reais 0,00

Incorporação de reservas ao capital / Bonificações em ações 0,00

Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, recebidas por médico-residente, exclusivamente para proceder a estudos ou pesquisas 0,00

Benefícios indenfios e reembolso de despesas recebidos por voluntário da FIA, da Substituída FIA no Brasil ou do Comitê Organizador Brasileiro (LOC) que assistir na organização e realização das Copas das Condições FIA 2013 e do Mundo FIA 2014 0,00

Transferências patrimoniais - meação e dissolução da sociedade conjugal e da unidade familiar 0,00

Ganhos líquidos em operações no mercado à vista de ações negociadas em bolsas de valores nas alterações realizadas até R\$ 20.000,00, em cada mês, para o conjunto de ações 0,00

Ganhos líquidos em operações com ouro, ativo financeiro, nas alterações realizadas até R\$ 20.000,00 em cada mês 0,00

Recuperação de Prejuízos em Renda Variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário) 0,00

Rendimento bruto, até o máximo de 60%, da prestação de serviços decorrente do transporte de carga e com trator, máquina de terraplanagem, colheitadeira e assemelhados 0,00

Rendimento bruto, até o máximo de 40%, da prestação de serviços decorrente do transporte de passageiros 0,00

Restituição do imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores 0,00

Outros: DIÁRIAS E AJUDAS DE CUSTO., INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES-BENEF 12.739,56

Demais rendimentos isentos e não tributáveis dos dependentes 0,00

TOTAL 12.739,56

NOME: AYLTON GOMES MARTINS  
CPF: 504.345.271-49  
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL  
EXERCÍCIO 2013 Ano-Calendário 2012

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA (Valores em Reais)

13º salário 3.602,07

Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos 0,00

Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira 0,00

Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie 0,00

Ganhos líquidos em renda variável (bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário) 0,00

Rendimentos de aplicações financeiras 0,00

Rendimentos recebidos acumuladamente	0,00
Outros rendimentos recebidos pelo Titular	0,00
13º salário recebido pelos dependentes	0,00
Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Outros rendimentos recebidos pelos dependentes	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.602,07</b>

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES**

Sem informações

**IMPOSTO PAGO / RETIDO (Valores em Reais)**

Imposto complementar:	0,00
Imposto pago no exterior:	0,00
Imposto devido com os rendimentos no exterior:	0,00
Imposto devido sem os rendimentos no exterior:	0,00
Diferença a ser considerada para cálculo do imposto (limite legal):	0,00
Imposto sobre a renda na fonte (Lei 11.033/2004):	0,00
Imposto retido na fonte do titular	65.167,21
Imposto retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00

**PAGAMENTOS EFETUADOS (Valores em Reais)**

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
	<b>Titular</b>				
09	Banco de Brasília (quitação de empréstimos)	00.000.208/0001-00		72.871,35	0,00
20	FASCAL	37.115.557/0001-88		7.215,24	0,00
20	FASCAL - PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIADO	37.115.557/0001-88		97,25	0,00

**NOME: AYLTON GOMES MARTINS**  
**CPF: 504.345.271-49**  
**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL EXERCÍCIO 2013 Ano-Calendário 2012**

**PAGAMENTOS EFETUADOS (Valores em Reais)**

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
<b>Dependentes: MARIANA BORGES MARTINS</b>					
01	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO ELIAS	23.157.506/0012-87		4.822,38	0,00
26	FASCAL - PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIADO	37.115.557/0001-88		30,05	0,00
<b>Dependentes: VICTOR HUGO BORGES</b>					
01	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO ELIAS	23.157.506/0012-87		8.203,36	0,00
26	FASCAL - PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIADO	37.115.557/0001-88		65,00	0,00
<b>Dependentes: VINÍCIOS BORGES MARTINS</b>					
01	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO ELIAS	23.157.506/0012-87		4.798,25	0,00
26	FASCAL - PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIADO	37.115.557/0001-88		154,81	0,00

**DOAÇÕES EFETUADAS**

Sem informações

**DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS (Valores em Reais)**

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2011	31/12/2012
11	APARTAMENTO DE 01 QUARTO - ADQUIRIDO NA PLANTA - OD. 01 LOTE 10 CONJ. C - VILA TECNOLÓGICA, LUCIO COSTA-DF, ABDALLA ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 11.208.735/0001-00 (venda do Aplo do ref. Imóvel) 105 - Brasil	115.000,00	0,00
12	OD. 15 LOTE 5 B - VILA VICENTINA, PLANALTA-DF 105 - Brasil	90.000,00	150.000,00
12	RUA MATO GROSSO OD. 19 LOTE 18 - SETOR SUL - PLANALTA-DF 105 - Brasil	70.000,00	70.000,00
21	VEÍCULO HYUNDAI - SW 4 - 2010/2011, SENDO QUE PARTE FORA FINANCIADO PELO BANCO TOYOTA 105 - Brasil	156.500,00	151.500,00

**NOME: AYLTON GOMES MARTINS**  
**CPF: 504.345.271-49**  
**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL EXERCÍCIO 2013 Ano-Calendário 2012**

**DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS (Valores em Reais)**

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2011	31/12/2012
63	MOEDA CORRENTE 105 - Brasil	30.000,00	90.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>461.500,00</b>	<b>461.500,00</b>

**DÍVIDAS E ÔNUS REAIS**

Sem informações

**INFORMAÇÕES DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO**

CPF do cônjuge ou companheiro: 039.063.611-49

Base de cálculo	21.033,35
Total do imposto pago	362,78
Rendimentos isentos e não tributáveis	3.344,00
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva / definitiva	2.118,11
Rendimentos recebidos de PJ (imposto com exigibilidade suspensa)	0,00

RESULTADO 28.133,69

**ESPÓLIO**

Sem informações

**DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS**

Sem informações

**DOAÇÕES DIRETAMENTE NA DECLARAÇÃO - ECA**

Sem informações

**NOME: AYLTON GOMES MARTINS**  
**CPF: 504.345.271-49**  
**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL EXERCÍCIO 2013 Ano-Calendário 2012**

**RESUMO TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO AS DEDUÇÕES LEGAIS**

<b>RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS</b>	
Recebidos de Pessoas Jurídicas pelo titular	339.460,24
Recebidos de Pessoas Jurídicas pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoas Físicas/Escritor pelo titular	0,00
Recebidos de Pessoas Físicas/Escritor pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Alotação Rural	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>339.460,24</b>

**DEDUÇÕES**

Contribuição à previdência oficial	7.208,33
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Contribuição à previdência complementar e FAPI	0,00
Dependentes	5.824,16
Despesas com instrução	8.274,03
Despesas médicas	7.562,15
Pensão alimentícia judicial	0,00
Pensão alimentícia por escritura pública	0,00
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Livro caixa	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>30.088,68</b>

**IMPOSTO DEVIDO**

Base de cálculo do imposto	308.373,56	<b>IMPOSTO A RESTITUIR</b>	0,00
Imposto devido	78.004,84	<b>SALDO DE IMPOSTO A PAGAR</b>	18.837,83
Dedução de imposto	0,00	<b>PARCELAMENTO</b>	
Imposto devido I	78.004,84	Valor de quota	18.837,83
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	0,00	Número de Quotas	1
Imposto devido II	78.004,84		
Imposto devido PRA	0,00		
Total do imposto devido	78.004,84		

**IMPOSTO PAGO**

Imposto retido na fonte do titular	65.167,21	<b>INFORMAÇÕES BANCÁRIAS</b>	
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00	Débito automático: NÃO	
Carnê-Leão do titular	0,00	Banco	
Carnê-Leão dos dependentes	0,00	Agência (sem DV)	
Imposto complementar	0,00	Conta para débito	
Imposto pago no exterior	0,00		
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00		
Imposto retido PRA	0,00		
Total do imposto pago	65.167,21		

**EVOLUÇÃO PATRIMONIAL**

Bens e direitos em 31/12/2011	461.500,00
Bens e direitos em 31/12/2012	461.500,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2011	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2012	0,00
Informações do cônjuge ou companheiro	28.133,69

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

Rendimentos isentos e não tributáveis	12.728,56	Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	3.602,07	Doações a Part. Políticas, Carnês Financ. e Carências	0,00
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00	Imposto a pagar sobre a Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00	Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00	Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00	Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00		
Imposto devido dos Ganhos de Capital	0,00		

**Fiscal**

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS DEPUTADOS DISTRITAIS E SERVIDORES DA CLDF-FASCAL**

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 28 DE FEVEREIRO DE 2013**

- I - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO BALANÇO PATRIMONIAL - FEVEREIRO
- II - RESTOS A PAGAR e IMPOSTOS A RECOLHER 2012/2013
- III - ORÇAMENTO INICIAL, MODIFICAÇÕES E EXECUÇÃO
- IV - REALIZAÇÃO DA RECEITA
- V - REALIZAÇÃO DA DESPESA
- VI - ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS
- VII - RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS
- VIII - CONCLUSÃO

SUPERÁVIT FINANCEIRO BALANÇO PATRIMONIAL - 2013 FEVEREIRO		
<b>1 SALDO INICIAL</b>		
1.1	Saldo em c/c e aplicações	8.872.511,85
1.2	Restos a Pagar	(3.931.421,40)
1.3	IRRF a Recolher RP	(744,28)
1.4	ISS a Recolher RP	(820,06)
1.5	Devolução ao GDF 2011 e 2012	(0,40)
1.6	Superávit Financeiro (2005 a 2011)	4.939.725,53
1.7	(+) Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados em 2013	-
1.8	Subtotal 1 (Superávit Financeiro 2005 a 2011) ajustado	4.939.725,53

2 RECEITAS			
1	Receitas de Repasse do Tesouro	927.000,00	
2	Receitas de Participação Ativos	1.044.549,60	
3	Receitas de Participação Inativos	130.560,09	
4	Receitas de Participação Pensionistas	8.881,66	
5	Receitas de Consignação Ativos	269.340,69	
6	Receitas de Consignação Inativos	21.774,20	
7	Receitas de Consignação Pensionistas	1.179,86	
8	Receitas de Optantes	81.568,30	
9	Receitas de Aplicações Financeiras	80.350,07	
10	Outras Receitas	-	
Subtotal 2			2.565.204,47
3 DESPESAS (Excluído Restos a Pagar de 2010)			
3.1	Líquido Fornecedores	200.228,27	89.067,16
3.2	IRRF Recolhido	432,57	2.662,23
3.3	ISS Recolhido	1.885,92	1.787,66
3.4	Reembolso (procedimentos e medicamentos)	-	142.390,12
3.5	Impostos a Recolher 2013 02	-	-
3.6	Outros pagamentos 2013 02	-	-
Subtotal 3			438.453,93
4 PASSIVO (acumulado nesta data)			
4.1	Inscrições em Restos a Pagar - Fonte 171	-	-
4.2	Inscrições em Restos a Pagar - Fonte 371	-	-
Subtotal 4			-
5 VALORES A DEVOLVER - GDF			
6 SUPERÁVIT LÍQUIDO - SIGGO/GDF (1 + 2 - 3 - 4 - 5)			
			7.066.476,07
Cotas Financeiras não liquidadas			
			2.274.930,31
8 SUPERÁVIT LÍQUIDO (Incluindo saldo controle interno) (6 - 7)			
			4.791.545,76

## I - DO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O presente relatório apresenta nesta data o **SUPERÁVIT**, (item 8), de R\$ 4.791.545,76 (quatro milhões, setecentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos) nesta data.

## II - DOS RESTOS A PAGAR E IMPOSTOS A RECOLHER -2012/2013

- a) Saldo de Restos a Pagar Processados em 01.01.2013 correspondia a R\$ 57.472,32 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos) e foi totalmente pago no mês de janeiro de 2013.
- b) Saldo de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre RPP em 01.01.2013 correspondia a R\$ 744,26 (setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos) e foi recolhido em fevereiro;
- c) Saldo de Imposto Sobre Serviços sobre RPP em 01.01.2013 correspondia a R\$ 620,06 (seiscentos e vinte reais e seis centavos) e foi recolhido em fevereiro;
- d) Saldo de Restos a Pagar Não Processados em 01.01.2013 correspondia a R\$ 3.873.949,08 (três milhões, oitocentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta e nove reais e oito centavos em 01.01.2013 e foi modificado a saber:
- RPNP pago (valor líquido) a hospitais, clínicas até fevereiro 2013 - R\$ 1.916.316,70
  - RPNP pago (valor líquido) reembolso a associados em fevereiro 2013 - R\$ 32.207,28
  - IRF retido e recolhido s/RPNP em fevereiro 2013 - R\$ 6.099,32
  - ISS retido e recolhido s/RPNP em fevereiro 2013 - R\$ 7.706,65
- e) Saldo de RPNP em 31.01.2013 - R\$ 1.911.619,13 (um milhão, novecentos e onze mil, seiscentos e dezenove reais e treze centavos).

## III- ORÇAMENTO INICIAL, MODIFICAÇÕES E EXECUÇÃO:

A estimativa mensal de receita fonte 100/171 é respectivamente de R\$ 927.000,00 e R\$ 889.275,00 tendo sido fixada a despesa em R\$ 1.816.275,00 (um milhão, oitocentos e dezesseis mil, duzentos e setenta e cinco), pela Lei Orçamentária anual que representa um equilíbrio nas contas do Fascal em R\$ 21.795.300,00 (vinte e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), orçamento inicial, no final do exercício.

Execução orçamentária está demonstrada no exercício, por natureza de despesas e fonte, nas colunas de alteração de QDD, empenhos liquidados e a liquidar, bem como o crédito disponível conforme quadro abaixo:

Movimentação Orçamentária Exercício 2012					
Dotação	Inicial	Alterações	Despesa Realizada	Emp. a Liquidar	Crédito disponível
339039	100	10.000.000,00	-	9.816.400,00	183.600,00
339039	171	7.662.000,00	-	3.400,00	7.658.600,00
339092	100	1.124.000,00	202.546,76	38.847,11	882.606,13
339092	171	1.774.500,00	83.517,05	25.874,46	1.655.108,49
339093	171	1.234.800,00	142.390,12	440.604,71	651.805,17
		-	-	-	-
		-	-	-	-
		-	-	-	-
TOTAL	21.795.300,00	-	438.453,93	10.325.126,28	11.031.719,79

## IV- REALIZAÇÃO DA RECEITA

## Receita Realizada

A receita realizada resultou em R\$ 1.777.480,73 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e três centavos), a saber:

- a) Fonte 100 - R\$ 927.000,00 (novecentos e vinte e sete mil reais), referente a recursos repassados pelo GDF;
- b) Fonte 171 - R\$ 850.480,73 (oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e três centavos).

Nota: A receita arrecada na fonte 171 é inferior em R\$ 140.345,53 (cento e quarenta mil, trezentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) à prevista pela Lei Orçamentária Anual.

## Composição Mensal da Receita

NOMENCLATURA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Repasse Tesouro	927.000,00	-	-	-	-	-
Participação Ativos	523.601,03	520.948,57	-	-	-	-
Participação Inativos	65.216,57	65.343,52	-	-	-	-
Participação Pensionistas	4.411,16	4.470,50	-	-	-	-
Consignação Ativos	156.195,17	113.145,52	-	-	-	-
Consignação Inativos	15.262,15	6.512,05	-	-	-	-
Consignação Pensionistas	903,49	276,37	-	-	-	-
Optantes	37.984,62	43.583,68	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	46.906,54	33.443,53	-	-	-	-
Outras Receitas	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.777.480,73	787.723,74	-	-	-	-

## V - REALIZAÇÃO DA DESPESA

## Despesa Realizada

A Despesa Realizada resultou em R\$ 438.453,93 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

- a) Fonte 100 - R\$ 203.612,62 (duzentos e três mil, seiscentos e doze reais e sessenta e dois centavos).
- b) Fonte 171 - R\$ 234.841,31 (duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos).

## Quadro Mensal de Realização da Despesa por Elemento e Fonte

Mês	Fonte	339039	339092 (PF)	339092 (PJ)	339093
1	100	0,00	0,00	0,00	0,00
2		0,00	203.612,62	0,00	0,00
3		0,00	0,00	0,00	0,00
4		0,00	0,00	0,00	0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00
6		0,00	0,00	0,00	0,00
7		0,00	0,00	0,00	0,00
8		0,00	0,00	0,00	0,00
9		0,00	0,00	0,00	0,00
10		0,00	0,00	0,00	0,00
11		0,00	0,00	0,00	0,00
12		0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		0,00	203.612,62	0,00	0,00

Mês	Fonte	339039	339092 (PF)	339092 (PJ)	339093
1	171	0,00	0,00	0,00	52.202,46
2		0,00	0,00	92.451,19	90.187,66
3		0,00	0,00	0,00	0,00
4		0,00	0,00	0,00	0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00
6		0,00	0,00	0,00	0,00
7		0,00	0,00	0,00	0,00
8		0,00	0,00	0,00	0,00
9		0,00	0,00	0,00	0,00
10		0,00	0,00	0,00	0,00
11		0,00	0,00	0,00	0,00
12		0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		0,00	0,00	92.451,19	142.390,12

## VI - ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS

As Ordens Bancárias emitidas, no exercício, importaram em R\$ 2.459.620,52 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos), a saber:

## a) Pagamento líquido às clínicas e hospitais:

Fonte 100 - R\$ 200.228,27  
Fonte 171 - R\$ 89.067,16

## b) Imposto de Renda Retido na Fonte

Fonte 100 - R\$ 432,57  
Fonte 171 - R\$ 2.662,23

## c) Imposto Sobre Serviços

Fonte 100 - R\$ 1.885,92  
Fonte 171 - R\$ 1.787,66

## d) Reembolso de procedimentos e medicamentos:

Fonte 171 - R\$ 142.390,12

## e) Restos a Pagar Processados:

Líquido hospitais e clínicas	320	57.472,32
IRRF s/RPP	320	744,26
ISS s/RPP	320	620,06
Total		58.836,64

## f) Restos a Pagar Não Processados:

Líquido hospitalar e oftálmico	320	1.918.316,70
BRDF a/RPP	320	8.009,32
ISS a/RPP	320	7.708,65
Reembolso	120	32.207,28
Total		1.962.229,95

## VII - RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS

As disponibilidades financeiras do FASCAL importam em R\$ 8.984.863,98 (oito milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos), a saber:

a) Conta Corrente nº 600.296-0 Ag. 218 do Banco de Brasília:  
R\$ 726.772,13 (setecentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta e dois reais e treze centavos);

b) Conta Corrente nº 600.304-4 Ag. 218 do Banco de Brasília:  
R\$ 329.767,62 (trezentos e vinte e nove mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos);

c) Aplicação em CDB Ag. 218 do Banco de Brasília:  
R\$ 7.928.324,23 (sete milhões, novecentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e vinte e três centavos).

## VII- CONCLUSÃO

O item I apresenta o resultado em 28 de fevereiro de 2013, ou seja, um superávit financeiro de R\$ 4.791.545,76 (quatro milhões, setecentos e noventa e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis).

O item II os valores de restos a pagar processados e não processados e tributos retidos em dezembro de 2012, bem como o saldo remanescente de restos a pagar não liquidados até esta data.

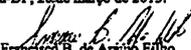
O item IV detalha mensalmente todas as receitas realizadas com servidores ativos, inativos, pensionistas, ex associados optantes, bem como repasses do Tesouro e receitas de aplicações financeiras.

O item V detalha mensalmente toda a despesa realizada, sua natureza e fonte de recursos utilizados.

O item VI registra os valores de todas as ordens bancárias emitidas pelo FASCAL no mês de fevereiro de 2013, inclusive os pagamentos extra-orçamentários, com origem no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 como restos a pagar não processados e impostos retidos e recolhidos sobre RPNP.

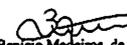
Todas as informações foram extraídas dos documentos e relatórios constantes dos processos nºs 001.000.293/2013, 001.000.295/2013 a 001.000.297/2013 e 001-000.303/2013 utilizados para as conciliações e controles mensais das contas do FASCAL.

Brasília-DF, 20 de março de 2013.

  
Francisco B. de Araújo Filho  
Técnico Legislativo - Técnico em Contabilidade

Brasília-DF, 20 de março de 2013.  
De acordo,

  
Mário Noleto Oliveira do Carmo  
Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade

  
José Benício Medeiros de Souza  
Gerente Coordenador do FASCAL

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS DEPUTADOS DISTRITAIS E  
SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DF - FASCAL**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo nº 001-001861/2009. Sétimo Termo Aditivo ao Termo de Credenciamento nº 37/2010, firmado entre o Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal - FASCAL e a ASSOCIAÇÃO DO CORPO CLÍNICO DO HOSPITAL BRASÍLIA. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 37/2010 estabelecido entre o FASCAL e a CREDENCIADA. Vigência: de 19 de abril de 2013 a 18 de abril de 2014. Data da assinatura: 02 de abril de 2013. Legislação: art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, com redação introduzida pela Lei nº 9.648/1998. Partes: pelo FASCAL, José Benício Medeiros de Souza; pela Credenciada, Ricardo Cabral de Medeiros.

## Licitações

### CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 001.000.475/2013; Favorecido: ELO CONSULTORIA EMPRESARIAL E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA; Valor: R\$ 7.770,00 (Sete mil e setecentos e setenta reais), Objeto: Capacitação de Servidores- Escola do Legislativo- Plano Piloto; Amparo Legal: art. 25, da Lei nº 8.666/93; Autorização da Despesa: em 27/03/2013, pelo Ordenador de Despesa, Joan Goes Martins Filho; Ratificação: em 27/03/2013 pelo Deputado Wasny de Roure, Presidente da CLDF.

Processo: 001.000.435/2013; Favorecido: EDOC CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO LTDA; Valor: R\$ 3.900,00 (Três mil e novecentos reais), Objeto: Capacitação de Servidores- Escola do Legislativo- Plano Piloto; Amparo Legal: art. 25, da Lei nº 8.666/93; Autorização da Despesa: em 27/03/2013, pelo Ordenador de Despesa, Joan Goes Martins Filho; Ratificação: em 27/03/2013 pelo Deputado Wasny de Roure, Presidente da CLDF.

  
Sebastião Bento Tavares  
Chefe do Setor de Materiais  
11.778

EM 02-04-2013

## Assecam



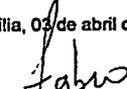
**ASSECAM**

Associação dos Servidores, Ex-Servidores e Pensionistas  
da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**CONVOCAÇÃO DE  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A DIRETORIA DA ASSECAM, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os seus associados para Assembleia Geral Extraordinária com pauta: Processos Judiciais, Lanchonete e Assuntos Gerais, a realizar-se no dia 08 de abril de 2013 (segunda-feira) com primeira chamada às 09h30 e a segunda chamada às 10h, na entrada principal da CLDF próxima aos elevadores dos gabinetes.

Brasília, 02 de abril de 2013.

  
FÁBIO LUIS CORREIA LIMA  
Presidente da ASSECAM/DF



**Servidor(a)**

**Participe do Dia da  
Doação Voluntária de Sangue da  
CÂMARA LEGISLATIVA DO DF e do  
HEMOCENTRO DF**

Dia: 10 de abril

Horário: 8 horas

Local: Setor de Assistência à Saúde (Térreo Inferior)

Inscrições:

Recepção do Setor de Assistência à Saúde

Vagas limitadas!

Realização:

SAS / SASO - DSS / DRH / 1ª Secretaria

**Doação de Sangue - UM ATO DE AMOR**